

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ALINE DANIELE HOEPERS

AFETOS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA:
(RE)CONSTRUINDO SENTIDOS

Maringá
2018

ALINE DANIELE HOEPERS

**AFETOS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA:
(RE)CONSTRUINDO SENTIDOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Constituição do Sujeito e Historicidade.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Augusto Tomanik.

Maringá
2018

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR, Brasil)

H694a Hoepers, Aline Daniele
Afetos de mulheres em situação de violência doméstica: (re)construindo sentidos / Aline Daniele Hoepers. -- Maringá, PR, 2018.
160 f.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Augusto Tomanik.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2018.

1. Violência doméstica. 2. Mulheres - Violência. 3. Afeto (Psicologia). 4. Sentidos e significados. I. Tomanik, Eduardo Augusto, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDD 23.ed. 155.633

ALINE DANIELE HOEPERS

Afetos de Mulheres em Situação de Violência Doméstica: (Re)Construindo sentidos.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

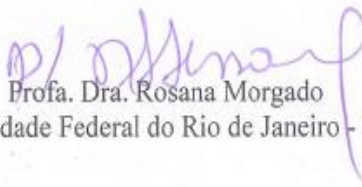
COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. Eduardo Augusto Tomanik
PPI/Universidade Estadual de Maringá (Presidente)



Prof. Dr. Murilo dos Santos Moscheta
PPI/Universidade Estadual de Maringá



Prof. Dra. Rosana Morgado
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Aprovado em: 20 de fevereiro de 2018.

Local da defesa: Bloco 118 – sala de vídeo, Campus da UEM.

DEDICATÓRIA

*Às mulheres em situação de violência
doméstica, símbolo de transform(ação).*

AGRADECIMENTOS

E aprendi que se depende sempre
De tanta, muita, diferente gente
Toda pessoa sempre é as marcas
Das lições diárias de outras tantas pessoas

E é tão bonito quando a gente entende
Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá
E é tão bonito quando a gente sente
Que nunca está sozinho por mais que pense estar

Gonzaguinha

Minha gratidão não caberia aqui em algumas poucas linhas. A construção deste trabalho não se iniciou quando me inseri no mestrado, vem se performando há muito tempo. O modo de olhar o mundo buscando produzir novos sentidos e a maneira de tocar o outro desejando produzir novas realidades fazem parte de minha construção como sujeito, como estudante, como profissional, como pesquisadora. Incontáveis pessoas fizeram e fazem parte da (re)(des)construção deste processo. Esta dissertação se apresenta, pois, como fruto de muitos atravessamentos, reflexões e contribuições de tantas pessoas que eu não conseguiria nomear aqui. Por isso, direciono a todas estas mãos e vozes minha ilimitada gratidão. Pontualmente, no atual contexto, reverencio meus votos de agradecimento especialmente:

Ao meu orientador Prof. Dr. Eduardo Augusto Tomanik, exemplo de atenção, amparo, zelo, sabedoria, competência, rigor e bom humor, que contribuiu não apenas para a elaboração de minha pesquisa e dissertação, mas também para importantes transformações em meu olhar diante da vida.

Ao Prof. Dr. Murilo dos Santos Moscheta e à Prof^a. Dr^a. Rosana Morgado, membros da banca examinadora, pela atenção, sensibilidade e cuidado nas contribuições teóricas e metodológicas, que ampliaram as possibilidades de (re)construção deste trabalho.

À Universidade Estadual de Maringá por ter sido, mais uma vez, *lócus* de acolhimento, de (re)encontros e de permanente aprendizado.

À minha família e amigas/os pelo suporte, afeto e incentivo quanto às minhas batalhas de estudos e produção de conhecimento, os quais, mesmo diante de minhas ausências, responderam-me com compreensão e apoio.

Aos colegas da sede de Cianorte da Defensoria Pública do Estado do Paraná, que apoiaram direta ou indiretamente a efetivação de minha pesquisa neste espaço de promoção de direitos humanos.

Às mulheres em situação de violência doméstica, protagonistas e (co)construtoras desta pesquisa e desta dissertação, sem as quais eu não vislumbraria possibilidades tão emblemáticas de transformação da dor em outras formas de existir e sentir num mundo permeado por violência.

EPÍGRAFE

“Olhando daqui, percebo que pessoas e circunstâncias tiveram um propósito maior na minha vida do que muitas vezes, no momento de cada uma, eu soube, pude, aceitei, ler. Parece-me, agora, que cada uma, no seu próprio tempo, do seu próprio modo, veio somar para que eu chegasse até aqui, embora algumas vezes, no calor da emoção da vez, eu tenha me rendido à enganosa impressão de que veio subtrair. A vida tem uma sabedoria que nem sempre alcanço, mas que eu tenho aprendido a respeitar, cada vez com mais fé e liberdade. O tempo, de vento em vento, desmanchou o penteado arrumadinho de várias certezas que eu tinha, e algumas vezes descabelou completamente a minha alma. Mesmo que isso tenha me assustado muito aqui e ali, no somatório de tudo, foi graça, alívio e abertura. A gente não precisa de certezas estáticas. A gente precisa é aprender a manha de saber se reinventar. De se tornar manhã novíssima depois de cada longa noite escura. De duvidar até acreditar com o coração isento das crenças alheias. A gente precisa é saber criar espaço, não importa o tamanho dos apertos. A gente precisa é de um olhar fresco, que não envelhece, apesar de tudo o que já viu. É de um amor que não enruga, apesar das memórias todas na pele da alma. A gente precisa é deixar de ser sobrevivente para, finalmente, viver. A gente precisa mesmo é aprender a ser feliz a partir do único lugar onde a felicidade pode começar, florir, esparramar seus ramos, compartilhar seus frutos. Tudo o que eu vivi me trouxe até aqui e sou grata a tudo, invariavelmente. Curvo meu coração em reverência a todos os mestres, espalhados pelos meus caminhos todos, vestidos de tantos jeitos, algumas vezes disfarçados de dor. Eu mudei muito nos últimos anos, mais até do que já consigo notar, mas ainda não passei a acreditar em acaso” (Ana Jácomo).

HOEPERS, A. D. (2018). *Afetos de mulheres em situação de violência doméstica: (re)construindo sentidos*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil.

RESUMO

Nossa investigação objetivou compreender os impactos afetivos da violência doméstica contra as mulheres e acompanhar possíveis transformações produzidas em seus afetos e nas representações sobre si e sobre suas vivências permeadas por violência, a partir de sua participação em um grupo de orientação, apoio e acompanhamento a mulheres em situação de violência doméstica. Para isso, as contribuições de Agnes Heller sobre os afetos foram de grande valia. Para ela, sentir é o envolvimento que estabelecemos com algo ou alguém, é o efeito produzido em nós a partir das relações que temos com as/os outras/os, com o mundo e conosco mesmas/os. Na construção de nossa pesquisa, partimos de uma perspectiva que não visou apenas descrever e representar o fenômeno estudado, mas que também – e principalmente – preocupou-se com os efeitos do próprio processo de pesquisar, que é reconhecido por nós como intervenção e investigação. Partimos de um olhar político, não neutro, voltado à criação de novos sentidos e de práticas comprometidas com a transformação social. Para tanto, utilizamos os fundamentos teórico-metodológicos da Epistemologia Qualitativa de González Rey, que concebe o conhecimento enquanto um processo de diálogo em permanente construção pelo/a pesquisador/a e pesquisado/a. Tendo em vista a profundidade dos objetivos de nossa pesquisa, principalmente no que tange à construção de novos sentidos pelas participantes, buscamos também apoio nas contribuições apresentadas pelo movimento construcionista social, que tem como alguns de seus eixos centrais o enfoque relacional no processo de produção do conhecimento e a construção de novos sentidos sobre a realidade. Ao longo dos capítulos iniciais, buscamos discorrer sobre os fundamentos teóricos que nos serviram de base para construir nossas análises. Discutimos os afetos, as representações sociais, os sentidos e os significados, e as expressões da violência, com ênfase na violência doméstica contra as mulheres. Apresentamos uma contextualização geral da modernidade e pós-modernidade, e refletimos sobre a constituição do sujeito em tais contextos. Também discorreremos sobre a construção social das mulheres, segundo algumas perspectivas que discutem corpo, gênero e sexualidade. Nos capítulos finais, apresentamos as articulações que fizemos entre os referidos pressupostos e os aspectos que emergiram no estudo de campo. Esse foi desenvolvido junto a mulheres que passam ou passaram por situações de violência doméstica e que, por esse motivo, vêm sendo acompanhadas na sede de Cianorte da Defensoria Pública do Estado do Paraná. As técnicas utilizadas foram pesquisa documental e grupo focal. Os elementos obtidos nos permitiram compreender que, apesar das transformações da sociedade e das próprias relações interpessoais, a violência doméstica ainda se inscreve como um fenômeno emergente nos relacionamentos. Seus impactos afetivos evidenciam que estas mulheres têm se sentido enclausuradas, amedrontadas, envergonhadas nestas relações. Por outro lado, este processo de investigação pôde trazer, enquanto possibilidade de (re)significação pessoal e coletiva, os efeitos de uma prática grupal realizada com esses sujeitos, enquanto uma estratégia possível de criação de espaços de reflexão, fortalecimento e (re)construção de sentidos frente à violência vivida.

Palavras-chave: Violência doméstica. Mulheres. Afetos. Sentidos.

HOEPERS, A. D. (2018). *Affection of women in domestic violence situation: (re)constructing senses*. Master's Dissertation, Graduate Program in Psychology, State University of Maringá, Maringá, PR, Brazil.

ABSTRACT

Our investigation objected to understand the affective impacts of domestic violence against women, and follow possible transformations produced in their affects and in the representations about themselves and about their experience permeated by violence, starting from their participation in an orientation, support and monitoring group to women in domestic violence situation. For that, the contributions of Agnes Heller about the affections were extremely important. To her, to feel is the involvement that we establish with something or someone, is the effect produced by us starting from the relationships we have with others, with the World and with ourselves. In the building for research, we started from a perspective that didn't only aimed to describe and representate the phenomenon studied, but also – and mainly – worried about with the effects of the own process of researching, wich is recognized by us as intervention and investigation. We adopted a political view, non neutral, aimed at the creation of new nenses and with practices compromised with the social transformation. For that, we'll use the theoretical-methodological foundation of the Qualitative Epistemology from Gonzáles Rey, wich grants the knowledge while a process of dialog in permanent construction by the researcher and researched. Given the depth of the objectives of our research, mainly in reference to the construction of our senses for the participants, we also look for support in the contributions presented by the social constructionist movement, wich has as its central axes the relational approach in the process of knowledge production and the construction of new meanings about reality. Throughout the initial chapters, we sought to discuss the theoretical foundations that served as the basis for our analysis. We discuss affections, social representations, meanings, and expressions of violence, with emphasis on domestic violence against women. We present a general contextualization of modernity and postmodernity, and we reflect on the constitution of the subject in such contexts. We also discuss the social construction of women, according to some perspectives that discuss body, gender and sexuality. In the final chapters, we present the articulations we made between the aforementioned assumptions and the aspects that emerged in the field study. This was developed with women who pass or have been subjected to situations of domestic violence and who, for this reason, have been accompanied at the headquarters of Cianorte Public Defender of the State of Paraná. The techniques used were documental research and focus group. The obtained elements allowed us to understand that, despite the transformations of society and of the interpersonal relationships themselves, domestic violence still registers itself as an emergent phenomenon in relationships. Their affective impacts show that these women have felt cloistered, frightened, ashamed in these relationships. On the other hand, this research process was able to bring about, as a possibility of personal and collective signification, the effects of a group practice performed with these subjects, as a possible strategy for creating spaces for reflection, fortification and (re)construction sense of violence.

Keywords: Domestic violence. Women. Affections. Senses.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Breve discussão sobre as justificativas científicas, sociais e pessoais da pesquisa	12
Pesquisa como processo político	15
PARTE I. CONSTRUINDO O CAMPO TEÓRICO	
CAPÍTULO 1. OS AFETOS, AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, OS SENTIDOS E OS SIGNIFICADOS	22
1.1. Os afetos enquanto processos relacionais	22
1.2. As representações sociais em interface com as representações individuais e culturais	29
1.3. Os sentidos e os significados	34
CAPÍTULO 2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A(S) VIOLÊNCIA(S)	38
2.1. Violência	38
2.2. Violência contra as mulheres	41
2.3. Violência doméstica contra as mulheres	46
CAPÍTULO 3. MODERNIDADE E PÓS-MODERNIDADE: CONTEXTUALIZAÇÃO E APROFUNDAMENTOS	54
3.1. Breve contextualização sobre a modernidade e a pós-modernidade	54
3.2. O sujeito na modernidade e na pós-modernidade: discussões sobre subjetividade, identidade, relações, representações, afetos e as expressões da(s) violência(s)	58
CAPÍTULO 4. MULHERES: UMA LEITURA A PARTIR DE PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS QUE DISCUTEM CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE	66
PARTE II. O PROCESSO DE INVESTIG(AÇÃO)	
CAPÍTULO 5. OBJETIVOS, DISCUSSÕES METODOLÓGICAS, O CENÁRIO E AS PROTAGONISTAS	74
5.1. Objetivos	74
5.2. Discussões metodológicas	75
5.3. O cenário	80
5.4. As protagonistas	84
PARTE III. CONSTRUINDO NOVOS SENTIDOS	
CAPÍTULO 6. OS IMPACTOS AFETIVOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES	97
6.1. Como nos sentimos	97
6.2. O (não) lugar que ocupamos	107
6.3. Por que ainda sofremos violência(s)	113
CAPÍTULO 7. TRANSFORM(AÇÕES) POSSÍVEIS: AS VIDAS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA IMPORTAM	121
7.1. Do isolamento ao pertencimento	122
7.2. Alguns novos sentidos	130
7.3. Ser mulher para além das marcas da(s) violência(s)	135
7.4. Construindo estratégias: narrativas em ação	139
REFLEXÕES FINAIS: PARA NÃO CONCLUIR	144
REFERÊNCIAS	150

INTRODUÇÃO

Breve discussão sobre as justificativas científicas, sociais e pessoais da pesquisa

A aproximação com a temática de minha dissertação nasceu e se construiu a partir de experiências profissionais relacionadas ao fenômeno da violência doméstica contra as mulheres. Por meio de um processo de busca e aprofundamento de informações quanto ao tema, passei a me interessar pela compreensão dos afetos dessas mulheres. Comecei a pensar nas possibilidades de (re)construção dos sentidos compartilhados por elas a respeito de suas experiências e, a partir desta (re)construção, no fortalecimento individual e coletivo dessas pessoas através de intervenções interdisciplinares junto às suas vivências.

Ao discutir sobre as justificativas sociais e científicas do estudo do tema da pesquisa, Tomanik (2004, p. 140) salienta que elas se referem às “(...) razões pelas quais se escolheu trabalhar com determinado tema”. Para tanto, sinaliza a importância de que sejam apresentados e discutidos os motivos precedentes à pesquisa, ou seja, os motivos anteriores que contribuíram para a escolha da temática; e os que emergem durante e posteriormente a ela, isto é, as implicações que se deseja produzir.

Os fenômenos estudados nesta pesquisa foram os afetos de mulheres em situação de violência doméstica. Buscamos, por meio de estudo teórico e pesquisa de campo, compreender os impactos afetivos desse tipo de violência e (re)significar os afetos de algumas dessas mulheres. A intenção de compreensão, a nosso ver, abrange não apenas saber quais são aqueles impactos, mas também tentar entender como eles são construídos e como atuam nas constituições subjetivas e na vida prática dessas pessoas.

Para isso, as contribuições de Heller (1993) sobre os afetos foram de grande valia. Essa autora diz que sentir é o envolvimento que estabelecemos com algo. Os afetos existem, portanto, a partir das relações que criamos com o mundo em que vivemos, com as pessoas, os objetos, os acontecimentos, etc.

Com a construção de nossa pesquisa, desejamos não apenas a compreensão acerca do fenômeno estudado, mas também a produção de novos sentidos sobre ele. Para isso, realizamos pesquisa de campo de natureza qualitativa que, segundo Minayo (2007, pp. 21-22), “(...) trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos

fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis”. Inclusive, por isso, consideramos pertinente desenvolver esta discussão entrelaçada com as contribuições do Construcionismo Social, como será possível perceber ao longo da dissertação, principalmente no Capítulo 5.

De acordo com McNamee (2014, p. 112), no Construcionismo Social, “(...) a possibilidade de construir novos entendimentos, crenças, valores e realidades está sempre presente. Cada vez que nos engajamos com outros e com o nosso ambiente, a possibilidade de criar sentidos novos e, assim, visões de mundo novas está sempre presente”. Para essa autora, a orientação construcionista nos convida a analisar quais realidades e conhecimentos estamos criando em nosso processo de investigação.

Quanto aos motivos anteriores que contribuíram para o meu envolvimento com o campo de estudos relacionado a afetos de mulheres em situação de violência doméstica, desde minha formação em Psicologia, há seis anos, passei a atuar junto a grupos sociais, mais especificamente aqueles permeados por vulnerabilidades sociais¹. Meu percurso de atuação profissional foi se construindo na área da assistência social, da saúde mental, até chegar, no presente contexto, ao âmbito sociojurídico. Nesse campo, atuando como psicóloga de uma Defensoria Pública Estadual, tenho lidado com várias populações advindas de situações de violações de direitos, dentre elas, as mulheres em situação de violência doméstica. Nesse espaço, elas recebem orientação jurídica, social e psicológica e participam de um grupo, que nomearam de Grupo (Re)começar. Tenho construído, juntamente com outras/os profissionais, um trabalho interventivo com essas mulheres, o que foi ensejando meu desejo de aprofundar este campo de discussão e (re)significar os fenômenos psicológicos emergentes naquele contexto.

Neste processo de busca, inquietava-me compreender os efeitos da violência doméstica nas vivências destas mulheres, como também em suas representações de si mesmas e dos outros. Tendo em vista que, conforme Heller (1993), os afetos representam os efeitos produzidos nas pessoas a partir das relações que desenvolvem com o mundo e consigo mesmas, emergiu o anseio de criar espaços para compreender como elas se sentem e quais as possibilidades de criarem novos modos de sentir e viver.

¹ Segundo Monteiro (2011), a vulnerabilidade social vai além da dimensão econômica. É constituída por diversas facetas que envolvem aspectos da economia, da saúde, dos direitos, do meio ambiente, dentre outros. A vulnerabilidade social “(...) pressupõe um conjunto de características, de recursos materiais ou simbólicos e de habilidades inerentes a indivíduos ou grupos, que podem ser insuficientes ou inadequados para o aproveitamento das oportunidades disponíveis na sociedade” (p. 35).

Ao passar a ler, envolver-me e buscar aprofundamento teórico quanto ao tema, percebi que, dentro de minhas possibilidades de buscas, não encontrava materiais acerca de afetos de mulheres em situação de violência doméstica. A escassez de discussões e pesquisas quanto a essa temática também foi aspecto motivador para o desenvolvimento do estudo. O pouco que encontrei discorria sobre a violência doméstica de forma geral, em pesquisas mais descritivas sobre o tema, com pouco aprofundamento em aspectos psicológicos e que não apresentavam análises quanto aos afetos de mulheres acometidas pelo fenômeno.

Quanto aos efeitos que desejamos produzir com esta pesquisa, partimos de uma perspectiva que não visou apenas descrever e representar algo, mas que também se preocupou com os efeitos do próprio processo de pesquisar, que é reconhecido por mim como intervenção e investigação. Partimos de um olhar político, não neutro, voltado à criação de novos sentidos e de práticas comprometidas com a transformação social. Ao falar do discurso da ciência pós-moderna, Moscheta (2014, p. 34), destaca que, nele, “a neutralidade, central à lógica discursiva da modernidade, cede lugar à implicação. A ciência, como a arte, é política”. O autor sinaliza que, nessa perspectiva de ciência, o pesquisar não se coloca como meio de acessar a verdade, abre-se para produzir implicações no modo de viver, de construir realidades.

Na construção, conjunta com as participantes da pesquisa, de novos sentidos para os processos de sentir de mulheres acometidas por situações de violência doméstica, objetivamos auxiliá-las nesse percurso e indicar alguns caminhos para que as/os profissionais envolvidas/os com temáticas correlatas venham também a colaborar com outras, em situação semelhante, visando desconstruir perspectivas que minimizam a potência que esses sujeitos possuem. Compreendo que noções que ainda afirmam essas mulheres como apenas vítimas precisam ser (re)significadas. As mulheres em situação de violência doméstica podem existir para além do lugar sombrio que lhes é dado. Por tudo isso, não desejo favorecer discursos que reafirmem descrições estanques dessas mulheres enquanto objetos da violência, mas sim permitir a emergência de discursos e de modos de representá-las que possibilitem a elas, ainda que imersas em relações e/ou vivências permeadas por violência doméstica, afirmarem-se como detentoras de uma história, inclusive perpassada por afetos que as tornam potentes para a transformação da própria realidade.

Além disso, ao criar possibilidades, no processo de pesquisa, que permitiram que as mulheres expressassem seus sentimentos, revelamos nossa preocupação em dar voz às

próprias mulheres acometidas por violência doméstica. Não visamos falar por elas ou sobre elas, mas sim, através de um engajamento político, criar rachaduras em discursos e descrições que ainda vislumbram esse fenômeno de modos que se pretendem puramente objetivos e potencializar a emergência de espaços que acolham as subjetividades desses sujeitos.

As justificativas pessoais, sociais e científicas do estudo foram apresentadas de modo integrado, considerando que “na medida em que postulamos uma função social para a ciência, não há como, normalmente, separar as justificativas sociais das científicas dentro de uma proposta de pesquisa” (Tomanik, 2004, p. 141).

Acredito que a proposição de uma pesquisa que não visou à mera descrição de um dado fenômeno, mas sim que buscou a compreensão e a (re)significação dos afetos de mulheres em situação de violência doméstica, inclusive propondo a participação delas como protagonistas deste processo de investigação, tem um valor potencial a nível social, como também no âmbito científico, na medida em que permite (re)(des)construções importantes para esse campo temático. Conforme Lane (1984, p. 15), se o sujeito “(...) não for visto como produto e produtor, não só de sua história pessoal, mas da história de sua sociedade, a Psicologia estará apenas reproduzindo as condições necessárias para impedir a emergência das contradições e a transformação social”.

Pesquisa como processo político

Além das reflexões sobre o problema, o objeto, as hipóteses, os objetivos, as justificativas, o método, o referencial teórico, os resultados, busquei indagações e movimentos que colocassem esta pesquisa aberta à implicação política². Pretendi que este processo de investigação, para além da compreensão e análise do fenômeno estudado, causasse efeitos emancipadores em relação às mulheres em situação de violência doméstica, processo de transformação esse no qual elas podem, devem e são participantes ativas.

Ainda que relacionados a uma amostra específica de sujeitos (um grupo de mulheres em situação de violência doméstica acompanhado na sede de Cianorte da Defensoria Pública do Estado do Paraná), entendo que os efeitos de nossa pesquisa e desta dissertação poderão atravessar esse limite local e causar efeitos num âmbito mais amplo, tendo em vista que a

² Tomanik (2004, p. 47) afirma que “originalmente, (...) política significa participação coletiva”. Diz que a ciência é política, visto que congrega ações humanas capazes de afetar a dinâmica social. É nessa perspectiva que me embaso para afirmar que meu processo de investigação tem um viés político.

proposta da pesquisa e as discussões que serão aqui apresentadas emergem como possibilidade de acionamento de estratégias coletivas que podem reverberar num campo político mais vasto. Tentamos construir este processo de investigação embasado numa dimensão política da Psicologia, que permitisse e buscasse a emergência de uma ética do cuidado, bem como que desse espaço físico e subjetivo para que os sujeitos da pesquisa se colocassem como protagonistas desta construção.

Fazer pesquisa de modo político é aceito e efetivado no contexto pós-moderno. Mas nem sempre foi assim, visto que a ciência moderna possuía outros contornos. A modernidade surge com o Renascimento, no século XV, no contexto de consolidação do capitalismo. Esse momento histórico é marcado pela transição de uma concepção teocêntrica para uma visão antropocêntrica de mundo. O ser humano, que até o momento histórico anterior era considerado como submetido às vontades divinas e incapaz de compreendê-las totalmente, passa a ser tido como um indivíduo livre e racional.

Segundo Mancebo (2002), um dos pressupostos da modernidade ocidental é a presunção de que o indivíduo é o centro do mundo. A autora explica que, a partir desta concepção, emergem novas produções subjetivas, facilitadas pelas transformações de ordem econômica, religiosa e social. Aprofundarei essa discussão acerca da subjetividade pós-moderna no Capítulo 3.

No âmbito da ciência moderna, conforme Mancebo (2002), constituído através da revolução científica dos séculos XVI e XVII, o modelo de racionalidade desse período permitiu a emergência de “(...) novas relações entre o sujeito e o objeto de conhecimento” (p. p. 3). Para Santos (1998), a partir de então, as expressões de conhecimento que não se pautam em seus parâmetros epistemológicos e metodológicos são negadas como formas de conhecimento. Nessa perspectiva científica, desconfia-se das evidências provenientes de experiências imediatas, tidas como ilusórias. Os fenômenos da natureza, totalmente separados dos seres humanos, são observados, medidos, experimentados e classificados.

Santos (1998) salienta que, mais tarde, com o surgimento das ciências sociais no século XIX, ocorreram exigências para que os fenômenos sociais também fossem medidos e observados e para que os cientistas fossem politicamente neutros. Lançam-se desafios, pois o comportamento humano é dotado de subjetividade, não pode ser compreendido exclusivamente através de dimensões externas e nem como aspecto passível de se fundamentar apenas na objetividade.

A título de ilustração dos reflexos deste modo de pensar nas Ciências Sociais, podemos tomar algumas das concepções adotadas e propagadas, no Brasil, por Rodrigues (1985). O autor propõe a existência de tecnólogos sociais que aplicariam os pressupostos desenvolvidos por psicólogos sociais. Nessa concepção, o conhecimento produzido pela ciência é neutro. À Psicologia Social cabe a busca de um conhecimento objetivo e seguro acerca das ações humanas. A partir dessas produções científicas, ao tecnólogo social incumbiria intervir na realidade visando resolver problemas concretos. Portanto, frente aos problemas sociais, de modo segmentado, são propostos os papéis da Psicologia Social e da Tecnologia Social. Segundo o autor, “(...) a ela [Psicologia Social] cabe descobrir as relações estáveis entre variáveis psicossociais a fim de possibilitar ao tecnólogo social a solução dos problemas sociais de forma consciente e não improvisada (...)” (p. 20).

Numa revisão posterior da mesma obra, Rodrigues, Assmar e Jablonski (2009) explicam que o cientista não se direciona para a solução de um problema da realidade social, tendo em vista que é o tecnólogo social que irá aplicar os pressupostos produzidos pelo primeiro na resolução das problemáticas sociais. Nesse entendimento, a Psicologia Social está ligada às pesquisas e produções teóricas e/ou metodológicas, enquanto a Tecnologia Social implica-se com a aplicação, na prática, dos conhecimentos produzidos pelos cientistas.

Nesta perspectiva clássica de Psicologia Social, há, portanto, uma clara distinção entre teoria e prática, as quais se dão em momentos diferentes e são efetuadas por atores distintos. A ciência é radicalmente separada da política. O cientista não se implica com a realidade, apenas descobre as regras que a norteiam, mas se mantém distante dela, permeado pela neutralidade. O contato com a realidade cabe apenas ao tecnólogo, que empreende tentativas de aplicar os pressupostos previamente elaborados por um outro, o cientista neutro, para sanar problemas de ordem social. Nessa concepção, certas regras determinam as ações dos sujeitos, aos quais se adequa perfeitamente uma postura de passividade.

Nosso processo de investigação se colocou numa direção oposta aos pressupostos trazidos pela Psicologia Social consonante à ciência moderna. Propôs-se na direção da Psicologia Social Crítica, política, não neutra, que se constrói implicada com a realidade, que cria espaços para que os sujeitos sejam (co)construtores do processo de investigação, e na qual teoria e prática se implicam mútua e continuamente.

Segundo Ibáñez (2001), a crise da ciência moderna e a construção de percursos atravessados por transformações no campo das ciências nos trouxe ao contexto pós-moderno.

No campo da Psicologia Social, “demo-nos conta de que nosso discurso científico não era neutro, que não era mero instrumento para dar conta da realidade, que não havia forma de separar com absoluta clareza o discurso e a realidade, que esses se constituíam reciprocamente” (p. 222)³. A descrição objetiva da realidade não se sustenta mais, a preocupação agora se volta para as explicações dos processos pelos quais constituímos nossos objetos.

Em consonância, Lima, Ciampa e Almeida (2009, p. 225) explicam que

(...) Lane evidenciava que não há como separar realidade e teoria, teoria e pesquisa, tal como o faz o positivismo, para o qual o lugar do teórico, do científico é sempre um lugar neutro. Este foi um dos pontos de partida para sua proposição de uma Psicologia Social Crítica comprometida com a realidade brasileira, indissociada da práxis cotidiana, distinta daquela que considerava a atividade teórica como uma prática em si mesma, descompromissada com os problemas sociais e os dramas pessoais existentes no contexto de comunidades (...).

De acordo com esses autores, a emergência de uma Psicologia Social Crítica traz a possibilidade de considerar teoria e prática de modo indissociável. Permite atribuir à pesquisadora ou ao pesquisador “(...) o papel de agente político, responsável pela transformação da realidade e promotor da emancipação” (Lima, Ciampa & Almeida, 2009, p. 225).

Ao discorrerem sobre uma postura ético-política no processo de pesquisa, Barros e Lucero (2005) assinalam que tal perspectiva se coloca de modo a produzir um conhecimento de acordo com a vida que está se fazendo. Destacam que “essa perspectiva afirma a vida na sua potência de diferenciação, nas suas modulações, na sua polaridade, lutando contra as diferentes formas de captura colocadas em funcionamento por modelos padronizados de ser e estar no mundo” (p. 7).

Um pesquisar implicado com os fenômenos sociais do cotidiano produz conhecimentos muito mais comprometidos com a vida real dos sujeitos. Ao propormos um

³ “Nos hemos dado cuenta que nuestro discurso científico no era neutro, que no era un mero instrumento para dar cuenta de la realidad, que no había forma de separar con absoluta claridad el discurso y la realidad, que éstos se constituían recíprocamente”. Todas as traduções foram realizadas pela autora.

processo de investigação em que a Psicologia lança esse olhar sensível ao contexto social, à vida, às relações humanas e aos afetos que as atravessam o tempo todo, é evidente que nosso envolvimento é com uma Psicologia que é também política.

Barros e Lucero (2005, p. 8) pontuam: “afirmamos essa interface psicologia-política, pois nas nossas práticas lidamos com modos de produção de subjetividade que implicam, necessariamente, modos de experimentação e de construção de realidade”. Nessa concepção de produção de conhecimento e de pesquisa, a ciência não se restringe aos aspectos metodológicos e/ou pedagógicos, há sempre uma implicação política.

(...) não é possível pesquisar adotando uma postura de distanciamento e assepsia metodológica com relação ao campo pesquisado. É preciso nos colocar em cenários de múltiplos propósitos e múltiplas razões que devem inquietar-nos, produzindo análises que façam rachaduras no que está instituído (Barros & Lucero, 2005, p. 12).

Na mesma direção, Aguiar e Rocha (2007) discorrem sobre a pesquisa-intervenção como indissociável da política. Descrevem-na como uma “(...) investigação participativa que busca a interferência coletiva na produção de micropolíticas de transformação social” (p. 650). Enquanto proposta de ação transformadora, esse modo de pesquisar rompe com perspectivas tradicionais. Nessa perspectiva, a neutralidade dá lugar a modos de pesquisar que valorizam a participação ativa tanto da/o pesquisador/a como dos sujeitos pesquisados.

Os processos de investigação possuem grande potencial. Por muito tempo, mesmo no âmbito das pesquisas sociais, restringiram-se à descoberta de verdades sobre os objetos estudados. Agora, podemos torná-los instrumentos de criação de novos sentidos acerca dos fenômenos sociais. Nessa direção, Zanella e Sais (2008) explanam sobre a pesquisa como processo criativo que envolve outros aspectos, além dos teóricos e metodológicos:

(...) uma ação ética, estética e política. Ética, porquanto socialmente comprometida com alguma visão de mundo, com os valores, conhecimentos e crenças que (re)(de)formam o olhar do pesquisador e constituem seu projeto de vida. (...). É também uma prática estética, posto que se pauta em sensibilidades que estranham o instituído e reconhecem infinitas possibilidades de devir e acolhimento das diferenças que conotam ou podem vir a conotar a existência humana. (...). Por fim, pesquisar é

uma prática política, na medida em que, como toda e qualquer ação humana, necessariamente se engaja em um projeto de sociedade que se quer (re)produzir (p. 686).

Barros e Lucero (2005) pontuam a importância da produção de conhecimento e criação de pesquisas que auxiliem na produção de saídas para os impasses existentes no campo da Psicologia, resistindo às propostas que homogeneízam os sujeitos.

Nosso processo de investigação se construiu considerando os atravessamentos mútuos entre pesquisa, prática e reflexão. Ao longo dos capítulos que serão apresentados, na sequência, buscamos explicitar as reciprocidades entre teoria e realidade, como também o meu papel de pesquisadora enquanto agente político. A escolha de meu objeto de pesquisa e a eleição do modo como ele foi analisado, (re)conhecido e (re)significado teve e têm essa preocupação de analisar o fenômeno e produzir novos sentidos sobre ele considerando-o como inserido nesse processo de construção em perpétuo devir.

Em consonância com a proposta geral de nossa investigação, fiz a escolha por uma linguagem pessoalizada justamente por me considerar agente político neste processo de investigação. O pesquisar, para mim, vai além do (re)conhecimento de meu objeto de pesquisa. Há também e, principalmente, um processo interventivo, meu e delas (mulheres em situação de violência doméstica). Por isso, priorizo o uso do termo investigação, que denota a potência do agir e do posicionar-se neste processo de pesquisa. Em alguns momentos, ao invés do uso dos verbos conjugados em primeira pessoa, utilizarei a terceira pessoa do plural, para sinalizar que se trata de um processo de pesquisa em que há um diálogo permanente entre vários interlocutores e a participação ativa dos sujeitos da investigação.

As narrativas de viés ético-político da ciência pós-moderna, aqui apresentadas e que nortearam nossa pesquisa enquanto processo de investigação, permitem uma crítica política e ética sobre a busca por um discurso de verdade única. Nesse entendimento, como pesquisadora, não consigo não ser eu mesma e, assim, a neutralidade é posta em questionamento. A mudança de postura possibilitada por essa visão de ciência política permite que eu me coloque em posição de envolvimento, de preocupação com a produção de novos sentidos para a realidade e/ou para o fenômeno estudado. É possível, pois, lançar um olhar para o(s) efeito(s) da pesquisa e não para o que ela pode descobrir. É isto que nossa investigação buscou: olhar para os efeitos, para os sentidos, para as novas possibilidades.

PARTE I. CONSTRUINDO O CAMPO TEÓRICO

Retrato

Eu não tinha este rosto de hoje,
assim calmo, assim triste, assim magro
nem estes olhos tão vazios,
nem o lábio amargo.

Eu não tinha estas mãos sem força,
tão paradas e frias e mortas;
eu não tinha este coração que nem se mostra.

Eu não dei por esta mudança,
tão simples, tão certa, tão fácil:
— em que espelho ficou perdida
a minha face?

Cecília Meireles

CAPÍTULO 1. OS AFETOS, AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, OS SENTIDOS E OS SIGNIFICADOS

1.1. Os afetos enquanto processos relacionais

A concepção de afeto aqui utilizada é aquela apresentada por Heller em sua Teoria dos Sentimentos. Lane (1995) salienta que a contribuição dessa autora acerca das emoções “(...) nos ajudou a precisar com maior clareza o caráter social das emoções (...)” (p. 57).

De modo complementar, também serão apresentadas contribuições de Tomanik, que, embasado na perspectiva de Heller, apresenta considerações sobre os afetos. Ainda que não utilize a terminologia afeto, González Rey propõe discussões sobre os processos emocionais como constituintes da subjetividade⁴, as quais também serão apresentadas a seguir, pois subsidiarão as discussões dos capítulos seguintes.

Saliento que, ainda que alguns ou algumas autores/as ou vertentes teóricas delineiem diferenciações entre afetos, sentimentos e emoções, irei tomá-los aqui como sinônimos.

De acordo com Heller (1993), os estudos quanto aos sentimentos ocorrem desde que o pensamento teórico passou a existir. Qualquer reflexão sobre o sujeito levava em conta seus sentimentos. Pontua que, no século XX, o questionamento que norteia o estudo dos sentimentos tem como base a relação dos sentimentos com os pensamentos. Em sua teoria, diz aceitar as indagações deste momento histórico, propondo-se a analisar a relação entre o pensar e o sentir.

Heller (1993, pp. 15-16) explica que “sentir significa estar envolvido com algo (...). Esse ‘algo’ pode ser qualquer coisa: outro ser humano, um conceito, eu mesmo, um processo, um problema, uma situação, outro sentimento... outro envolvimento”⁵. Aquilo que nos afeta não necessariamente existe de modo concreto, ou seja, o fato de eu estar envolvida ou envolvido com algo não significa que esse algo seja um objeto ou alguém com características concretas. Considerando a perspectiva dessa autora, Tomanik (2015, pp.1-2) pontua que os afetos “(...) são os efeitos produzidos em cada ser humano, por seus contatos com o mundo, com seus semelhantes e até consigo mesmo”.

⁴ González Rey (2005, p. 37) sinaliza que “a subjetividade é um sistema processual, plurideterminado, contraditório, em constante desenvolvimento (...)”. É um sistema constituinte e constituído da cultura humana.

⁵ “sentir significa estar implicado en algo (...). Ese ‘algo’ puede ser cualquier cosa: outro ser humano, un concepto, yo mismo, un proceso, un problema, una situación, otro sentimiento... otra implicación”.

Os afetos, de acordo com Heller (1993), não são aspectos que apenas acompanham as ações e os pensamentos. O envolvimento é parte intrínseca desses outros processos. Os afetos estão incluídos em nossas ações, em nossos pensamentos, em nossas expressões mais diversas, não se colocando como mero acompanhamento de nosso falar, agir ou pensar. A autora destaca que “(...) o próprio envolvimento é o fator construtivo inerente do atuar, pensar, etc.” (p. 17)⁶.

Na perspectiva da autora, ação, pensamento e sentimento são aspectos de um mesmo processo, apesar de possuírem diferenças funcionais. Quando um sujeito se manifesta, o agir, o pensar e o sentir ocorrem simultaneamente. A diferenciação dessas funções ocorre ao longo do desenvolvimento do eu e, concomitantemente, vai se estabelecendo a reintegração dos referidos aspectos. É nesse processo que o ser humano vai aprendendo a sentir.

Heller (1993) discorre que para aprendermos a pensar e agir intencionalmente, a condição primeira é a existência dos afetos. Contudo, ainda que ela considere que os sentimentos sejam o aspecto primário do ponto de vista filogenético, pontua que eles só podem desempenhar sua finalidade se, de fato, estiverem integrados ao agir e ao sentir.

Realmente não há conhecimento sem sentimento, nem ação sem sentido, nem percepção, nem recordações sem sentimento... mas todos nossos sentimentos, *como sentimientos*, ou bem incluem o fator de conhecimento ou pelo menos se relacionam com o conhecimento, os objetivos, as situações, e só chegam a ter importância como sentimentos através da interação com tudo isso (Heller, 1993, pp. 149-150, grifos da autora)⁷.

As elucidações da autora nos permitem compreender que há uma integração afetivo-cognitivo-comportamental. Em sua relação com o mundo, o ser humano, de forma simultânea, sente, pensa e age. O comportamento não se expressa de modo isolado enquanto reação, já que os afetos e os pensamentos são inseparáveis dele.

⁶ “(...) el propia implicación es el factor constructivo inherente del actuar, pensar, etc. (...)”.

⁷ Realmente no hay conocimiento sin sentimiento, ni acción sin sentido, ni percepción, ni recuerdo sin sentimiento... pero todos nuestros sentimientos, *como sentimientos*, o bien incluyen el factor de conocimiento o por lo menos se relacionan con el conocimiento, los objetivos, las situaciones, y sólo llegan a tener importancia como sentimientos a través de la interacción con todo eso.

Segundo González Rey (1999), as emoções são processos dinâmicos que constituem nossa subjetividade. Não são meros fenômenos que compõem outros sistemas. Os estudos que se dedicam aos processos afetivos têm contemplado aspectos referentes à sua fisiologia e à sua especificidade relacional, porém sua característica de processos subjetivos pouco tem sido evidenciada.

Um tema muito mal tratado na perspectiva psicológica foi o da emoção (...). As emoções não deixaram de ser nunca um epifenômeno de outros processos, e têm aparecido sempre associadas ao biológico ou ao social, mas sem um *status* próprio (González Rey, 2000a, p. 135)⁸.

A concepção de afeto aqui adotada valoriza esta perspectiva relacional, em que subjetividade e contexto social se entrelaçam no processo de produção e expressão de sentimentos. Isso reflete na noção de sujeito adotada por nós. Ao considerar as emoções como constituintes de nossa subjetividade, González Rey (2000a) apresenta a concepção de que o ser humano é um sujeito emocional, o qual

(...) em sua condição de sujeito, está permanentemente gerando emoções, as quais são uma expressão qualitativa das diferentes instâncias que caracterizam sua vida social. Por definição, o sujeito é um sujeito emocional, ou seja, que produz emoções nas diferentes atividades em que se envolve e antecipa com suas emoções sua implicação nelas. O sujeito em nenhum momento é neutro do ponto de vista emocional (González Rey, 1999, pp. 129-130)⁹.

O autor elucidada que, na medida em que atua no mundo, o sujeito produz emoções implicadas tanto com essa ação, como com seus efeitos. É no curso dessas ações que as emoções produzidas nesse processo constituem sua subjetividade. Trata-se, portanto, de

⁸ Un tema muy mal tratado desde la perspectiva psicológica fue el de la emoción (...). Las emociones no han dejado de ser nunca un epifenómeno de otros procesos, y han aparecido siempre asociadas a lo biológico o a lo social, pero sin un *status* propio.

⁹ El hombre, en su condición de sujeto está permanentemente generando emociones, las cuales son una expresión cualitativa de las diferentes instancias que caracterizan su vida social. Por definición, el sujeto es un sujeto emocional, es decir, que produce emociones en las diferentes actividades en que se implica y anticipa con sus emociones su implicación en ellas. El sujeto en ningún momento es neutro desde el punto de vista emocional.

sujeito não neutro, relacional, dinâmico interna e externamente.

Esse processo de sentir envolve algumas dimensões e elementos que o tornam complexo. Tomanik (2015, p. 2) analisa que

(...) os afetos são processos complexos. Cada um deles envolve dimensões neurofisiológicas, históricas, ideológicas e linguísticas; em cada um estão presentes, simultaneamente, elementos culturais (típicos dos grandes grupos), representacionais (produzidos a partir das vivências e dos problemas enfrentados pelos pequenos grupos e que servem para a compreensão e a escolha de alternativas de ações diante destas dificuldades) e individuais. Por isto, são fenômenos que não podem ser adequadamente compreendidos fora de seus contextos históricos, culturais e econômicos.

As características, experiências e condições pessoais são aspectos que possuem uma dimensão individual relacionada à identidade do sujeito, ainda que também sejam atravessadas pelos aspectos culturais e representacionais. Esses elementos individuais abarcam um conjunto de características que permite nos percebermos como únicos, ainda que os elementos que a constituem passem por contínuas mudanças. Eles afetam o modo como os sentimentos vão se originar e se expressar.

Ciampa (1987) diz que para sabermos quem alguém é, faz-se necessário que perguntemos a ela/e, assim como devemos perguntar a nós mesmo quem somos, quem queremos ser, considerando quem fomos e quem estamos sendo. Porém, tais indagações não alcançam respostas prévias e estáveis, pois identidade é processo.

Se identidade é identidade de pensar e ser, a resposta que buscamos é uma resposta sempre vazia, como um salto, pois é metamorfose. O conteúdo que surgirá dessa metamorfose deve subordinar-se ao interesse da razão e decorrer da interpretação que fazamos do que merece ser vivido. Isso é busca de significado, é invenção de sentido (Ciampa, 1987, pp. 241-242).

O autor discorre acerca das multiplicidades que as identidades agregam em seu todo, ressaltando-as não como um fato, mas como possibilidade de movimento e de transformação.

Explica que

podemos imaginar as mais diversas combinações para configurar uma identidade como uma totalidade. Uma totalidade contraditória, múltipla e mutável, no entanto una. Por mais contraditório, por mais mutável que seja, sei que sou eu que sou assim, ou seja, sou uma unidade de contrários, sou uno na multiplicidade e na mudança (Ciampa, 1987, p. 61).

Tendo em vista o caráter múltiplo e mutável das identidades, podemos considerar que a identidade de um sujeito depende das relações que ele constrói e, portanto, dos afetos que experiencia em sua trajetória. Inclusive, Ciampa (1989, p. 74) sinaliza que a identidade “é sermos o Um e um Outro, para que cheguemos a ser Um, numa infundável transformação”.

Outro aspecto que sinaliza o intercruzamento entre os afetos e a construção das identidades é a presença das representações de si como um dos elementos importantes da identidade. Ciampa (1989, p. 65) explica que ela compõe “(...) um conjunto de elementos – biológicos, psicológicos, sociais, etc. – que podem caracterizar um indivíduo, identificando-o (...)” integrado à representação desse sujeito sobre ele mesmo. Tais aspectos não estão cindidos, devem ser analisados de forma articulada. Por isso, destaca que a resposta à indagação “quem sou eu?” não daria conta de explicar satisfatoriamente a identidade de um sujeito, pelo fato de ser necessário fazer a integração de todos aqueles conteúdos. Todavia, os elementos advindos dessa pergunta nos permitem, conforme o autor, compreender um dos elementos importantes da noção de identidade: as representações que as pessoas têm de si. Podemos compreender que essas representações sobre o próprio sujeito envolvem essencialmente o que ele/a próprio sente que é, ainda que esse modo de se perceber sofra atravessamentos das percepções das/os outras/os sobre ela/e em sua dinâmica relacional. Assim, a maneira como uma pessoa se percebe, representa-se e sente-se expressa aspectos importantes de sua identidade.

Esta interface entre os aspectos identitários e os processos afetivos também pode ser percebida nas proposições de González Rey (1999), que discorre que as emoções são processos dinâmicos que constituem nossa subjetividade, tal como fora destacado no início desta seção, quando apresentamos as conceituações de afetos. Tendo em vista que o autor considera que a identidade é uma parte da subjetividade, podemos compreender que as

emoções são aspectos constitutivos da identidade.

Além dos aspectos individuais, há também, como foi apontado por Tomanik (2015), os elementos culturais que perpassam as dimensões que envolvem os processos afetivos. Entendemos que a cultura permite a construção de sentidos específicos para os afetos em cada sociedade e/ou em momentos históricos distintos. Assim, por meio da linguagem se torna possível identificar o que uma determinada cultura reconhece, nomeia e dá existência como afetos.

Há, ainda, conforme Tomanik (2015), os aspectos representacionais que também se fazem presentes nas mais diversas dimensões dos processos afetivos. Partimos da compreensão de que o que afeta uma pessoa é a representação de algo ou alguém para ela, por isso as representações são tão importantes quando nos propomos a estudar e analisar afetos. Retomaremos a esta temática no item seguinte deste capítulo, no qual dedicamos um espaço mais amplo para discuti-la.

Quanto à dinâmica dos afetos, Tomanik (2015) afirma que através de nosso constante contato com tudo que faz parte de nossa existência, somos afetados de modo permanente. Heller (1993) discorre que estamos sendo afetados de forma contínua. Não alternamos momentos neutros de conteúdo afetivo com outros permeados por maior ou menor presença de sentimentos.

A autora destaca, porém, que ocorrem mudanças na intensidade dos sentimentos vivenciados. Isso significa que o grau de envolvimento de cada pessoa com cada um dos elementos com os quais se relaciona é variável. A intensidade com que algo ou alguém afeta um sujeito depende do modo como ocorre o envolvimento, a relação entre eles.

De acordo com Heller (1993), “o limite inferior do envolvimento é zero (...)” (p. 17)¹⁰. Ocorre quando algo ou alguém não tem significado para a pessoa, tornando-se indiferente para ela. No entanto, salienta que “esse limite (...) nunca pode alcançar-se totalmente” (p. 17)¹¹. Já o limite superior é influenciado pelo organismo biológico e por parâmetros impostos em cada sociedade. Isso significa que há variações na configuração do sentir em cada indivíduo e em cada realidade social.

Nesse processo de envolvimento, conforme Heller (1993), nossa atenção pode estar mais voltada para a implicação ou para o aspecto com o qual estamos envolvidos. Explica a

¹⁰ “el límite inferior de la implicación es cero (...)”.

¹¹ “ese límite (...) nunca puede alcanzarse totalmente”.

autora: “posso estar *envolvido* com algo ou envolvido com *algo*” (p. 21, grifos da autora)¹². De acordo com o que possui maior importância para o sujeito, o sentimento emergirá como figura ou fundo. Essas condições não são estáveis e permanentes, podem passar por mudanças de destaque e, por isso, devem ser analisadas de forma dinâmica. Vivenciamos ao mesmo tempo vários afetos, alguns ocupam papel central, mas aqueles que estão no fundo também exercem sua função sobre nós. Em uma ou em outra posição, os afetos não são mais ou menos importantes. Nunca estaremos vivenciando um único afeto ou experienciando afetos de modo isolado, eles se integram continuamente.

Segundo Heller (1993), não é possível imaginar um ser humano sem sentimentos. A diversidade de afetos é praticamente infinita, mas nem sempre somos capazes de nomeá-los. Não é possível conhecer de forma total os próprios sentimentos ou os de outra pessoa. Para nos aproximarmos dos sentimentos dos outros, “(...) há que se remeter à conduta juntamente com o que eles relatam sobre seus sentimentos” (p. 26)¹³. Porém, não se deve ter como critério elementar, para considerar a presença de sentimentos, a expressão de condutas, porque muitos sentimentos ficam guardados, sem que sejam expressos. Por outro lado, expressá-los nem sempre permite que eles sejam, de fato, comunicados e compreendidos.

González Rey (1999) afirma que há uma infinidade de emoções. Algumas delas não adquirem um significado consciente para quem as cria, como também não têm sido conceituadas pelas teorias psicológicas e nem reconhecidas nas esferas de representações sociais.

Quanto à relação dos afetos com a memória, Heller (1993) sinaliza que a própria evocação é um modo de envolver-se, de sentir. Sendo assim, não há como criar memória sem afetos. O elemento resgatado da memória não é um registo fidedigno do que ocorreu. A lembrança não restabelece a coisa, a pessoa ou a situação fielmente, pois quem lembra não é mais o mesmo, e é a partir da interpretação de quem se recorda que se retoma algo da memória. A autora destaca que “dentre as percepções¹⁴ armazenadas a curto prazo, a memória ‘rechaça’ as que são insignificantes (aquelas com as quais não estamos envolvidos) e transfere

¹² “puedo estar *implicado* en algo o implicado en *algo*”.

¹³ “(...) hay que remitirse a la conducta junto con lo que ellos relaten sobre sus sentimientos”.

¹⁴ Conforme Chauí (1999), percepção não é apenas a soma de sensações, mas o conhecimento sensorial de elementos organizados e dotados de sentido. A percepção é uma relação do sujeito com o mundo exterior e não mera reação físico-fisiológica de um sujeito a um conjunto de estímulos externos.

à memória de longo prazo aquelas com as quais estamos envolvidos” (p. 60)¹⁵.

Tudo aquilo que vivenciamos, percebemos, pensamos é, conforme Heller (1993), armazenado em nossa memória juntamente com o envolvimento correspondente. Inclusive, “(...) os sentimentos armazenados nas unidades da memória podem ser também sentimentos figura ou sentimentos em fundo” (p. 61)¹⁶. Além do mais, na mesma medida em que a relação do eu com o mundo passa por transformações, vemo-nos implicados em coisas em que não nos implicávamos antes. Quando evocamos uma lembrança, não somos mais os mesmos, não nos relacionamos mais, necessariamente, com aquele envolvimento da maneira como ocorrera naquele contexto anterior.

A partir do exposto neste item, concluímos que os afetos se caracterizam como processos relacionais (Heller, 1993; Tomanik, 2015). Derivam delas e redirecionam as relações que cada sujeito constrói com algo ou alguém. Cada afeto traz sempre, ao mesmo tempo, as marcas do sujeito, dos grupos dos quais participa, do momento e da história de todos eles. Inseridos na rede social, os afetos vão sendo tecidos. Os modos de sentir vão sendo socialmente negociados e construídos de maneira articulada com o contexto. Os efeitos disso podem ser percebidos, por exemplo, nas trocas afetivas e nas expressões de sentimentos ensinadas e esperadas desde muito cedo para meninos e para meninas, de modos especificamente demarcados pelo gênero. Não há, portanto, como pensar nos afetos fora da dimensão das relações humanas¹⁷. Eles as constituem, assim como são constituídos por elas de modo dinâmico, já que os afetos são os próprios efeitos produzidos nas relações, são o próprio envolvimento.

1.2. As representações sociais em interface com as representações individuais e culturais

As representações sociais permeiam a forma como os afetos se estabelecem, assim como os afetos atravessam a formação delas. Apresentarei algumas discussões sobre as representações sociais em sua interface com as representações individuais e culturais.

¹⁵ “De entre las percepciones almacenadas a corto plazo, la memoria ‘rechaza’ las que son insignificantes (aquéllas en las que no estamos implicados) e transfiere a la memoria a largo plazo aquéllas en que estamos implicados”.

¹⁶ “(...) los sentimientos almacenados en las unidades de la memoria pueden ser también sentimientos figura o sentimientos en trasfondo”.

¹⁷ No que tange às relações interpessoais, especificamente, Heller (2002) afirma que quanto mais intensas são, quanto mais embasadas estão na igualdade, quanto mais livremente são eleitas, tanto mais rica de conteúdo e humanizada é a vida.

O conceito de representação social, conforme Villas Bôas (2004), foi proposto por Moscovici e reporta-se ao conceito de representação coletiva de Durkheim. Moscovici realiza a crítica do conceito proposto por Durkheim, na medida em que esse último, ao empreender sua análise, teria atentado “(...) apenas aos aspectos sociológicos do pensamento organizado” (p. 144). Em contrapartida, Moscovici utiliza o adjetivo “social” ao invés de “coletivo”, buscando dar mais ênfase às representações como construções conjuntas e compartilhadas de conhecimentos pelos sujeitos.

Villas Bôas (2004) pontua que a diversidade de entendimentos acerca das representações sociais contribui para dificultar sua conceituação. Isso pode estar relacionado com o fato de este conceito pertencer a mais de uma área de conhecimento, uma vez que sua origem está associada tanto à Psicologia quanto à Sociologia.

De acordo com Oliveira e Werba (2005), as representações sociais são formas de entender o mundo, construídas e compartilhadas de maneira coletiva, com o objetivo de criação e interpretação da realidade. Elas são dinâmicas, produzem efeitos nos comportamentos das pessoas e no modo como elas se relacionam com o mundo, gerando transformações em ambos.

Para Jodelet (2001) a representação social refere-se a “(...) uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (p. 22). Trata-se de fenômeno que está sempre em ação na dinâmica social e que é composto por diversos aspectos “(...) informativos, cognitivos, ideológicos, normativos, crenças, valores, atitudes, opiniões, imagens etc. Contudo, estes elementos são organizados sempre sob a aparência de um saber que diz algo sobre o estado da realidade” (p. 21).

Wagner (2000, pp. 3-4) parte da compreensão de que representação social é um “(...) conteúdo mental estruturado – isto é, cognitivo, avaliativo, afetivo e simbólico – sobre um fenômeno social relevante (...)”. Além disso, o autor ressalta que são as transformações nas condições de existência das pessoas que permitem as mudanças na maneira como concebem algo, representam esse algo. Tal processo é coletivamente construído pelos membros de um grupo ou sociedade. “Agindo no sistema de representação, os membros de um grupo criam o objeto representado, dão-lhe significado e realidade” (p. 11).

Conforme Moscovici (2007), as representações sociais são modalidades específicas de compreensão, interpretação e comunicação comuns aos membros de um grupo. Onde há

interações entre as pessoas, há representações sociais. Os seres humanos as criam coletivamente “(...) no decurso da comunicação e da cooperação” (p. 41). Possuem a função de transformar um objeto não familiar em familiar, isto é, as representações que produzimos resultam de um processo de tornar algo não conhecido em algo comum. As representações que temos sobre os mais diversos aspectos do mundo são históricas, desenvolvem-se ao longo de toda nossa vida e das existências dos grupos dos quais fazemos parte.

Todas as noções a respeito das representações sociais apresentadas evidenciam a necessidade de interações entre as pessoas para construí-las. Não há como pensar a elaboração e o compartilhamento de representações sem admitir a presença fundamental dos sentimentos em sua estruturação, haja vista que ela tem as relações interpessoais como fundamento de sua existência.

Segundo Moscovici (2007), as representações sociais possuem potencial de empreender mudanças.

(...) o que é importante é a natureza da mudança, através da qual as representações sociais se tornam capazes de influenciar o comportamento do indivíduo participante de uma coletividade. É dessa maneira que elas são criadas, internamente, mentalmente, pois é dessa maneira que o próprio processo coletivo penetra, como o fator determinante, dentro do pensamento individual. Tais representações aparecem, pois, para nós, quase como que objetos materiais, pois eles são o produto de nossas ações e comunicações (Moscovici, 2007, p. 40).

Para o autor, as representações sociais, além de serem maneiras particulares de conhecimento que permitem a elaboração de comportamentos e a comunicação entre as pessoas, são também constitutivas da realidade e podem causar transformações nela.

Elas circulam, cruzam-se e se cristalizam incessantemente através de uma fala, um gesto, um encontro, em nosso universo cotidiano. A maioria das relações sociais estabelecidas, os objetos produzidos ou consumidos, as comunicações trocadas, delas estão impregnados. Sabemos que as representações sociais correspondem, por um lado, à substância simbólica que entra na elaboração [da realidade] e, por outro, à prática que produz a dita substância (...) (Moscovici, 1978, p. 41).

Perceber as representações sociais por esse prisma contribui para a compreensão da realidade enquanto construção social. Conforme Berger e Luckmann (2007), a vida que se produz cotidianamente se revela como uma realidade que passa pela interpretação dos seres humanos e adquire um sentido subjetivo.

A representação funciona como um sistema de interpretação da realidade que rege as relações dos indivíduos com o seu meio físico e social, ela vai determinar seus comportamentos e suas práticas. A representação é um guia para a ação, ela orienta as ações e as relações sociais. Ela é um sistema de pré-decodificação da realidade porque ela determina um conjunto de antecipações e expectativas (Abric, 2000, p. 28).

As representações sociais estão em contínua relação com as representações que se estabelecem a nível individual, que tomam certas particularidades em cada sujeito, como também com as representações culturais, que possuem proporções mais amplas e estáveis. Elas se (re)(des)constróem a nível pessoal, grupal e cultural, como também se entrelaçam mutuamente num processo contínuo.

Abric (2000) considera as representações como constituídas por um duplo sistema, um núcleo central e os aspectos periféricos, que possibilita a compreensão de uma das características básicas das representações sociais, que pode, inclusive, parecer contraditória.

(...) elas são, simultaneamente, estáveis e móveis, rígidas e flexíveis. Estáveis e rígidas posto que determinadas por um núcleo central profundamente ancorado no sistema de valores partilhado pelos membros do grupo; móveis e flexíveis, posto que alimentando-se das experiências individuais, elas integram os dados do vivido e da situação específica, integram a evolução das relações e das práticas sociais nas quais se inserem os indivíduos ou os grupos (Abric, 2000, p. 34, grifos do autor).

Assim, além da representação social, a representação individual preserva elementos da primeira, porém possui aspectos particulares em cada pessoa, atribuindo sentido mais específico acerca de um fenômeno ou da realidade. Além disso, no que concerne a uma maior abrangência, existem as representações culturais. Wagner (2000) pontua que as

representações culturais são aquelas constituídas por uma longa tradição durante a história dos seres humanos. Elas permanecem arraigadas nos modos de ser e pensar dos povos, atravessando as gerações.

Um alcance importante trazido pela noção de representação social se refere à possibilidade de compreender a objetividade e a subjetividade como dimensões integradas, de acordo com Abric (2000). Segundo esse autor, na teoria das representações sociais, a dicotomia entre sujeito e objeto não é admitida. Ao apropriar-se da realidade, o indivíduo ou grupo a recria subjetivamente, de acordo com seu contexto, seus valores, sua história. Será essa realidade significada e reestruturada às próprias vivências dessas pessoas. Não existe, portanto, a separação entre o universo externo e interno, pois a representação é tudo aquilo que é reconstruído subjetivamente e compartilhado de modo coletivo.

Abric (2000), tendo como base as contribuições de Moscovici, afirma que as representações sociais exercem quatro funções específicas: de saber, pois permitem que os sujeitos compreendam e expliquem a realidade; identitária, já que as representações compartilhadas entre membros de um grupo permitem que cada um deles se sinta pertencente a esse grupo e reconheça as pessoas que fazem parte do mesmo; de orientação, uma vez que como forma de conceber a realidade vivida, elas norteiam tanto os comportamentos individuais quanto as práticas grupais; e justificadora, porque servem para explicar e justificar comportamentos e posicionamentos dos membros de um grupo, tornando-os aceitáveis naquela realidade.

Guareschi (2000) afirma que a Teoria das Representações Sociais se apresenta como uma tentativa de avanço e superação de “(...) diversas dicotomias que se formaram no decorrer da história da Psicologia Social” (p. 250), como aquelas que fragmentam o indivíduo e a sociedade, o mundo externo e o interno, o material e a representação, o senso comum e o conhecimento reificado, dentre outras.

Para ele, a representação social compõe-se de uma dimensão individual, assim como, do mesmo modo, é social, pois não é a representação de um único sujeito. Para ser social, há a necessidade de que ela seja compartilhada. Enquanto muitas teorias psicológicas ainda permanecem centradas no introspectivo, a noção de representação social é interna e externa, admite os aspectos intrapsíquicos e o campo social no qual interferem. Para que a representação social se construa é necessário que um certo aspecto passe por transformação para que possa ser internalizado, pois não seria possível fazê-lo em seu estado material. As

representações sociais fazem parte da realidade consensual e podem ser transformadas na cotidianidade.

É nas relações humanas que as representações sociais são criadas, transformadas e compartilhadas. Nesse processo de (re)significação constante, não apenas os elementos cognitivos têm papel relevante, mas também os aspectos afetivos. Segundo González Rey (2008, p. 238), “uma representação social sempre está comprometida emocionalmente (...)”¹⁸. O modo como os indivíduos se envolvem emocionalmente nos espaços de representações sociais, nos quais se estabelecem a vida cotidiana, não se separa dos sentidos subjetivos produzidos. Passamos, agora, a refletir sobre tais sentidos.

1.3. Os sentidos e os significados

Os afetos possuem significados reconhecidos dentro de um contexto social, mas podem adquirir sentidos distintos para sujeitos e/ou situações diferentes, segundo a perspectiva da Psicologia Social Crítica, fundamentada no Materialismo Histórico-Dialético. Conforme González Rey (2000a), não há como tratar a temática das emoções de forma isolada das dimensões de sentido que constituem a subjetividade humana.

Gonçalves (2007) sinaliza que, em sua atividade e em suas relações interpessoais, o ser humano se apropria dos mais variados significados. Na subjetividade, aqueles significados expressam-se como sentidos, nos quais os significados ganham contornos pessoais.

Para Friedman (1995), “os significados sociais referem-se ao sistema estável de relações ou enlaces que compõem o significado, produto objetivo da história de um grupo, comum a todas as pessoas que a ele pertencem” (p. 136). Já os sentidos pessoais são construídos a partir do enlace entre “(...) as significações sociais vigentes e a vivência pessoal” (p. 137).

Nesse viés de pensamento, os significados e os sentidos são construções históricas, sociais e culturais e, por terem as relações entre as pessoas enquanto eixo significativo para sua criação, os afetos exercem influência importante em sua construção.

Quanto aos sentidos e significados das palavras, segundo Vigotski (2000),

¹⁸ “una representación social siempre está comprometida emocionalmente (...)”.

Paulham prestou um grande serviço à análise psicológica da linguagem ao introduzir a diferença entre o sentido e o significado da palavra. Mostrou que o sentido de uma palavra é a soma de todos os fatos psicológicos que ela desperta em nossa consciência. Assim, o sentido é sempre uma formação dinâmica, fluida, complexa, que tem várias zonas de estabilidade variada. O significado é apenas uma dessas zonas do sentido que a palavra adquire no contexto de algum discurso e, ademais, uma zona mais estável, uniforme e exata. Como se sabe, em contextos diferentes a palavra muda facilmente de sentido. O significado, ao contrário, é um ponto imóvel e imutável que permanece estável em todas as mudanças de sentido da palavra em diferentes contextos (p. 465).

Para ele, a palavra que remete a algo, ao tomar sentido, incorpora elementos intelectuais e afetivos.

Esse enriquecimento das palavras que o sentido lhes confere a partir do contexto é a lei fundamental da dinâmica do significado das palavras. A palavra incorpora, absorve, de todo o contexto com que está entrelaçada, os conteúdos intelectuais e afetivos (...) (Vigotski, 2000, pp. 465-466).

González Rey (2007) apresenta algumas contribuições de Vygotsky, ao analisar o conceito de sentido em sua interlocução com as emoções. Pontua que Vygotsky só conseguiu estabelecer uma relação entre o cognitivo e o afetivo através da noção de sentido, ainda que ao longo de sua obra tenha tentado desenvolver a unidade entre esses dois aspectos. Ao lançar mão da categoria de sentido, Vygotsky confere ao psiquismo um caráter gerador. Destaca que é notável que o referido autor centrou-se, especificamente na última parte de sua obra,

(...) na complexa relação entre afeto e emoção, e entre sentido e significado, o que, conhecendo a lógica do pensamento vygotskyano, faz pensar que nesse esforço ele tentaria encontrar uma unidade da vida psíquica capaz de envolver de forma inseparável essa nova unidade cognitivo-afetivo (González Rey, 2007, p. 158).

Ao trazer as contribuições de Vygotsky às suas análises, González Rey (2007) concebe que a categoria de sentido subjetivo, que ele propõe, diferencia-se da categoria de

sentido em Vygotsky, ao distanciar-se da relação direta sentido-palavra, da qual a esse autor também se afastou no fim de sua obra.

(...) na categoria sentido subjetivo fica enfatizada a relação do simbólico com o emocional, e não apenas entre o intelectual e o afetivo, que tinha sido o foco de Vygotsky. Finalmente, a partir da categoria de sentido subjetivo, em sua relação com a categoria de configuração subjetiva, estabeleci uma relação inseparável entre o sentido subjetivo e a subjetividade como sistema (González Rey, 2007, p. 170).

A concepção de sentido subjetivo, segundo González Rey (2007), ainda que tenha se originado a partir da noção de sentido de Vygotsky, admite diferenças quanto a ela por dar ênfase à unidade entre o emocional e o simbólico como modo de integrar as vivências e trocas que as pessoas desenvolvem na dinâmica social. Assim, tal categoria possibilita a abertura para uma “(...) nova dimensão para compreender os processos humanos (...)” (p. 176).

Para González Rey (2007), a perspectiva de sentido subjetivo permite a compreensão da subjetividade como inseparável do contexto em que acontece a vida humana. A subjetividade não é concebida como um sistema circunscrito à dinâmica psicológica individual, mas enquanto expressão da produção humana que se entrelaça com dimensões socioculturais.

Os autores do Construcionismo Social não estabelecem diferenciações entre sentidos e significados, tratando tudo como sentidos. Aquilo que o sujeito fala, faz e/ou expressa, a partir de seus processos afetivos, compõe o campo dos sentidos. Spink (2010, p. 35) explica que “produzimos sentidos o tempo todo” e são eles que nos dão subsídios para interagir com as situações cotidianas que vivenciamos.

O sentido é uma construção social, um empreendimento coletivo mais precisamente interativo, por meio do qual as pessoas, na dinâmica das relações sociais, historicamente datadas e culturalmente localizadas, constroem os termos a partir dos quais compreendem e lidam com as situações e fenômenos a sua volta (Spink, 2010, p. 34).

Spink e Medrado (2013, p. 29) apontam que “(...) vivemos num mundo social que tem uma história. Os repertórios interpretativos que nos servem de referência foram histórica e culturalmente constituídos”.

Spink (2010) salienta que aquilo que é dito só tem sentido no contexto do enunciado. Esse, na teorização de Bakhtin, refere-se a todos os aspectos que compõem a comunicação entre pessoas, contemplando desde as perguntas de alguém até o encerramento da fala do outro. “Só entendemos o sentido na medida em que incorporamos na análise esse contexto mais amplo de perguntas, respostas e intervenções” (p. 29).

Lançar um olhar para os sentidos estabelecidos cultural e historicamente se coloca como um desafio no âmbito da ciência, se considerarmos as influências tradicionais que ainda se fazem presentes na produção do conhecimento na atualidade. Tal herança enseja o desenvolvimento de pesquisas centradas na descoberta dos fenômenos tal como são, não importando seus sentidos. Desafiadoras, profundas e produtivas tornam-se, então, as propostas de investigação que dão abertura para os sentidos que os sujeitos criam em suas vivências. É a isso que nos propomos ao olhar para as expressões da violência.

CAPÍTULO 2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A(S) VIOLÊNCIA(S)

2.1. Violência

A violência, de forma geral, assim como algumas de suas manifestações mais específicas, como a violência contra as mulheres e a violência doméstica contra as mulheres, que serão discutidas posteriormente, são fenômenos complexos e multifacetados.

Odalía (2012) argumenta que, se recuarmos no tempo, veremos que a violência sempre esteve presente nas sociedades. Esse fenômeno caracteriza o ser humano em sua dimensão histórica, “(...) que vive em sociedades complexas e diferenciadas (...)” (p. 14), admitindo contornos distintos em cada uma delas e em cada momento histórico.

Trata-se de um complexo e dinâmico fenômeno biopsicossocial, mas seu espaço de criação e desenvolvimento é a vida em sociedade. Portanto, para entendê-la, há que se apelar para a especificidade histórica. Daí se conclui, também, que na configuração da violência se cruzam problemas da política, da economia, da moral, do Direito, da Psicologia, das relações humanas e institucionais, e do plano individual (Minayo, 1994, p. 7).

Odalía (2012) sinaliza que a tentativa de definir a violência pode gerar o seu aprisionamento em um “(...) esquema formal estreito (...)” (p. 82). Tal fenômeno não se manifesta de forma clara em todas as suas expressões, pode emergir de modo sutil ou de maneira tão bem esboçada que, muitas vezes, passa por circunstâncias naturais da vida. Sinaliza que “razões, costumes, tradições, leis implícitas e explícitas, que encobrem certas práticas violentas normais na vida em sociedade, dificultam compreender de imediato seu caráter” (pp. 22-23).

Nem sempre a violência se apresenta como um ato, como uma relação, como um fato, que possuam uma estrutura facilmente identificável. O contrário, talvez, fosse mais próximo da realidade. Ou seja, o ato violento se insinua, frequentemente, como um ato natural, cuja essência passa despercebida (Odalía, 2012, p. 22).

Podemos tomar como exemplo as situações em que a violência doméstica contra mulheres se faz presente nas relações, emergindo com algumas sutilezas. Nesses casos, muitas mulheres relatam que a elas são direcionadas, com frequência, expressões como “mulher minha não usa este tipo de roupa” e “você não é capaz de conseguir alguém melhor que eu”. Muitas vezes, as mulheres entendem tais expressões como forma de amor, cuidado, ciúme ou preocupação, o que demonstra que a violência está sendo bem esboçada, pois passa por um ato natural. A sutileza das expressões da violência, que dificultam sua identificação como tal, é atravessada por aspectos históricos, sociais e familiares que sustentam sua invisibilidade, seu disfarce. São muito comuns situações como as citadas, iniciadas já atravessadas por essas ideias de opressão e controle, tornarem-se casos em que, pouco a pouco, a violência ganha mais corpo, através de expressões de privações quanto ao uso de uma determinada roupa, contato com outras pessoas, desenvolvimento de atividades do interesse da mulher, etc., até a ocorrência de violências físicas e/ou psicológicas mais graves.

Segundo Chauí (1998, p. 32-33)¹⁹, violência é:

(...) 1) tudo o que atua usando força para ir contra a natureza de um ser (desnaturalizar); 2) todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3) todo ato de violação da natureza de alguém ou de uma coisa considerada positivamente por uma sociedade (violentar); 4) todo ato de transgressão contra aquelas coisas e ações que alguém ou uma sociedade define como justas ou como um direito; 5) consequentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, o medo e o terror.

Matta (1982) destaca que a violência é um fenômeno social multifacetado e de expressão universal. Em cada sociedade, possui particularidades e maneiras específicas de se

¹⁹ (...) 1) todo lo que actúa usando la fuerza para ir contra la naturaleza de algún ser (desnaturalizar); 2) todo acto de fuerza contra la espontaneidad, la voluntad y la libertad de alguien (coaccionar, constreñir, torturar, brutalizar); 3) todo acto de violación de la naturaleza de alguien o de alguna cosa valorada positivamente por una sociedad (violentar); 4) todo acto de transgresión contra aquellas cosas y acciones que alguien o una sociedad define como justas y como un derecho; 5) consecuentemente, violencia es un acto de brutalidad, sevicia y abuso físico y/o psíquico contra alguien y caracteriza relaciones intersubjetivas y sociales definidas por la opresión, intimidación, el miedo y el terror.

apresentar. Numa perspectiva sociológica, propõe que olhemos para a violência, assim como para outros fenômenos, como categorias sociais pelas quais podemos discutir e analisar certos aspectos da sociedade. Assim, sua sugestão é no sentido de não partirmos de um entendimento linear, em que se busca apenas a origem da violência, mas entendê-la como parte de um todo dinâmico.

Violência não se limita ao uso da força física, mas a possibilidade ou ameaça de usá-la constitui dimensão fundamental de sua natureza. Vê-se que, de início, associa-se a uma ideia de *poder*; quando se enfatiza a possibilidade de imposição de vontade, desejo ou projeto de um ator sobre o outro. A própria noção de *outro* ressalta que a diferença constitui a vida social, à medida que esta efetiva-se através da dinâmica das relações sociais. Assim sendo, a diferença é, simultaneamente, a base da vida social e fonte permanente de tensão e conflito (Velho, 1996, p. 10, grifos do autor).

O autor pontua que, em nossa sociedade capitalista, há uma tendência de tentar resolver impasses sociais através da violência. Faltam reciprocidade e trocas para lidar com situações de conflitos. No sistema capitalista, a concorrência, o individualismo e a disputa pelo acúmulo de dinheiro recebem grande ênfase; por outro lado, ao diálogo, à alteridade e à convivência não é dada grande importância.

Fiorelli e Mangini (2015) salientam que a violência se expressa quando outras formas de resolução de conflitos poderiam ser empregadas, e envolve tendências destrutivas entre os sujeitos envolvidos de forma mútua ou unidirecional, extrapolando aquilo que é admissível social ou legalmente, sem respeito à integridade física e psíquica do outro. Tendo em vista a complexidade de toda ação humana, não há como compreendê-la desvinculada das circunstâncias sociais em que se dá. A análise de tais ações deve considerar os estímulos mais diversos que as motivam e o contexto em que se expressam.

Conforme Rapizo e Zuma (2014), a violência é aceita e legitimada em muitos contextos. Em algumas circunstâncias é, inclusive, valorizada em certas práticas cotidianas como se fosse natural. Como ilustração, podemos tomar um exemplo trazido pelos autores quanto à “palmada” dirigida à criança. Mesmo sendo uma expressão violenta, ainda é considerada por muitos pais e mesmo pela sociedade de modo geral como um instrumento que serve para educar a criança. Os modos de conceber a violência e de perceber algo como

tolerável ou não dentro de uma relação ganham dimensões muito particulares, pois se relacionam com a maneira como foram vividas as experiências, como naturais ou não. Nas circunstâncias em que a violência é naturalizada, expressões de amor e de cuidado admitem uma face violenta.

Conforme Chauí (1998), a violência nem sempre é percebida, no espaço em que nasce e se constrói, como violência propriamente dita. Certas concepções e ações que reduzem pessoas à condição de objetos violam seus direitos e aprofundam desigualdades. Num contexto de violência trata-se “(...) seres racionais e sensíveis, dotados de linguagem e liberdade, como se fossem coisas, isto é, irracionais, insensíveis, mudos, inertes ou passivos” (p. 33)²⁰. Salienta, ainda, que

(...) as relações sociais e intersubjetivas se caracterizam sempre por um superior que manda e um inferior que obedece. As diferenças e assimetrias se transformam em desigualdades que reforçam a relação mando-obediência. O “outro” não é reconhecido jamais como sujeito de direitos, nem como subjetividade ou alteridade (Chauí, 1998, p. 38)²¹.

Odalía (2012) argumenta que todo ato de violência é privação, já que ela subtrai dos sujeitos algo ou alguém. Pode, inclusive, destitui-los de seus próprios direitos e até de sua vida, impedindo-os de realizarem-se enquanto seres humanos. O autor afirma: “a ideia de privação parece-me, portanto, permitir descobrir a violência onde ela estiver, por mais camuflada que esteja sob montanhas de preconceitos, de costumes ou tradições, de leis e legalismos” (p. 83).

Passamos, agora, a discutir o fenômeno da violência quando se dirige especificamente às mulheres.

2.2. Violência contra as mulheres

A reflexão sobre o fenômeno da violência contra as mulheres nos apresenta alguns

²⁰ “(...) seres racionales y sensibles, dotados de lenguaje y de libertad como si fuesen cosas, es decir irracionales, insensibles, mudos, inertes o pasivos”.

²¹ (...) las relaciones sociales e intersubjetivas se caracterizan siempre por un superior que manda y un inferior que obedece. Las diferencias y asimetrías se transforman en desigualdades que refuerzan la relación mando-obediencia. El “otro” no es reconocido jamás como sujeto de derechos, ni como subjetividad o alteridad.

subsídios para contextualizarmos o cenário de emergência da violência doméstica contra as mulheres, que será discutida na sequência.

Narvaz e Koller (2006) apontam que a violência contra mulheres tem sido objeto de discussão e interesse social, não ficando circunscrita somente ao âmbito privado. Suas mais diversas formas de expressão, dentre as quais a violência doméstica contra as mulheres é uma, gera intensos efeitos negativos à sua constituição e desenvolvimento como pessoa e à sua inserção, à sua convivência e ao seu acesso aos direitos em sociedade.

Jesus (2015), a partir de análises quali quantitativas de dados de diversos países da América, concluiu que a violência contra as mulheres se faz presente nas mais diversas sociedades, independentemente de especificidades culturais e econômicas. É um fenômeno que admite contornos específicos em cada realidade, mas que está presente em nível global.

Pinafi (2007, p. 1) argumenta que a violência contra mulheres pode ser considerada como “(...) toda e qualquer conduta baseada no gênero²², que cause ou passível de causar morte, dano ou sofrimento nos âmbitos: físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública quanto na privada”. A violência contra as mulheres faz parte de um processo histórico, em que algumas noções quanto às categorias de gênero foram e ainda são construídas socialmente, as quais afirmam a condição de dominação do homem em relação à mulher.

Saffioti (1997) propõe que as noções de gênero presentes em nossa sociedade regem as relações entre homens e mulheres e delimitam os comportamentos femininos e masculinos aceitos. Os gêneros constroem-se, então, socialmente. Desde que o ser humano nasce, já está imerso em um contexto físico e simbólico que vai delineando a sua construção como um ser feminino ou masculino.

Segundo Porto (2006, p. 428), a violência direcionada às mulheres está relacionada aos “(...) modelos culturais do que é ser homem, do que é ser mulher e de qual a função da violência nas relações interpessoais e de poder”. Nessa concepção, a violência se apresenta a partir de conflitos de gêneros, nos quais os gêneros feminino e masculino passam a ter poderes desiguais.

²² Nesta dissertação adotaremos a seguinte concepção de gênero: “(...) é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a mudança não é unidirecional” (Scott, 1995, p. 86). Nessa perspectiva, o masculino e o feminino são compreendidos como construções sociais nas definições das relações de poder.

Morgado (2012a) concebe que a família é uma instituição social marcada pela distribuição de poderes desiguais entre seus membros. O lugar ocupado pelo homem nesse sistema ainda permite a ele certos privilégios. Essas relações caracterizadas por hierarquias estão relacionadas com a construção sociais dos gêneros e, por isso, acarretam desigualdade e dominação no contexto familiar. Frente a isso, a autora fala da importância de “(...) ressignificar os lugares ocupados por homens, mulheres e crianças na família e no contexto de relações sociais mais amplas” (p. 135).

Saffioti (1994) afirma que o fenômeno de violência do homem contra a mulher integra e é integrado pelo modo como se organizam socialmente os gêneros presentes na sociedade. Quando a diferenciação dos gêneros transforma-se em hierarquia teremos efeitos negativos. Frente a isso, sugere que o ideal seria uma distribuição igualitária de poderes nas relações entre homens e mulheres, tendo em vista que ainda nos deparamos com a realidade de que “socialmente falando, o saldo negativo da violência de gênero é tremendamente mais negativo para a mulher que para o homem” (p. 446).

A organização social a partir de padrões femininos e masculinos afeta o modo como as relações entre homens e mulheres se constroem. Fica evidente, a partir das contribuições dos autores trazidos, que os papéis atribuídos aos gêneros são construções históricas, sociais e culturais. Não poderíamos esperar que relações humanas não expressassem violência(s) de homens contra mulheres em contextos em que tais sujeitos se constituem em meio a desigualdades e hierarquias.

Pinafi (2007) destaca que, historicamente, as mulheres tiveram um lugar circunscrito ao cuidado do lar e dos filhos, enquanto aos homens cabiam atividades ligadas ao sustento da família, à participação social e política. No século XIX, com a consolidação do capitalismo, as mulheres, especialmente as de classe média, são chamadas a ocupar espaços formais de trabalho, principalmente nas fábricas. Ainda que com a finalidade de se inserirem em espaços ocupacionais enquanto mão de obra barata, as mulheres passam a ter a possibilidade de saírem da esfera privada e inserirem-se socialmente. Pouco a pouco, no desenrolar daquele século e no seguinte, elas vão se organizando coletivamente e passam a posicionar-se frente às concepções que afirmam e disseminam desigualdades de gêneros. Já no século XX, Morgado (2004) destaca que,

no Brasil, é somente na segunda metade da década de 70 que se consolidam as possibilidades de questionamento da rígida divisão de papéis, imputada a mulheres e homens, articulando-as às denúncias da opressão masculina. Observa-se, naquele momento, a busca da afirmação da mulher que, como sujeito, se restringe às funções tradicionalmente ocupadas (p. 8).

Alguns autores discorrem sobre a importância do posicionamento das mulheres nesse contexto histórico, através dos movimentos feministas. Casique e Furegato (2006) destacam que em meados do século XX, no ocidente, os movimentos feministas foram muito importantes por denunciar casos de violência contra as mulheres, dando visibilidade a esse fenômeno que até então restringia sua existência à esfera privada. Pinafi (2007, p. 4) explica que, “no contexto brasileiro, a década de 70 é marcada pelo surgimento dos primeiros movimentos feministas organizados e politicamente engajados em defesa dos direitos da mulher contra o sistema social opressor – o machismo”.

Em 1993, as Nações Unidas realizaram a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, que reconheceu a violência contra a mulher como obstáculo ao desenvolvimento, à paz e aos ideais de igualdade entre os seres humanos. Considerou também que a violência contra a mulher é uma violação aos direitos humanos e que se baseia principalmente no fato de a pessoa agredida pertencer ao sexo feminino (Jesus, 2015, p. 16).

No mesmo ano, segundo Casique e Furegato (2006), a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas adotou a Declaração das Nações Unidas sobre Erradicação da Violência contra as Mulheres. Nesse documento a violência contra mulheres é definida, de acordo com os autores, como “(...) qualquer ato de violência apoiado no gênero que produza ou possa produzir danos ou sofrimentos físicos, sexuais ou mentais na mulher incluindo as ameaças, a coerção ou a privação arbitrária da liberdade tanto na vida pública como na privada” (p. 3).

Em 1994, o Brasil assinou a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. Esta Convenção entende que a violência contra

a mulher inclui violência física, sexual e psicológica: a) que tenha ocorrido dentro da família ou unidade doméstica ou em qualquer outra relação interpessoal, em que o agressor conviva ou haja convivido no mesmo domicílio que a mulher e que compreende, entre outros, estupro, violação, maus-tratos e abuso sexual; b) que tenha ocorrido na comunidade e seja perpetrada por qualquer pessoa e que compreende, entre outros, violação, abuso sexual, tortura, maus-tratos de pessoas, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual no lugar de trabalho, bem como em instituições educacionais, estabelecimentos de saúde ou qualquer outro lugar, e c) que seja perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra (Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro [CEDIM] & Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação [CEPIA], 2000, p. 8).

Mais recentemente, no âmbito jurídico, foi promulgada a Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que trata especificamente da violência doméstica contra as mulheres, tipo de violência que será discutido no próximo item deste capítulo. A título de elucidação, esta lei surge através de múltiplos esforços tanto dos movimentos populares de mulheres quanto de organizações públicas que vinham se dedicando à discussão e à articulação quanto ao enfrentamento à violência doméstica contra mulheres. Diante disso, a lei emerge com o intuito de criar estratégias para coibir esse tipo de violência (Brasil, 2012).

Nas últimas décadas, Morgado (2012a) ressalta que, além da Lei Maria da Penha (2006), temos como importantes instrumentos de diretrizes de enfrentamento em nosso país: o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004), que em um de seus capítulos trata especificamente do enfrentamento à violência contra essa população; e o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher (2007).

Quanto a alguns tipos de violência contra as mulheres, Jesus (2015) cita: a violência sexual, aquela empreendida em desacordo à liberdade das mulheres quanto à sua sexualidade; a violência doméstica, que acomete as mulheres dentro de sua dinâmica familiar; o assédio sexual, através do qual se estabelece uma abordagem íntima das mulheres contra o seu desejo em qualquer contexto, inclusive de trabalho; o assédio moral, quando as mulheres são acometidas por violência psicológica por parte de um superior hierárquico na relação de trabalho; e o femicídio, que é o assassinato de mulheres por motivos ligados ao gênero feminino.

As expressões da violência contra as mulheres estão relacionadas a vários fatores históricos e sociais inerentes à construção dos gêneros de modo desigual. Contudo, ainda que culturalmente tais desigualdades quanto aos gêneros refiram-se às relações entre homem e mulher, conforme Saffioti (1999, p. 83), “isto não significa que uma relação de violência entre dois homens ou entre duas mulheres não possa figurar sob a rubrica de violência de gênero”.

Feitas essas contextualizações sobre as expressões das violências contra as mulheres, passamos a analisar suas especificidades na esfera familiar.

2.3. Violência doméstica contra as mulheres

Parto da compreensão de que neste tipo de violência as mulheres são acometidas por expressões de violência em seu ambiente familiar ou em algum relacionamento afetivo e a motivação para que a sofram decorre do fato de serem mulheres. Essa concepção está de acordo com as discussões já propostas por outras/os autoras/es e pela legislação sobre o tema.

No que tange à pessoa autora da violência doméstica contra mulheres, comumente trata-se do companheiro ou ex-companheiro (marido, namorado, ex-marido ou ex-namorado). Todavia, pode ser qualquer outra pessoa (amante, filho, filha, namorada, cunhado, pai, etc.) que tenha relação familiar ou afetiva com a mulher e direcione a ela expressões violentas por razões ligadas ao seu gênero. As situações apresentadas em estudos e estatísticas evidenciam expressiva presença dos homens como autores de violências contra mulheres. Em nossa pesquisa de campo, o cenário se desenhou justamente desta forma, isto é, com a presença de apenas homens enquanto autores de violência doméstica contra as participantes. Diante destas tendências e por desejar me posicionar de modo que vise contribuir com a desconstrução de relações hierarquicamente desiguais construídas histórica e socialmente, tal como fora discutido na seção anterior, utilizarei o termo *autores* flexionado apenas no gênero masculino, daqui em diante.

Morgado (2012a, p. 18, grifos da autora) propõe uma análise da “(...) violência doméstica como um fenômeno que *se expressa nas* relações interpessoais, diferentemente de pensá-lo como *fruto das* relações interpessoais”. A partir dessa perspectiva, entendemos que a expressão da violência nas relações está atravessada por elementos mais amplos, relacionados à cultura, às sociedades, às representações de homem e mulher nesses contextos, etc. Quanto a isso, Morgado (2011) sinaliza que a violência doméstica contra as mulheres, apesar de ocorrer

numa relação interpessoal, não se restringe a ela, pois se trata de um fenômeno social que possui proporções mais amplas, ao envolver a dinâmica da sociedade e da cultura sobre ser homem e ser mulher num certo contexto.

Sob uma perspectiva jurídica, no Brasil, a violência doméstica contra as mulheres é constituída, segundo a Lei nº 11.340/2006, conhecida como Lei Maria da Penha, como

(...) qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação (Brasil, 2012, p. 18).

Segundo a Lei Maria da Penha (Brasil, 2012), a violência doméstica contra as mulheres pode se explicitar de cinco formas: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. A violência física ocorre quando a mulher tem a sua integridade física ou a saúde de seu corpo afetadas por expressões violentas. Como exemplos, podemos citar: empurrões, chutes, puxões de cabelo, ferimentos, queimaduras, sacudidas, etc. A violência psicológica, pode ser

(...) entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima, (...) mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir (...) (Brasil, 2012, p. 19).

A referida lei discorre que a violência sexual ocorre quando a mulher é forçada ou intimidada a participar de ou presenciar ato sexual não desejado. Neste tipo de violência não se abarca apenas as situações em que a mulher participa de relação sexual não desejada, mas quaisquer outras situações em que sua liberdade sexual não é respeitada, como, por exemplo, quando ela é submetida a toques não desejados, ou quando é forçada ao aborto ou ao não uso de métodos contraceptivos. A violência patrimonial refere-se às situações em que a mulher

perde o controle de seus bens, sejam eles quais forem: objetos pessoais, documentos, dinheiro, etc. Essa perda do controle, conforme a Lei Maria da Penha, pode se dar quando os referidos bens são destruídos, retidos ou vendidos pelo autor da violência. Por fim, a violência moral é conceituada como qualquer conduta que atinja a imagem da mulher perante outras pessoas. A lei traz como exemplos as situações de: calúnia, quando a mulher é acusada falsamente de ter cometido algo; difamação, quando são feitos relatos ofensivos quanto a ela para outras pessoas; ou injúria, quando ela é ofendida diretamente perante outras pessoas.

A violência doméstica contra as mulheres pode assumir variadas formas de expressão. Inclusive, geralmente, esses tipos de violências não tomam expressões individualizadas, emergem de forma associada. Podemos afirmar, portanto, que existem violências e não apenas uma violência. Faço destaque ao fato de ser muito comum qualquer um desses tipos de violência vir associado à violência psicológica, pois ela geralmente é a mais velada e precede e acompanha a ocorrência das demais.

Outra característica das vinculações em que ocorre a violência doméstica contra as mulheres diz respeito ao fato de que, conforme Morgado (2011, p. 260), “as relações de violência comportam, ao mesmo tempo, momentos de violência, sedução, afeto, presentes, arrependimentos, dentre outros”. Não ocorrem expressões violentas o tempo todo e nem sempre elas figuram em primeiro plano, pelo contrário, são alternadas com momentos de reconciliação.

Almeida (1997) diz que é muito comum que o medo que as mulheres em situação de violência doméstica sentem diminua a possibilidade de distanciarem-se daquelas circunstâncias que o produzem, dificultando uma percepção mais crítica por parte delas acerca desse contexto. Por outro lado, em muitos casos, é justamente este sentimento de medo que as impulsiona na busca de apoio e de superação das situações de violência vividas.

Quanto aos efeitos gerados pelas expressões da violência doméstica contra a mulher, sinalizarei, a seguir, algumas das consequências, que emergem nas esferas psicológica, familiar e social, apontadas por alguns e algumas autores/as. Os efeitos também se estendem para as dimensões física e sexual, mas me deterei aqui ao âmbito psicossocial.

Fonseca e Lucas (2006) encontraram as seguintes consequências psicológicas nas mulheres acometidas por violência doméstica: insônia, tristeza, ansiedade, estresse, agressividade, insegurança, baixa autoestima e medo.

Em minha prática profissional com mulheres em situação de violência doméstica, um dos aspectos psicológicos mais afetados, se não o mais afetado, refere-se ao modo como elas se percebem, a maneira como se reconhecem ou não se reconhecem mais. Morgado (2011, p. 263, grifo nosso) ressalta que “(...) percebe-se que, rotineiramente, no transcorrer dos anos, um dos sentimentos mais dilapidados ao longo da vida destas mulheres foi *sua autoestima*”.

A violência doméstica contra mulheres gera consequências tanto às mulheres quanto aos filhos que vivenciam as situações em seu lar (Morgado, 2011). “A violência praticada (...) *entre* os cônjuges transmite aos filhos uma aprendizagem geral sobre os métodos de exercê-la e desenvolve uma percepção de que tais comportamentos são válidos como forma de relacionamento interpessoal – afinal, não possuem outras referências” (Fiorelli & Magini, 2015, p. 281, grifo dos autores).

Os efeitos da violência doméstica contra as mulheres não se restringem a ela, também afetam os filhos, contribuindo para a perpetuação de padrões de relacionamento permeados por violência. Além disso, suas repercussões adquirem dimensões mais amplas, a nível social, como percebemos na citação que se segue, em que Fonseca e Lucas (2006) salientam os alcances da violência doméstica contra mulheres.

(...) o isolamento é uma de suas principais formas de manifestação. Nesta prática, o homem busca, através de ações que enfraqueçam sua rede de apoio, afastar a mulher de seu convívio social, proibindo-a de manter relacionamentos com familiares e amigos, trabalhar ou estudar. O objetivo primário do isolamento social é o controle absoluto da mulher, já que, ao restringir seu contato com o mundo externo, ela dependerá ainda mais de seu parceiro, tornando-se submissa a ele (Fonseca & Lucas, 2006, p. 9).

Marchi-Costa et al. (2013) apresentam uma discussão que nos permite refletir sobre a importância de tomar os devidos cuidados para não naturalizarmos uma visão dicotomizada que considera as mulheres apenas como as vítimas, que necessitam de cuidado, e dos homens como os agressores, a quem cabem a punição. Sugere que façamos “(...) uma análise mais global, que irá integrar a violência ao gênero e possibilitar a ampliação das narrativas e a resignificação da violência conjugal” (p. 91).

Sabe-se que a violência é um fenômeno complexo, multifatorial, portanto, analisá-la de forma linear é desconsiderar a sua complexidade. Do mesmo modo que ao inserir reflexões sobre o gênero não se pretende com isto defender a noção de que a violência é exclusivamente um fenômeno de gênero, mas considerar a natureza das relações em que esta ocorre e os significados culturais que lhe estão associados, especialmente quanto ao homem e à mulher (Marchi-Costa et al., 2013, pp. 93-94).

A crítica desses autores refere-se a todos os arranjos dicotômicos que aprisionam homens e mulheres em categorias determinadas. Pontuam que tais concepções binárias devem ser questionadas.

Buscar a integralidade não significa minimizar ou justificar a violência conjugal praticada pelo homem, nem tampouco atribuir-lhe somente ao fenômeno do gênero. O que se busca é justamente um possível caminho para a libertação de uma verdade já instituída e abertura de outras possibilidades para o enfrentamento desse problema. (...) Desconstruir o dualismo homem x mulher, agressor x vítima, masculino e feminino e considerá-los como conceitos que ganham o seu significado nos padrões conversacionais e discursivos e num contexto mais amplo, ou seja, histórico, social e cultural, é um passo importante rumo à ressignificação desses fenômenos e da possibilidade de construção de uma análise integradora da violência de gênero (Marchi-Costa et al., 2013, p. 108).

Nessa mesma direção, Morgado (2011) alerta para o fato de que, além da representação que as mulheres em situação de violência doméstica passam a ter ao serem percebidas unicamente como vítimas, elas também podem passar a se autorrepresentarem como passivas e subordinadas, o que dificulta ainda mais o rompimento com as circunstâncias vividas.

A convivência prolongada com relações de violência, a legitimação social para sua perpetuação e a formação de uma identidade de gênero subordinada conformam um campo propício para a internalização da banalização da violência sofrida, direta e indiretamente (Morgado, 2011, p. 262).

Fiorelli e Mangini (2015) argumentam que esta forma de se perceberem como vítimas pode estar associada também à possibilidade de ganhos secundários, que são entendidos como “(...) recompensas, reais ou imaginárias, às custas de sofrimentos também reais ou imaginários” (p. 192). Nesse caso, conforme esses autores, as mulheres em situação de violência doméstica podem passar a aceitar formas violentas de serem tratadas em troca de alguns ganhos decorrentes dessas situações, como, por exemplo, ter seu sofrimento glorificado e admirado por outras pessoas. Além da possibilidade de ganhos secundários, a perpetuação da vitimização também pode decorrer da ideia de que nada pode ser feito para modificar a situação.

Cerruti e Rosa (2008) afirmam que ainda há uma concepção bastante difundida que define o homem como agressivo e a mulher como alvo do ato violento. Tal modo dicotomizado de perceber o fenômeno fomenta uma perspectiva adversarial, que aprisiona a mulher num lugar de mero objeto. Esse posicionamento diminui “(...) as possibilidades de análise política, social e subjetiva do fenômeno da violência de gênero, assim como paralisa homens e mulheres na elaboração e superação dos conflitos” (p. 1050).

O processo de vitimização coloca a mulher no papel de objeto de uma ação de um outro. Apesar de serem sujeitos complexos e compostos de vários elementos, essas mulheres acabam sendo esvaziadas e significadas apenas como receptoras de violências. Segundo Morgado (2011), ao circunscrever a mulher que sofreu ou sofre violência no âmbito doméstico apenas ao papel de vítima, acaba-se por incorrer no risco de retirar delas mesmas a percepção de que podem construir instrumentos de ruptura e enfrentamento frente a esses processos violentos. Sinaliza, ainda, que é pertinente romper com visões dicotômicas entre “(...) algozes e vítimas passivas (...)” (p. 273), em que há uma polarização entre um agressor e uma vítima.

(...) as mulheres não são vítimas passivas, e (...) também não se comportam passivamente diante das violências sofridas. Consideramos que, mesmo enfrentando condições ainda extremamente desfavoráveis, elas podem construir, individual e coletivamente, estratégias de ruptura face às condições de dominação (Morgado, 2011, p. 275).

É muito comum nos casos em que as mulheres passam muito tempo inseridas em relações atravessadas por violência doméstica, ouvirmos julgamentos de que elas são passivas ou que não reagem às situações vividas. Saffioti (1999) explica que, mesmo nessas situações, as mulheres reagem sim às violências, através de estratégias muito particulares e que, por isso, o fato de serem tratadas como não-sujeitos não admite a afirmação que se portam como se fossem ou são não-sujeitos.

Essas mulheres são sujeitos, possuem uma história, possuem potencial que precisa ser acolhido, (re)descoberto e (re)afirmado, a fim de (re)desenhar espaços em suas dinâmicas relacionais. Por tudo isso, o nosso processo de investigação se construiu na direção de contribuir com o debate acerca da desconstrução da visão dicotômica vítima-agressor, que coloca a mulher como vulnerável, frágil e, portanto, vítima. O objetivo de trazer a vitimização como eixo de discussão é problematizar descrições estanques sobre as mulheres em situação de violência doméstica que as percebe apenas como vítimas, disseminadas socialmente, que inclusive passam a ser reproduzidas, muitas vezes, por profissionais, pelas famílias das mulheres e por elas próprias.

Perceber as mulheres em situação de violência doméstica para além das marcas da violência permite-nos considerá-las sujeitos passíveis de transformação, de enfrentamento e de superação do sofrimento vivido. Admitir uma descrição estanque dessas mulheres apenas como vítimas reforça padrões que as percebem como passivas, cúmplices, alvos unilaterais de uma violência, bem como padrões que as colocam em oposição aos autores da violência, que são vistos, nessa perspectiva, como essencialmente maus. Eles passam a ser rotulados como agressores, não sendo percebido o que também são ou podem ser, para além do ato violento que cometeram.

Por tudo isso, tenho tido a preferência por não utilizar as nomenclaturas *vítima* e *agressor*, que além de colocarem as mulheres em situação de violência doméstica como alvos de uma ação violenta e os autores da violência como vilões, reforçam essa dicotomia que favorece construções sociais reforçadoras de desigualdades entre homens e mulheres.

Ao discorrer sobre as políticas públicas existentes no Brasil voltadas para a proteção de mulheres que sofreram violência doméstica, Morgado (2012b) salienta que ainda é muito comum entre os profissionais que atuam junto a essas mulheres a criação de expectativas de que o rompimento da relação as livre da violência doméstica. Além disso, Cerruti e Rosa (2008) advertem para o fato de que muitas políticas públicas que atuam junto ao fenômeno da

violência doméstica contra mulheres se embasam em uma concepção dicotômica de vítima e agressor.

Morgado (2012b) salienta que tais políticas públicas não representam aspecto prioritário no Brasil, ainda que em nosso atual contexto esteja ocorrendo avanços. Destaca que é necessário

(...) fazer com que a VD [violência doméstica] seja de fato uma prioridade na agenda política pública brasileira; consolidar a perspectiva de que a VD é um fenômeno social, demandante de políticas públicas; qualificar e ampliar os registros e as estatísticas locais, estaduais e de âmbito nacional; aumentar o número de programas e serviços de atenção às vítimas de VD; aumentar o número de profissionais vinculados a estes programas; estruturar e oferecer cursos de qualificação sobre o tema; intensificar e consolidar o trabalho intersetorial, com a celebração de protocolos (p. 229).

A partir das discussões sobre algumas expressões da violência, isto é, a violência de forma geral, a violência contra mulheres e a violência doméstica contra mulheres, notamos que elas assumem formatos e sentidos diferentes ao longo da história. Suas expressões se fazem presentes, nesse percurso, variando sua intensidade e seus modos de manifestação. Conforme Peres (2001), os modos de manifestar e representar a violência se transformam de acordo com as mudanças sócio-históricas pelas quais passam os grupos e as sociedades, assim como também se altera o modo como a sociedade se relaciona com a violência.

Passamos, agora, ao próximo capítulo, no qual poderemos tecer algumas considerações e análises sobre o sujeito e as expressões da violência na modernidade e pós-modernidade.

CAPÍTULO 3. MODERNIDADE E PÓS-MODERNIDADE: CONTEXTUALIZAÇÃO E APROFUNDAMENTOS

Neste capítulo, objetivamos trazer algumas discussões sobre o sujeito no contexto moderno e pós-moderno, abrindo um espaço para pensar sobre sua subjetividade, sua identidade, suas relações, suas representações, seus afetos, como também sobre as expressões da(s) violência(s). A finalidade é refletir sobre esses aspectos, os quais já foram conceituados e discutidos nos capítulos anteriores, no percurso histórico subsequente à emergência da Modernidade.

3.1. Breve contextualização sobre a modernidade e a pós-modernidade

Giddens (1991) afirma que a modernidade refere-se a um modo de a sociedade se organizar-se a partir do século XVII. Teve sua emergência na Europa e posterior expansão no mundo todo. Conforme Mancebo (2002), em comparação com o período medieval, na modernidade, “pode-se falar e apreciar o mundo sob outras vozes e outros ângulos; as relações entre os homens apresentam-se menos hierarquizadas; não há mais uma orientação central política, religiosa ou cultural (...)” (p. 2).

Segundo Mancebo (2002), neste contexto, há a consolidação do capitalismo a partir do século XVI, que implicou em transformações de ordem econômica e também no “(...) desenvolvimento de um ideário de liberdade e igualdade” (p. 2). Nessa concepção, idealizou-se que a sociedade não mais estivesse submetida às normas do sistema feudal e que os indivíduos²³ fossem iguais e livres, principalmente no que se refere às relações de trabalho.

Segundo Rouanet (1993), a modernidade e seu projeto de civilização possuem três aspectos fundamentais: “(...) universalidade, a individualidade e a autonomia” (p. 9).

A universalidade significa que ele [o projeto de civilização da modernidade] visa todos os seres humanos, independentemente de barreiras nacionais, étnicas ou culturais. A individualidade significa que esses seres humanos são considerados como pessoas

²³ O indivíduo pode ser conceituado, conforme Mesquita e Duarte (1996), como “aquele que não se pode dividir, sob pena de deixar de ser quem é; o indivisível” (p. 120). O indivíduo é, segundo Mancebo (2002, p. 2), “(...) o modo hegemônico de organização da subjetividade na modernidade”.

concretas e não como integrantes de uma coletividade e que se atribui valor ético positivo à sua crescente individualização. A autonomia significa que esses seres humanos individualizados são aptos a pensarem por si mesmos, sem a tutela da religião ou da ideologia, a agirem no espaço público e a adquirirem pelo seu trabalho os bens e serviços necessários à sobrevivência material (Rouanet, 1993, p. 9).

A modernidade, conforme Harvey (2009), representa um rompimento com as condições históricas anteriores, mas não um modo único de pensamento, já que traz inúmeras fragmentações em seu interior. No contexto anterior, na Idade Média, predominavam os preceitos religiosos impostos pela Igreja. Frente a isso, os pensadores iluministas²⁴ buscaram desenvolver um projeto de um outro mundo. Harvey (2009) sinaliza que Habermas (1983) se referiu ao “projeto de modernidade” como o conjunto de esforços de intelectuais iluministas, a partir do século XVIII, que tinha como objetivo desenvolver um pensamento científico pautado na objetividade e em leis universais.

A ideia era usar o acúmulo de conhecimento gerado por muitas pessoas trabalhando livre e criativamente em busca da emancipação humana e do enriquecimento da vida diária. O domínio científico da natureza prometia liberdade da escassez, da necessidade e da arbitrariedade das calamidades naturais. O desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometia a libertação da irracionalidade do mito, da religião, da superstição, liberação do uso arbitrário do poder, bem como do lado sombrio de nossa própria natureza humana. Somente por meio de tal projeto poderiam as qualidades universais, eternas e imutáveis de toda a humanidade ser reveladas (Harvey, 2009, p. 23).

A partir do século XVIII, de acordo com Mancebo (2002, p. 3), tem início “(...) o teste do cumprimento histórico do projeto da modernidade, do qual a ideia do indivíduo como centro microcósmico do mundo é parte orgânica”. Os ideais de igualdade e liberdade, como também a crença na razão do ser humano são características marcadamente presentes nesta

²⁴ Silva, Castro, Santana, Pereira e Lima (2001) explicam que o apogeu da Revolução Intelectual ocorreu com o Iluminismo no século XVIII. “As suas ideias tinham por base o racionalismo, isto é, a primazia da razão humana como fonte do conhecimento” (p. 6). Sua principal característica era a procura por fundamentos pautados na razão para explicar fenômenos sociais.

época, segundo Harvey (2009). Havia uma clara expectativa na capacidade humana de controlar a natureza e transformar a realidade através de ações racionais. Ainda que os indivíduos estivessem livres do lado obscuro do momento histórico precedente, no contexto moderno é dada a eles a responsabilidade quanto ao seu destino, já que passam a ser percebidos como livres para alcançar seu sucesso ou fracasso.

Harvey (2009, p. 23) discute que “o século XX – com seus campos de concentração e esquadrões da morte, seu militarismo e duas guerras mundiais, sua ameaça de aniquilação nuclear e sua experiência de Hiroshima e Nagasaki – certamente deitou por terra esse otimismo”. Em consonância, Rouanet (1987) argumenta que depois de guerras a nível mundial, dos regimes totalitários, das ameaças nucleares, os sujeitos da atualidade desacreditaram da modernidade. O desejo de romper e efetivar a transição para uma nova forma de vida em sociedade releva o mal-estar presente na modernidade. Com a crise da modernidade, segundo Petrini (2005), a esperança alimentada pelo avanço das ciências em vislumbrar um presente e um futuro pautados na razão e na liberdade foi sabotada.

Há controvérsias entre certas proposições que consideram a pós-modernidade como ruptura com a modernidade e outras que a evidenciam como continuidade e intensificação da mesma. Giddens (1991) discorre que

uma estonteante variedade de termos tem sido sugerida para esta transição, alguns dos quais se referem positivamente à emergência de um novo tipo de sistema social (tal como a “sociedade de informação” ou a “sociedade de consumo”), mas cuja maioria sugere que, mais que um estado de coisas precedente, está chegando a um encerramento (“pós-modernidade”, “pós-modernismo”, “sociedade pós-industrial”, e assim por diante) (p. 8).

No entanto, podemos criar outras possibilidades de perceber a história, de outros pontos de vista, em que se valorize sua continuidade-descontinuidade, ao mesmo tempo. Segundo Giddens (1991), quando se desconstrói uma narrativa que discorre sobre a história de forma linear temos mais subsídios para, de fato, analisar a modernidade, como também a pós-modernidade sob um outro ponto de vista, mais dinâmico e menos totalizante. “Desconstruir o evolucionismo social significa aceitar que a história não pode ser vista como uma unidade, ou como refletindo certos princípios unificadores de organização e transformação” (p. 11).

Porém, isto não significa que várias histórias podem ser escritas e contadas de modo totalmente desconectado.

Giddens (1991) defende a ideia de que nós não estamos num período posterior à modernidade, estamos vivendo num contexto em que está ocorrendo sua radicalização. O posicionamento do autor é de que se, de fato, estamos nos encaminhando para um momento pós-moderno, isso nos diz que estamos nos direcionando para uma nova ordem social. Destaca que “não vivemos ainda num universo social pós-moderno, mas podemos ver mais do que uns poucos relances da emergência de modos de vida e formas de organização social que divergem daquelas criadas pelas instituições modernas” (pp. 50-51).

Há outros autores que entendem que já estamos vivendo a pós-modernidade e que este contexto abarca algumas particularidades. Nicolaci-da-Costa (2004) sugere que enquanto as características usualmente atribuídas à modernidade são racionalidade, objetividade, progresso, verdade e hierarquia, alguns dos atributos conferidos à pós-modernidade são globalização, comunicação e relação virtuais, fluidez, rompimento de barreiras e consumo.

Em conformidade, Eagleton (1998) sinaliza que

Pós-modernidade é uma linha de pensamento que questiona as noções clássicas de verdade, razão, identidade e objetividade, a ideia de progresso ou emancipação universal, os sistemas únicos, as grandes narrativas ou os fundamentos definitivos de explicação (p. 7).

Na atual conjuntura, verdades absolutas são questionadas e a pluralidade de olhares direcionados aos fenômenos sociais é aceita. Além disso, o foco está no momento presente, não havendo muitas expectativas quanto ao futuro, como se fazia no contexto moderno. Certamente, a subjetividade sofrerá efeitos dessas transformações.

Considerando esta breve contextualização acerca da modernidade e pós-modernidade, objetivamos, agora, trazer reflexões e discussões sobre o sujeito humano nestes momentos históricos. Sendo assim, mais do que afirmar se a pós-modernidade é uma continuidade e exacerbação da modernidade ou um sistema que rompeu com o precedente, nosso objetivo, aqui, é compreender os contextos moderno e pós-moderno para que, a seguir, possamos adentrar em análises sobre as identidades, as subjetividades, as relações, as representações, os afetos dos sujeitos, como também as expressões da violência nestes contextos.

3.2. O sujeito na modernidade e na pós-modernidade: discussões sobre subjetividade, identidade, relações, representações, afetos e as expressões da(s) violência(s)

Conforme Mancebo (2002), um dos principais fundamentos da modernidade ocidental é o reconhecimento do ser humano como aspecto central do mundo.

Ao longo dos tempos, construiu-se a expectativa de cultivo e respeito à interioridade, através da proteção da privacidade e instituiu-se uma nítida separação entre as esferas públicas e privadas da vida. No entanto, esse processo de constituição da subjetividade moderna foi longo e continua sofrendo modificações intensas até a atualidade (Mancebo, 2002, p. 2).

A autora diz que novas expressões subjetivas vão sendo produzidas ao longo da história. Atualmente, “a lógica do mercado apresenta-se (...) como a função estruturadora das relações sociais e políticas (...)” (p. 6). As pessoas passam a se relacionar e a interpretar sua realidade a partir de uma perspectiva mercantilista. A produção do ser humano “(...) movido por seus estritos interesses, e indiferente à esfera pública, assume dimensões de controle e regulamentação da vida das populações, central para o projeto neoliberal em curso” (Mancebo, 2002, p. 7).

Nesse contexto²⁵, de acordo com Mancebo (2002), a desigualdade entre as pessoas é aspecto necessário, pois, para os neoliberais, é através dela que se torna possível o desenvolvimento, ao ensejar a competição e a complementaridade de funções sociais. Os pressupostos coletivos passam por mudanças substanciais, haja vista que são desvalorizados frente às incitações à competitividade e ao sucesso a qualquer custo. Ocorre, então, o retorno ao si mesmo, a busca individual pela felicidade e a abertura de um espaço propício para um sujeito desligado de seu entorno. A autora acrescenta que, no presente contexto, temos um ser humano

²⁵ O neoliberalismo, segundo Mancebo (2002), consolida-se “a partir do esgotamento do regime de acumulação fordista (...)” (p. 5), no fim da década de 60. Estabelece-se como alternativa não apenas econômica, mas também social, jurídica, política e, inclusive, cultural frente à crise que o mundo capitalista vinha passando. A autora explica que na década de 40, enquanto perspectiva teórico-ideológica, o neoliberalismo já se colocava em embate com o ideário do Estado-Providência, problematizando os direitos sociais. Naquele contexto, ele não possuía fundamentos sociais e políticos para se colocar como uma possibilidade de reestruturação econômica da sociedade. Tal proposição só vai ocorrer décadas depois, quando ele emerge para restaurar a hegemonia da classe burguesa.

(...) movido pelo individualismo competitivo, pela intimização exacerbada, pela disciplina e docilidade imposta aos corpos, ou por todas essas dinâmicas combinadas, mas submetido ao império de uma microética que o impede de formular e agir em prol de acontecimentos globais (Mancebo, 1999b citado por Mancebo, 2002, p. 6).

Rolnik (1997) discorre que a globalização tecnológica e econômica permitiu a aproximação de lugares e pessoas que se localizam em qualquer lugar do mundo, com variação e profundidade cada vez maior. “As subjetividades, independentemente de sua morada, tendem a ser povoadas por afetos desta profusão cambiante de universos (...)” (p. 1). As identidades dos sujeitos, nesse contexto, admitem a característica de plena flexibilidade, passando por mudanças consonantes às transformações da lógica de mercado.

(...) a desestabilização exacerbada [das identidades] de um lado e, de outro, a persistência da referência identitária, acenando com o perigo de se virar um nada, caso não se consiga produzir o perfil requerido para gravitar em alguma órbita do mercado (...) são vividos como esvaziamento da própria subjetividade (...) (Rolnik, 1997, p. 2).

Segundo Giddens (2002), as transformações da modernidade imprimiram mudanças na dinâmica social e nos aspectos mais pessoais de nossa existência. Hall (2006) menciona que a concepção de sujeito do Iluminismo era de “(...) um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação” (p. 10). Tratava-se de uma noção de sujeito bastante individualista. Já o sujeito pós-moderno passa a ter diversas identidades, haja vista que a identidade unificada de tempos anteriores se fragmenta. Elas não são mais estáveis, tornam-se móveis e são transformadas continuamente. Segundo Santos (2004), a identidade do sujeito pós-moderno não possui mais harmonia, compõe-se da justaposição de diversas vivências fragmentadas, experienciadas em série.

Neste contexto de incertezas, de acordo com Rolnik (1997), os sujeitos sentem-se ameaçados e inseguros frente às ameaças de fracassarem, adoecerem ou deixarem de ser quem são. Para amenizar os efeitos dessa angústia, buscam silenciar seus corpos, seus afetos, através das mais diversas drogas disponíveis em nossa sociedade: os fármacos, os elementos

mediáticos, a literatura de autoajuda, as propostas *diet/light*, enfim todas as drogas que amparam a ilusão de que os sujeitos possuem identidades estáveis.

Estamos vivendo em uma sociedade que enfatiza o consumo, em que as relações que estabelecemos com os outros são frágeis. Os efeitos disso se fazem presentes nas subjetividades, nas trocas afetivas, nas representações que criamos sobre os/as outros/as. Num contexto que fomenta a descartabilidade de objetos e de pessoas e propaga o retorno ao si mesmo, as noções que vão sendo criadas sobre os/as outros/as não nos permitem representá-los enquanto sujeitos, mas como objetos disponíveis a nós. Apesar disso, não podemos perder de vista que há possibilidades de criarmos aberturas em direção a expressões que permitam (re)conhecer os/as outros/as pelo que são, construindo espaços em que possamos ser mais receptivos a eles/as.

Pithan e Timm (2007) pontuam que, ao longo da história, os seres humanos sempre se agruparam em comunidades que costumeiramente possuíam valores comuns. A centralidade no eu, no contexto moderno, desfavorece a permanência dessa vinculação como elemento socialmente relevante. Isso se intensifica quando, em tempos pós-modernos, a virtualização das relações humanas ganha espaço significativo, tornando-as ainda mais efêmeras.

Silva e Carvalho (2014) pontuam que a sociedade atual fomenta um modo de relacionar-se volátil, efêmero e descartável. É possível perceber, neste contexto pós-moderno, “(...) um tipo específico de vinculação – com as pessoas e com as demais coisas do mundo – no qual, a liquidez da insatisfação adere, como em um sistema chave-fechadura, à própria lógica da sociedade de consumo” (p. 253).

Por falar em relações, no que se refere especificamente às relações amorosas, Vieira e Stengel (2012) discorrem que elas são construções sociais que ocorrem de acordo com os momentos históricos. Explicam que o amor romântico emergiu no fim do século XVIII no ocidente e sua influência permanece ainda hoje. Foi esse ideal de amor que trouxe para as relações a intimidade e o compartilhar de afetos entre as pessoas. Anteriormente, havia o amor burguês, em que o casamento representava um acordo de cunho financeiro e social entre duas famílias. A presença do amor entre aqueles que se casavam era tida como algo supérfluo.

No contexto pós-moderno, conforme Vieira e Stengel (2012), passa a se estabelecer de modo significativo o amor líquido, conceito cunhado por Bauman, que “(...) dissocia prazer de compromisso” (p. 9). Chaves (2010) propõe que é possível admitir três repercussões nas relações tanto sociais quanto amorosas no contexto pós-moderno:

(...) 1) a desregulamentação, a flexibilização e a flutuação de regras e normas político-econômicas que passam a ser orientadas em função do mercado; 2) a responsabilização imposta sobre o indivíduo pelo seu próprio bem-estar assim como a ênfase dada à realização e supremacia dos interesses individuais; e, 3) a facilitação da construção de relações humanas essencialmente utilitaristas nas quais o outro é colocado no lugar de instrumento ou meio de acesso à autossatisfação (Chaves, 2010, p. 31).

Vieira e Stengel (2012) salientam que apesar da predominância do amor líquido, devido ao intenso ensejo feito pela sociedade de consumo, nota-se que o ideal romântico ainda se faz também presente. Nesse contexto, para existir, o amor romântico admite novas configurações, sob grande influência da mídia, se comparado com a roupagem de sua origem. Os autores explicam que o amor romântico

preserva a ideia de que podemos ter uma completude através do outro, preenchendo o vazio interior originado numa sociedade calcada na imagem e na manipulação de relacionamentos. Ao mesmo tempo, introduz a ideia de que devemos e podemos desfazer do parceiro amoroso caso este produza obstáculos na consecução da liberdade individual, ideia que mantém sintonia com o amor líquido (p. 10).

Aproximando esta discussão aos afetos nos cenários da modernidade e da pós-modernidade, percebemos que eles têm ganhado contornos próprios na atual conjuntura social. Se, conforme Heller (1993), a maneira como vivemos, sentimos, percebemos nossos afetos está relacionado com a forma como nos vinculamos com os aspectos e as pessoas do mundo em que vivemos, podemos compreender que os nossos sentimentos guiam a produção de nossas experiências e relações cotidianas, como também essas afetam mutuamente a construção e manifestação de nossos afetos.

Heller (1993) fala da prescrição e aceitação dos sentimentos nas sociedades. Segundo ela, não há como pensarmos em um arranjo social que não module o modo e a intensidade com que as nossas expressões afetivas vão se dar. Em algumas sociedades, o próprio conteúdo de alguns sentimentos será gerido pelos sujeitos e instituições que as compõem. Por isso,

dependendo de qual contexto social estamos nos referindo, teremos afetos mais expressivos, por serem mais aceitos e legitimados naquela realidade.

Heller (2002, p. 624) pontua que “quem ou o que é ou não importante para nós, quem ou o que se deve ou não amar, está em certo modo socialmente pré-formado”²⁶. Apesar de que, segundo a autora, com a emergência da individualidade burguesa, os afetos presentes nas relações interpessoais passam a ter menos influência da sociedade, pois, em tese, os indivíduos adquirem maior liberdade para escolher os objetos para os quais vão direcionar seus afetos.

Quanto mais fixa e constante é uma estrutura social, classe ou estrato, mais constantes são os papéis desempenhados pelos sexos e mais constante é seu mundo sentimental. Mas ainda, a natureza constante ou dinâmica de uma sociedade sempre influi nas possibilidades de elaborar um mundo individual do sentimento (Heller, 1993, p. 229)²⁷.

A autora usa o termo “gestão doméstica dos sentimentos” para se referir ao modo específico de gerir os afetos no auge da sociedade burguesa. Segundo Heller (1993), naquele contexto, devido à maior independência no âmbito econômico que se propagava nas sociedades ocidentais e à desintegração das organizações comunitárias, os sentimentos passaram a ser geridos na esfera doméstica.

Segundo Heller (1993, p. 259), “(...) nunca existiu uma sociedade que tenha garantido tal ‘liberdade de movimento’ à autogestão dos sentimentos puramente particularistas, em tal grau, como a sociedade burguesa”²⁸. Ao explicar que é a sociedade burguesa que criou a possibilidade da gestão doméstica dos sentimentos, a autora salienta que, neste contexto, “a pessoa tem a possibilidade de criar sua própria vida interna, e de expressá-la, de modelar sua própria estrutura particular de sentimentos de acordo com sua própria natureza, e de

²⁶ “quién o qué es o no importante para nosotros, quién o qué se debe o no amar, está en cierto modo socialmente preformado”.

²⁷ “Cuanto más fijada y constante es una estructura social, clase o estrato, más constantes son los papeles desempeñados por los sexos y más constante es su mundo sentimental. Más aún, la naturaleza constante o dinámica de una sociedad siempre influye en las posibilidades de elaborar un mundo individual del sentimiento”.

²⁸ “(...) nunca ha existido una sociedad que haya garantizado tal ‘liberidad de movimiento’ a la auto-indulgencia de los sentimientos puramente particulatistas, en tanto grado, como la sociedad burguesa”.

selecionar a tarefa a sua medida” (Heller, 1993, p. 268)²⁹. Contudo, para a maioria das pessoas, essa possibilidade de sentir se desenvolve de modo alienado.

As possibilidades de existir, pensar e sentir permitidas por nossa sociedade “(...) produzem e fixam sentimentos particularistas, perpetuam e reproduzem a alienação dos sentimentos (...)” (Heller, 1993, p. 11)³⁰. O sentir enquanto processo relacional fica limitado e os efeitos disso na subjetividade contemporânea podem ser percebidos, conforme a autora, no modo como ela tem se construído de forma fragmentada.

A autora elabora algumas considerações sobre o sofrimento, diferenciando-o da dor mental, conforme se segue. Explica que dor mental é inerente ao relacionamento entre as pessoas, pois indica que a interação entre os sujeitos está falhando em algum aspecto. Caracteriza a dor como um elemento que os indivíduos podem inserir nas suas relações de modo ativo. Há, portanto, uma intenção em inseri-la no próprio mundo ou na vivência do outro. “A dor é um aspecto inevitável da vida humana. Sem ela não pode haver gestão normal dos sentimentos” (Heller, 1993, pp. 311-312)³¹, tendo em vista que as inúmeras possibilidades de sentir também incluem o sentimento de dor.

De outro modo, segundo Heller (1993), o sofrimento é uma forma de sentir dor que não depende da decisão ou intenção pessoal. Ele não figura de modo ativo como a dor, pois apenas pode ser sofrido de maneira passiva. Argumenta que, ainda que numa perspectiva natural da vida estejamos expostos a sofrer e a morrer, enquanto seres sociais não necessariamente somos passivos ao sofrimento.

Heller (1993) afirma que “a maioria da humanidade sofre” (p. 312)³² e exemplifica aqueles que sentem fome, sofrem opressão, passam por guerras. Fala da importância de chegarmos a ser indivíduos ricos em sentimentos multifacetados e de aprendermos a sentir. Para isso, segundo a autora, “(...) temos que converter o sofrimento em dor. E o sofrimento tem que cessar. Porque como seres sociais não estamos inevitavelmente submetidos ao sofrimento” (p. 313)³³. Diz que isso é muito difícil de efetivar, mas que é tarefa essencial para os sujeitos da atualidade.

²⁹ “la gente tiene la posibilidad de crear su propia vida interna y de expresarla, de modelar su propia estructura particular de sentimientos de acuerdo con su propia naturaleza, y de seleccionar la tarea a su medida”.

³⁰ “(...) producen y fijan sentimientos particularistas, perpetúan y reproducen la alienación de los sentimientos (...)”.

³¹ “El dolor es un aspecto inevitable de la vida humana. Sin él no puede haber gestión normal del sentimiento”.

³² “la mayoría de la humanidad sufre”.

³³ “(...) hay que convertir el sufrimiento en dolor. Y el sufrimiento tiene que cesar. Porque como seres sociales no estamos inevitablemente sometidos al sufrimiento”.

Há um aspecto ético na existência da dor e do sofrimento. Aquele ou aquela que não consegue sentir ou reconhecer seus sofrimentos, provavelmente não saberá reconhecer e considerar como importantes os sofrimentos dos/as demais e, assim, não se verá compelido a evitar a produção de sofrimentos nos/as outros/as.

Tendo em vista as discussões que foram feitas sobre o sujeito nos contextos moderno e pós-moderno, passamos a analisar as expressões da violência nesses momentos históricos.

Segundo Levisky (2010), a violência não é um fenômeno exclusivo da sociedade atual. Ela está presente na história desde os primórdios da humanidade, porém, em cada contexto sócio-histórico, manifesta-se de modos e em circunstâncias distintos. O autor relata que, na Idade Média, algumas expressões violentas eram tidas como modos de demonstrar o amor a Deus. Além disso, caso se suspeitasse que uma pessoa havia cometido um crime ou possuía um falso amor à divindade, ela era submetida à tortura para provar que era inocente. Mattos (2011) acrescenta que, durante esse período em que a Igreja possuía o controle social, a pessoa considerada violenta era exorcizada, utilizando-se do fogo, pois se acreditava que assim ela estaria sendo livrada do mal.

Com o passar dos séculos, segundo Mattos (2011), a violência passa a ser utilizada pelas instituições como método brutal de controle, com a finalidade de obter confissões. Em conformidade, Silva (2010) diz que, em tempos modernos, a sociedade passa a reagir ao desvio através de modos de controle mais ligados a instituições pautadas em leis.

Atualmente, conforme Bandeira (2016, p. 239), “somos cotidianamente bombardeados pela mídia com cenas de extrema violência que nos deixam perplexos diante dos paradoxos da natureza humana, capaz de produzir dor e sofrimento com torturas físicas e psicológicas (...)”. A autora explica que tais expressões da violência escancaradas pela mídia são aquelas que ocorrem no âmbito interpessoal. Sinaliza que um tipo de violência atual de pouco interesse dos meios de comunicação de massa é a violência praticada pelo Estado. Como exemplo, ela aponta as violações de direitos humanos pelas quais passam as pessoas que se encontram encarceradas no sistema prisional brasileiro.

Quanto à violência familiar, segundo Fiorelli e Mangini (2015), historicamente, este fenômeno se faz presente desde os tempos mais remotos da humanidade. Morgado (2011) discorre, nessa mesma direção, que a violência doméstica contra as mulheres não é uma manifestação meramente atual, “(...) trata-se de um fenômeno antigo, presente em todas as classes sociais e em todas as sociedades, das mais desenvolvidas às mais vulneráveis

economicamente (...)” (p. 253). Os papéis atribuídos às mulheres e os lugares aos quais lhes era permitido o acesso eram bastante delimitados, conforme já foi discutido no Capítulo 2. Naquele contexto, o homem representava a autoridade e era aceito como o detentor do poder, o que favorecia a emergência de expressões de violência contra mulheres e crianças.

No Brasil, somente a partir da década de 70 foi possível a publicização deste fenômeno [violência doméstica contra as mulheres]. Os movimentos feministas, articulados a outros movimentos sociais, puderam de forma mais enfática denunciar as atrocidades cometidas nos lares de milhares de mulheres (Morgado, 2011, p. 254).

Apesar de alguns progressos em relação aos direitos das mulheres, já apresentados no Capítulo 2 (principalmente em relação aos avanços legais quanto aos seus direitos e também a respeito de sua inserção social), percebemos que certos padrões sociais, como aqueles disseminados pela mídia ou por discursos sociais que ainda afirmam o masculino como detentor de poder, continuam, conforme Morgado (2011, p. 256), “(...) conferindo ao homem um lugar de privilégios, seja como marido/companheiro, seja como pai”. Esse contexto se torna propício para que a violência contra as mulheres continue emergindo no âmbito doméstico.

Percebemos, a partir do percurso desenvolvido neste capítulo, o quanto a construção do sujeito se dá em um processo mútuo de afetação e de efeito com seu contexto. Os sujeitos sociais – a configuração de sua subjetividade e identidade, a construção e expressão de seus afetos e representações – (trans)formam-se na interação com o mundo. Logo, podemos pensar em (re)construções relacionais possíveis, diversas daquelas atravessadas por violência doméstica.

CAPÍTULO 4. MULHERES: UMA LEITURA A PARTIR DE PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS QUE DISCUTEM CORPO, GÊNERO E SEXUALIDADE

Neste capítulo buscarei apresentar discussões, reflexões e construções acerca da concepção de mulher, dentro de perspectivas que discutem corpo, gênero e sexualidade, a fim de permitir um campo de análises e problematizações no tocante aos modos de ser, pensar e agir tidos enquanto padrão, em um contexto normativo.

Conforme Derrida (1986, citado por Louro, 2001), a lógica ocidental funciona basicamente por meio de binarismos. Ela seleciona algo como central, e esse algo (que pode ser uma forma de ver o mundo, um sujeito, um sexo, etc.) determinará a posição do(s) outro(s) diferente(s) dele. Esses aspectos opostos ao elemento central irão posicionar-se, então, como subordinados. O aspecto tomado como principal é percebido como superior, de maneira que os demais serão compreendidos como inferiores. Louro (2001) sinaliza que, num contexto heteronormativo, em que os padrões heterossexuais são apresentados como norma de modo natural, “a afirmação da identidade implica sempre a demarcação e a negação do seu oposto, que é constituído como sua diferença” (p. 549).

As noções de homem e mulher, a construção de papéis circunscritos aos gêneros, o sistema que organiza o masculino e o feminino são construções que se estabelecem num contexto normativo, atravessado por uma lógica dicotômica que, ao ser aceita como natural e reproduzida, normaliza o estabelecimento de arranjos de poderes que se distribuem de modo desigual nos relacionamentos entre as pessoas, principalmente quando estamos falando de relações entre homens e mulheres.

Foucault (1988) diz que estratégias de saber e poder construídas e propagadas socialmente produzem efeitos sobre os corpos, as sexualidades, os modos de ser, a construção das subjetividades, as relações. Inclusive, ao apresentar a história da sexualidade, pontua a histerização do corpo da mulher como um dos quatro grandes eixos estratégicos que, a partir do século XVIII, fundamentaram noções de saber e poder a respeito do sexo. Sob essa perspectiva, o corpo da mulher foi circunscrito a finalidades e espaços muito específicos. De modo geral, exemplifica que ele foi percebido como um corpo: tomado por sexualidade; objeto de intervenção médica devido à histeria que lhe era inerente; e aspecto elementar da dinâmica familiar e do cuidado dos filhos.

Soler (2008) pontua que Foucault nos auxilia a compreender que a subjetividade pode ser pensada como “(...) resultante do entrecruzamento de forças e como uma produção atravessada pelas esferas políticas das relações do sujeito com a verdade, com o discurso, com o poder e com a ética” (p. 572).

A respeito do conceito de poder, Foucault (1988) não o concebe como um arranjo geral de dominação de um único grupo sobre outro. Percebe-o em sua complexidade, disposto em múltiplos encadeamentos de forças, enquanto instância produtiva.

A condição de possibilidade do poder (...) não deve ser procurada na existência primeira de um ponto central, num foco único de soberania de onde partiriam formas derivadas e descendentes; é o suporte móvel das correlações de força que, devido a sua desigualdade, induzem continuamente estados de poder, mas sempre localizados e instáveis (Foucault, 1988, p. 89).

Ibáñez (2001, p. 85)³⁴ salienta: “Foucault nos dizia que nós estávamos equivocados ao pensar que o poder era algo unificado (...), que teria forma única. Ao contrário, tinha que conceber o poder como algo polimorfo”. Além disso, Foucault (1988) salienta que, necessariamente, onde há poder, também estarão presentes as resistências.

Conforme Foucault (1988), as resistências se localizam em toda a rede do poder, não são externas a ele. Sua distribuição não se dá de maneira regular e fixa. Existem resistências diversas: “(...) possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício (...)” (p. 91).

Com base na concepção de Butler (2000, 2003), o cotidiano, as sociedades, a vida de forma geral, estão organizados dentro de uma lógica sob a qual se inscrevem o feminino e o masculino. No entanto, essas diferenças na compreensão dos sujeitos homens e mulheres não são produtos da natureza, mas sim do discurso.

Uma das críticas empreendidas por Butler (2003) se refere ao modo automatizado de pensarmos a nós mesmas/os dentro de uma ordem compulsória quanto ao sexo, gênero e desejo, que sempre é buscada para definir a si próprio/a ou os/as outros/as. Nosso modo de

³⁴ “Foucault nos decía que nos estábamos equivocando al pensar que el poder era algo unificado (...), que tenía una forma única. Al contrario, había que concebir al poder como algo polimorfo (...)”.

perceber, compreender e organizar a vida e, de modo mais geral, o mundo é generificado, visto que sempre precisamos classificar sujeitos em feminino ou masculino. A autora explica que se trata de um sistema normativo em que aqueles três aspectos colocam-se como indissociáveis, e as possibilidades de existência estão dentro daquela equação. É como se o sexo, o gênero e o desejo devessem ser correspondentes. Qualquer um dos três que se coloque como desviante dessa regra compulsória gera um sujeito que não será aceito. Ao problematizar tal noção, a autora se contrapõe a ela e destaca que o sexo não é origem, é efeito, ou seja, o reconhecimento do que é feminino e masculino é efeito. Não há, então, uma construção do gênero a partir do sexo. Trata-se de uma concepção heterossexual que produz a noção de homem e mulher. O que tomamos como características femininas e masculinas são, portanto, construções sociais. A noção central que dita os sexos e gêneros é heterossexual e, por isso, sentimos que precisamos de um sistema binário, que nos organiza em homens e mulheres.

Há atravessamentos – discursos, saberes, poderes – que perpassam a concepção social dominante, isto é, a norma heterossexual. É nesse contexto que noções do que é ser homem e ser mulher, com suas respectivas características masculinas e femininas, são dítadas, criadas. São nessas circunstâncias que ganham espaço relações hierarquicamente desiguais entre homens e mulheres e pressupostos machistas disseminados não só por homens, mas também por mulheres. Podemos exemplificar alguns comportamentos esperados e aceitos para o feminino e o masculino, os quais são ensinados e reforçados de modo natural: a mulher como ser frágil e passiva e o homem como dominador e ativo.

Outra crítica realizada por Butler (2003) se refere à concepção de uma política identitária do feminismo. Ao presumir e restringir os próprios sujeitos (as mulheres), espera representá-las, incorrendo no risco de aludir a uma essência naturalizante, na medida em que pressupõe que existe uma identidade definida, compreendida pela categoria “mulheres”. Conforme a autora, categorizar todos os sujeitos do feminismo como mulheres não dá conta de representar toda sua complexidade.

Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo que alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e

porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida (Butler, 2003, p. 20).

Para a autora, essa prerrogativa do feminismo de definir seu sujeito, circunscrevendo-o à categoria “mulheres” é acompanhada pela noção de que a sua opressão tem as raízes numa “(...) estrutura universal ou hegemônica da dominação patriarcal ou masculina” (p. 20). Ressalta que

A noção de um patriarcado universal tem sido amplamente criticada, em anos recentes, por seu fracasso em explicar os mecanismos da opressão de gênero nos contextos culturais concretos em que ela existe. (...) A urgência do feminismo no sentido de conferir um *status* universal ao patriarcado, com vistas a fortalecer aparência de representatividade das reivindicações do feminismo, motivou, ocasionalmente, um atalho na direção de uma universalidade categórica ou fictícia da estrutura de dominação, tida como responsável pela produção de experiência comum de subjugação das mulheres (Butler, 2003, pp. 20-21).

Outra problematização trazida por Butler (2003) diz respeito à reafirmação constante da noção de sujeito como origem. Para a autora, ele deve ser entendido como efeito, pois é construído quando atua no mundo. Para justificar seu posicionamento, explica que não há uma identidade de gênero por trás das expressões do gênero, visto que essa identidade é também construída, pelas próprias expressões, que são tidas como seus resultados.

Segundo Guaraldo (2007), Butler concebe que, desde que nascemos, nossos corpos estão inseridos dentro de uma lógica de valores que determinam como serão tais corpos. “O gênero é parte dessa estrutura, quando não a matriz de todas as estruturas” (p. 671). Assim, a nossa subjetividade vai se estruturando através das exigências, das imposições e dos discursos dos/as outros/as sobre si mesmos/as. “A vulnerabilidade é o centro do eu relacional, o eu que não se consegue considerar totalmente: ser exposto aos outros, *ser essa exposição*, é o que qualifica o humano como tal” (p. 673, grifos da autora).

Butler (2000) pontua ser importante pensarmos sobre de que modo e com qual finalidade certos corpos são construídos e aceitos e outros não o são. Sinaliza ainda ser necessária a reflexão sobre de que maneira certos corpos que são deixamos à sombra contribuem para materializar aqueles corpos qualificados como importantes. Os sujeitos são formados dentro de uma lógica de que, para haver os corpos legítimos, existem também os seres abjetos, que são aqueles corpos que não importam, que não estão em discurso, os não-sujeitos. Ao ser indagada sobre a noção de corpo abjeto, Butler explica: “(...) o abjeto para mim (...) relaciona-se a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas ‘vidas’ e cuja materialidade é entendida como ‘não importante’” (Prins & Meijer, 2002, p. 161).

Louro (2000) explica que

As muitas formas de fazer-se mulher ou homem, as várias possibilidades de viver prazeres e desejos corporais são sempre sugeridas, anunciadas, promovidas socialmente (e hoje possivelmente de formas mais explícitas do que antes). Elas são também, renovadamente, reguladas, condenadas ou negadas (p. 7).

A autora diz que é como se esses corpos femininos e masculinos fossem adestrados, tornando-se sugestionáveis e hábeis para algumas coisas e para outras não. Tais corpos apresentam sinais muito particulares, demarcados por certos discursos de saberes-poderes. Compreendemos, então, que no campo das subjetividades, das relações, das trocas afetivas teremos alguns efeitos, pois, segundo essa lógica, elas serão produzidas e geridas de acordo com alguns propósitos.

Weeks (2000) pondera que a forma como a sexualidade é organizada socialmente é gerida de acordo com as mudanças históricas. No contexto pós-moderno, dadas as transformações já discutidas no capítulo anterior, “(...) é provável que vejamos uma nova e radical mudança nos modos como nos relacionamos com nossos corpos e com suas necessidades sexuais” (p. 80).

Conforme Louro (2000, p. 11), “nossos corpos constituem-se na referência que ancora, por força, a identidade”. É como se esperássemos que o corpo determinasse claramente a identidade do sujeito. Quando o corpo revela que aquela pessoa é um homem ou uma mulher, esperamos que sua identidade revele características consonantes. Temos dificuldade em aceitar que ambiguidades são possíveis. Com isso, legitimamos certas diferenciações,

hierarquias, desigualdades, já que certos corpos só podem se estruturar de um certo modo, oposto e distinto de outros. Alguns vão representar a norma, enquanto outros serão reconhecidos como desviantes. A autora explica que

Em nossa sociedade, a norma que se estabelece, historicamente, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão, e essa passa a ser a referência que não precisa mais ser nomeada. Serão os “outros” sujeitos sociais que se tornarão “marcados”, que se definirão e serão denominados a partir dessa referência. Desta forma, a mulher é representada como “o segundo sexo” e gays e lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual (Louro, 2000, p. 12).

Segundo a autora, as formas como as identidades sociais são representadas pelos grupos são marcadas pelas relações de poder. Aqueles que ditam as normas são capazes não apenas de se autorrepresentar, mas também de produzir a representação dos outros que não estão em posições centrais. Disseminam como norma “(...) sua própria estética, sua ética ou sua ciência e arrogam-se o direito de representar (pela negação ou pela subordinação) as manifestações dos demais grupos. Por tudo isso, podemos afirmar que as identidades sociais e culturais são políticas” (Louro, 2000, p. 13).

Louro (2000) explana que a sexualidade, o feminino e o masculino não são atributos naturais, mas construções que se tornam possíveis por meio das relações sociais, que estão constantemente atravessadas por diversos poderes. A autora apresenta alguns exemplos acerca de padrões de comportamentos e sentimentos masculinos e femininos disciplinados e esperados desde a infância. Cita que, em geral, exigimos que homens/meninos “de verdade” contenham a expressão de seus sentimentos, já que emotividade é percebida como uma característica feminina. Esperamos que homens/meninos não tenham expressivas trocas afetivas entre eles, enquanto tais trocas não são alvo de vigilância no caso de mulheres/meninas. A competição entre meninos/homens é estimulada, haja vista que precisam ser valentes e não é adequado que exponham suas fraquezas, comportamento esse que é aceito no caso de mulheres/meninas.

Ela destaca que para que se efetivem esses ditames quanto às possibilidades de ser homem ou ser mulher, um investimento social poderoso é empreendido. Assim,

(...) família, escola, mídia, igreja, lei participam dessa produção. Todas essas instâncias realizam uma pedagogia, isto é, fazem um investimento que, frequentemente, aparece de forma articulada, reiterando identidades e práticas hegemônicas enquanto subordina, recusa ou nega outras identidades e práticas; outras vezes, contudo, essas instâncias disponibilizam representações divergentes, alternativas e contraditórias (Louro, 2000, p. 19).

Contudo, Louro (2000) salienta que isso não significa que os sujeitos são meros receptáculos de influências externas. A constituição dos seres humanos é múltipla e constante e, portanto, passível de transformações. Inclusive, elucida que nela também se fazem presentes a participação e o envolvimento do próprio sujeito na construção de sua identidade, seu gênero e sua sexualidade.

Os modos de ser homem ou de ser mulher em nossa sociedade estão atravessados por marcas de identidades presentes nesses corpos, afirmados por binarismos que prescrevem o que se espera desses sujeitos. Cria-se, então, discursivamente, desigualdades e hierarquias. Parker (2000) explana que

(...) a desigualdade de gênero e a opressão sexual não são fatos imutáveis da natureza, mas sim artefatos da história, ajudando a nos fazer lembrar que as estruturas da desigualdade e da injustiça, que tão frequentemente parecem organizar o campo sexual, bem como outras formas de injustiça social, podem, de fato, ser transformadas através da ação intencional e de iniciativas políticas progressistas (p. 144).

Ainda que a sociedade esteja organizada em termos daquilo que é compreendido como diferenças substanciais entre homens e mulheres, novas construções são possíveis. As desigualdades que ainda atravessam os gêneros podem ser transformadas, através de um movimento de resistências, (re)(des)construções, produções de novos sentidos e abertura para novas possibilidades.

PARTE II. O PROCESSO DE INVESTIG(AÇÃO)

Força pra fazer do nosso gesto
um gesto só de muitos gestos
e a energia coletiva que isso representa.

Paulo Leminski

CAPÍTULO 5. OBJETIVOS, DISCUSSÕES METODOLÓGICAS, O CENÁRIO E AS PROTAGONISTAS

Não apenas os afetos, mas as subjetividades, as identidades, as relações, as representações que os sujeitos possuem do/a outro/a, vão se delineando de modo especificamente pós-moderno em nosso contexto. Quanto a isso, Lasch (1983) afirma que as novas formas sociais requerem novas constituições dos sujeitos, de acordo com as novas normas e os novos modos de organização da experiência humana. As mudanças nessa forma como os sujeitos vão se constituir estão implicadas com transformações bem específicas de cada cultura e sociedade. O autor pontua que a intensa propagação de imagens, o consumismo desenfreado e as reconfigurações do sistema familiar são alguns dos exemplos das mudanças atuais de nossa cultura ocidental que vêm afetando os indivíduos de um modo particularmente pós-moderno.

Percebemos, ao longo dos capítulos anteriores, que o sujeito pós-moderno afeta-se, relaciona-se, percebe-se de modo singular em nosso atual contexto. Frente a isso, nosso processo de investigação buscou lançar um olhar para as subjetividades de mulheres em situação de violência doméstica neste mundo contemporâneo, especificamente para seus afetos.

5.1. Objetivos

Nossa investigação teve como objetivo compreender os impactos afetivos da violência doméstica contra as mulheres e acompanhar possíveis transformações produzidas em seus afetos e nas representações sobre si e sobre suas vivências permeadas por violência, a partir de sua participação em um grupo de orientação, apoio e acompanhamento direcionado a mulheres em situação de violência doméstica.

Ao nos debruçarmos sobre os impactos afetivos da violência doméstica contra as mulheres, tivemos como finalidade lançar um olhar para as implicações afetivo-cognitivo-comportamentais (Heller, 1993) que atravessam as suas vivências, aspectos esses que tendem a ser pouco valorizados em pesquisas científicas, conteúdos midiáticos e outros discursos hegemônicos que ainda supervalorizam os aspectos físicos das expressões da violência.

Além disso, ao acompanhar os efeitos produzidos nos afetos destas mulheres, na maneira como elas percebem os/as outros/as, suas vivências e si mesmas, a partir de sua inserção em um grupo que se inscreveu como espaço de orientação e de pertencimento, nosso intuito foi o de difundir a relevância de instrumentos como esse para o processo de (re)construção de sentidos individuais e coletivos.

5.2. Discussões Metodológicas

Para percorrer esta trajetória, partimos da compreensão de que pesquisar é um processo de investigação e também de intervenção na realidade, por isso adotei o uso do termo investigação para referir-me a este processo de conhecer meu objeto de estudo, mas também produzir novos sentidos sobre ele. Para tanto, compreendo que a investigação que realizamos se tratou de um processo relacional, em que as participantes da pesquisa foram coautoras ativas desse processo, tendo em vista os papéis que assumiram como protagonistas.

Buscamos romper com qualquer possibilidade de fazer ciência que fragmentasse objetividade-subjetividade. Compreendemos que essas dimensões fazem parte de um mesmo processo e que se entrelaçaram na investigação. Como salienta Tomanik (2004), se eliminamos os aspectos subjetivos do ser humano, estamos negando a possibilidade de que ele possa gerar transformações e reconstruções de sua realidade. O autor sinaliza a possibilidade de a ciência ser um “(...) meio através do qual o pesquisado possa passar de objeto de pesquisa e de controle social, em sujeito participante, tanto do conhecimento a seu respeito quanto da elaboração de sua cultura e de sua história” (p. 106).

Partindo dessa compreensão, utilizamos os fundamentos teórico-metodológicos da Epistemologia Qualitativa de González Rey. O conhecimento, de acordo com González Rey (2005a), é um processo de diálogo em permanente construção pelo/a pesquisador/a e pesquisado/a. Esta proposta de conhecimento enquanto processo de comunicação opõe-se a uma perspectiva de um conhecimento linear, em que a realidade é descoberta. O autor diz que “quando afirmamos o caráter construtivo-interpretativo do conhecimento, desejamos enfatizar que o conhecimento é uma construção, uma produção humana, e não algo que está pronto para conhecer uma realidade ordenada de acordo com categorias universais do conhecimento” (p. 6).

González Rey (2005a), ao considerar o conhecimento como um processo dinâmico em

construção, salienta que a pesquisa é percebida como um campo de comunicação, que terá “(...) um valor essencial para os processos de produção de sentido dos sujeitos pesquisados nos diferentes momentos de sua participação nesse processo” (p. 15).

González Rey (2000b, p. 66)³⁵ afirma que “a investigação qualitativa que defendemos substitui a resposta pela construção, a verificação pela elaboração e a neutralidade pela participação”. Nesse tipo de pesquisa, conforme González Rey (2005a), valoriza-se os sujeitos e não os instrumentos, como ocorre nas perspectivas tradicionais de pesquisas.

Tendo em vista a profundidade dos objetivos de nossa pesquisa, principalmente no que tange à construção de novos sentidos pelas participantes, buscamos também apoio nas contribuições apresentadas pelo movimento construcionista social. Ele também tem como base o processo investigativo relacional, dimensionando as relações como construtoras de conhecimento e de realidade.

Japur e Raserá (2005) pontuam que não há uma definição única ou um conjunto de descrições específico que permita abarcar toda a complexidade e diversidade dos movimentos construcionistas. Contudo, os autores assinalam que é possível identificar consonância entre os diferentes autores quanto a alguns eixos centrais da perspectiva construcionista: a particularidade histórico-cultural dos modos de conhecer os aspectos do mundo; a ênfase nas relações humanas no processo de produção do conhecimento; a interação entre atuar e conhecer; e o posicionamento crítico-reflexivo.

Rompendo com a perspectiva tradicional de pesquisa, que se propõe a aplicar ferramentas sobre uma realidade com a finalidade de descobri-la e conhecê-la, Moscheta (2011) apresenta um entendimento sobre o método como um processo de atuação no mundo, que cria novos sentidos sobre a realidade.

Conforme Gergen (1985), o conhecimento se constrói por meio das relações que as pessoas estabelecem entre si. Nesse processo de interação, a linguagem tem papel central de coordenar e criar sentidos. McNamee (2014, p. 130) argumenta que o construcionista enxerga “(...) a pesquisa como um processo relacional de criar sentidos e entendimentos colaborativamente (...)”.

Segundo Guanaes-Lorenzi (2006), a investigação construcionista social tem o intuito de obter uma compreensão sobre como os sujeitos agem no mundo a partir dos sentidos que

³⁵ “la investigación cualitativa que defendemos sustituye la respuesta por la construcción, la verificación por la elaboración y la neutralidad por la participación”.

sustentam suas relações, como também visa entender quais as possibilidades de existência que os referidos sentidos constroem, bloqueiam ou fundamentam.

Conforme Corradi-Webster (2014), pesquisadores que se embasam no discurso construcionista social não visam uma postura neutra e não buscam a objetividade, na medida em que consideram o processo de investigação como construtor de realidades. Salaria que “(...) a postura de neutralidade dá lugar à postura de engajamento, pois, ao considerar que o conhecimento que produz não é neutro, o pesquisador se compromete com o que quer produzir” (p. 80).

Os objetivos sinalizados e as possibilidades apontadas por nossa base teórico-metodológica se estruturam na direção de, além de conhecer o objeto da pesquisa, produzir novos sentidos. Isso suscitou a relevância da realização de estudo de campo. Conforme González Rey (2005b), o trabalho de campo abre possibilidades reais para que haja o encontro entre pesquisado/a e pesquisador/a, assim como para uma participação ativa de ambos no decorrer do processo de investigação. Segundo Gil (2008), o estudo de campo permite aprofundar a questão estudada num grupo específico. Tem o potencial de analisar a integração entre os elementos que compõem esse campo estudado.

A pesquisa de campo foi desenvolvida junto a mulheres que passam ou passaram por situações de violência doméstica e que, por esse motivo, vêm sendo acompanhadas na sede de Cianorte da Defensoria Pública do Estado do Paraná, onde eu atuo como psicóloga. Nas próximas seções deste capítulo, apresentaremos o cenário e as protagonistas.

O processo de investigação visou o respeito à dignidade humana e envolveu o consentimento livre e esclarecido das participantes – mulheres em situação de violência doméstica – conforme diretrizes e normas regulamentadoras vigentes acerca da pesquisa com seres humanos. Do mesmo modo, o defensor público, coordenador da instituição na época da pesquisa de campo, foi informado a respeito dela neste espaço institucional e concordou com sua efetivação.

As técnicas utilizadas, isto é, “(...) os procedimentos específicos da fase de coleta de dados no campo (...)” (Tomanik, 2004, p. 162) foram: pesquisa documental, que, segundo Gil (2008), é a obtenção de dados de modo indireto, por meio de registros institucionais escritos e documentos diversos, por exemplo; e grupo focal, no qual as pessoas se reúnem para discutir um assunto comum, sendo a comunicação e interação dos/as participantes mediadas por um/a moderador/a, conforme Gaskell (2002).

A pesquisa documental foi desenvolvida por meio da leitura dos registros contidos nos prontuários de acesso exclusivo da Psicologia, em que constam as transcrições das verbalizações das mulheres durante as intervenções individuais e grupais, bem como as minhas percepções ao longo do acompanhamento realizado com cada uma delas na sede de Cianorte da Defensoria Pública do Estado do Paraná. O período dos registros analisados foi de abril de 2015 a setembro de 2017. Foram selecionados e analisados os trechos que contemplam conteúdos relacionados aos eixos de análise, que serão apresentados nos capítulos seguintes.

O grupo focal havia sido planejado para ocorrer através de dois encontros, nos mesmos dias e horários em que as mulheres já participam do Grupo (Re)começar, nos quais seriam propostas especificamente discussões sobre: como se sentem diante das situações de violência doméstica vividas, num primeiro encontro; e qual o papel do acompanhamento grupal destinado a elas na referida instituição na construção de novos sentidos sobre suas vivências, num segundo encontro. A proposta era de que o primeiro eixo de discussão abarcasse todas as participantes, enquanto o segundo contemplaria as experiências das mulheres que não são novatas, que já pertencem ao grupo há alguns meses pelo menos. Contudo, algumas mudanças emergiram.

O primeiro encontro do grupo focal ocorreu no final de março de 2017, por meio de uma roda de conversa, com 13 participantes. Ao propor o eixo de discussão planejado para aquele momento, em que as mulheres foram indagadas a respeito de como se sentem, fui percebendo que aquelas que frequentam, há mais tempo, o acompanhamento, além de contemplarem aquilo que era proposto para o encontro inicial, também foram trazendo os aspectos que seriam abordados no segundo momento, justamente por não conseguirem separar os efeitos daquele grupo de acompanhamento dos seus processos de sentir a violência vivida. Neste dia, foram, então, discutidos os dois eixos.

Em análise conjunta com meu orientador, decidimos, ainda assim, manter o segundo encontro do grupo focal. Em meados de abril de 2017, com 10 participantes presentes, desenvolvemos o segundo momento do grupo focal, o qual buscou compreender e refletir junto às mulheres, numa perspectiva mais ampla e coletiva, o que elas acham que contribui para a violência doméstica contra as mulheres acontecer. Também visou entender de que modo elas auxiliariam outras mulheres que passam ou passaram por situações semelhantes a elas a buscarem estratégias de superação da violência doméstica vivida. Para concretizar este

encontro, as mulheres iniciaram escrevendo o que acham que contribui para a violência doméstica acontecer, conteúdos esses que foram, na sequência, compartilhados. Depois, eu e a assistente social, que trabalha conjuntamente comigo no acompanhamento destas mulheres, coordenamos uma discussão junto a elas sobre os aspectos sócio-históricos que atravessam o fenômeno da violência doméstica contra as mulheres. Ao final, elas foram convidadas a desenvolver uma técnica de simulação, na qual foram representadas duas personagens: uma mulher necessitando de apoio, em virtude de situação de violência doméstica vivida; e outra, que já teria passado por situação semelhante, oferecendo acolhida e orientação. As narrativas que compuseram a simulação foram construídas em dois grupos: um deles constituído por mulheres novatas, que auxiliaram na construção do repertório da primeira personagem; e o outro, integrado por mulheres mais antigas no acompanhamento, que auxiliaram na configuração da narrativa da segunda personagem.

Os encontros do grupo focal foram áudio-gravados sob o consentimento das participantes e depois transcritos para análise. Utilizei um diário de campo para anotar minhas percepções e angústias. Os conteúdos emergentes, integrados aos elementos provenientes da pesquisa documental, foram elencados em núcleos e eixos de análise. Os dois núcleos de análise – os impactos afetivos da violência doméstica contra as mulheres e os efeitos produzidos nos afetos, nas representações e nas vivências das protagonistas do processo de investigação a partir de sua inserção no Grupo (Re)começar – desenharam-se com base nos objetivos de nossa pesquisa. A partir deles, analisando as narrativas das mulheres, organizei os conteúdos que emergiram nos encontros do grupo focal que mais se associavam e que iam ao encontro de minhas inquietações, criando os eixos de análise. Em alguns momentos, também foi necessário recorrer à pesquisa documental para complementar ou ampliar as discussões de alguns eixos. Todos eles serão apresentados e discutidos nos Capítulos 6 e 7.

Por meio das técnicas empregadas em nosso processo de investigação, ainda que não seja possível traduzir toda amplitude dos sentidos já criados no espaço coletivo do Grupo (Re)começar – haja vista que as interações, as interferências, os deslocamentos empreendidos no momento das vivências não podem ser apreendidos em toda sua complexidade –, concebemos que a partir das narrativas das mulheres, que serão apresentadas ao longo dos capítulos seguintes, teremos a possibilidade de contemplar alguns dos efeitos desses endereçamentos mútuos, dessas construções conjuntas. Poderemos, ainda, perceber os repertórios comuns destas mulheres e os discursos, em nível mais amplo, que os atravessam.

Spink (2010) fala sobre as práticas discursivas enquanto linguagem em ação nas interações sociais entre as pessoas. Segundo ela, as práticas discursivas são “(...) as maneiras pelas quais as pessoas, por meio da linguagem, produzem sentidos e posicionam-se em relações sociais cotidianas (...)” (p. 27). O conteúdo dessa linguagem, definido pela autora como repertórios linguísticos, são trabalhados em “(...) três tempos: o *Tempo Longo*, o *Tempo Vivido* e o *Tempo Curto*” (p. 26, grifos da autora).

(...) o Tempo Longo é o domínio da construção dos conteúdos culturais que foram parte dos discursos de uma dada época. Permite que nos familiarizemos com os conhecimentos produzidos e reinterpretados por diferentes domínios do saber: religião, ciência, conhecimentos e tradições do senso comum, entre eles. O Tempo Vivido é o tempo de ressignificação destes conteúdos históricos a partir dos processos de socialização. É o tempo de vida de cada um de nós; tempo da memória na qual enraizamos nossas narrativas pessoais e identidades. O Tempo Curto é o tempo da interanimação dialógica e da dinâmica da produção de sentidos. É nesse tempo que se presentificam as diferentes vozes ativadas pela memória cultural do tempo longo ou pela memória pessoal do tempo vivido (Spink, 2010, p. 34).

São esses aspectos que configuram o campo de construção de sentidos e é a partir deles que lançamos um olhar atento e cuidadoso ao campo de investigação.

5.3. O cenário

Costumeiramente, definimos e representamos um cenário como um conjunto de elementos que integram um espaço físico em que ocorre um episódio, um acontecimento, um espetáculo. Como pano de fundo e/ou palco imóvel, ele, sutilmente, integra a cena. Neste processo de investigação, o nosso cenário se inscreveu com outros contornos.

O cenário de nosso processo de investigação é um espaço de vida, de relações, de trocas afetivas. Foi nomeado pelas protagonistas como Grupo (Re)começar. Ele nasceu na sede de Cianorte da Defensoria Pública do Estado do Paraná em 2015 e vem se performando continuamente. Não existe enquanto campo imóvel de cenas e queixas, inscreve-se como espaço potente, móvel, dinâmico, relacional, interativo, integrativo e (re)construtivo.

Antes de adentrarmos nele, falarei um pouco sobre o contexto mais amplo onde ele nasceu. Cianorte localiza-se na região noroeste do Paraná e possui cerca de 70 mil habitantes. É conhecida como Capital do Vestuário por possuir expressivo desenvolvimento na área da moda. A economia do município é, em sua maioria, centrada nas fábricas e empresas do ramo de confecção, como também nas lojas e *shoppings* atacadistas. Possui a segunda maior reserva florestal urbana do Brasil e, por isso, também é chamada Cidade Jardim. Por todo seu território, espalham-se as manchas da unidade de conservação da Mata Atlântica, o Cinturão Verde.

Ainda que a violência contra as mulheres se esboce como um fenômeno quase que universal, ele toma algumas cores locais. Embora não tendo acesso direto e mais detalhado aos dados, obtive informações junto à área criminal da Defensoria Pública de Cianorte de que dos casos ali atendidos, no âmbito processual, nos meses de janeiro a setembro de 2017, mais de 60% eram referentes à violência doméstica contra as mulheres. Notamos que há expressiva presença destes casos no município, ainda que tais dados se refiram apenas às situações que chegam a ser judicializadas. Há muitos casos que não são denunciados e não se tornam processos judiciais, permanecendo silenciados nestas estimativas.

Apesar de prevista na Constituição Federal (1988), a Defensoria Pública do Estado do Paraná teve sua implantação somente em 2011, apenas na capital. A partir de 2013, algumas sedes foram se instalando no interior do Estado, na região metropolitana de Curitiba e no litoral. Atualmente, a instituição está presente em 19 cidades. Sua função é, conforme a Emenda Constitucional nº 80/2014, “(...) a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados (...)”. Compreendemos que, no âmbito do sistema de justiça, a Defensoria Pública é uma das poucas instituições que possui o potencial de ir além de uma atuação que vise à mera judicialização. Por isso, coloca-se como ator social importante em ações extrajudiciais que visam à promoção dos direitos humanos.

Dentre os vários espaços que essas profissões³⁶ ocupam no interior da área jurídica, a Defensoria Pública possivelmente é aquele em que as ações voltadas para a garantia de direitos humanos sociais e a resistência a não judicialização da vida social têm maiores possibilidades de se efetivar (...) (Fávero, 2015, p. 13).

³⁶ A autora está se referindo à psicologia e ao serviço social.

No município de Cianorte, ela foi implantada em 2013, inicialmente apenas com quadro de pessoal composto por defensoras/es públicas/os, assessoras/es jurídicas/os e técnicas/os administrativas/os. As/os profissionais de psicologia e serviço social passaram a se inserir nas sedes do interior apenas em 2015. Na referida sede, especificamente, apenas eu, enquanto profissional de psicologia me inseri naquela época. Quase um ano depois, mais uma psicóloga e uma assistente social passaram a compor a equipe. Contudo, meses depois, foram removidas para outras sedes. Há um ano, uma outra assistente social se inseriu em nossa instituição, permanecendo até o presente momento.

As práticas interdisciplinares desenvolvidas pelo serviço social e psicologia nesta instituição inscrevem-se em alguns eixos de atuação: atendimentos psicológicos e/ou sociais, produção técnica por meio de laudos e pareceres, articulação com a rede de serviços, atuação extrajudicial de conflitos e educação em direitos (Almeida, 2015; Cavalcante, 2016). É nesse último eixo que localizamos as práticas coletivas que desenvolvemos com populações socialmente vulneráveis.

Uma delas é o trabalho coletivo com mulheres em situação de violência doméstica, que se iniciou logo após minha inserção na Defensoria Pública. Esse trabalho foi implantado através da elaboração e apresentação de um projeto de minha autoria aos defensores públicos que coordenavam a instituição na época. Tendo sido aprovado, suas ações se iniciaram através da acolhida dessas mulheres em um espaço de diálogo. Num primeiro momento, eram feitas intervenções individuais e, depois, passamos a desenvolver as reuniões quinzenais grupais, tendo em vista a percepção da importância de criar espaços de orientação e fortalecimento coletivo para esses sujeitos.

Desde então, estas mulheres recebem acompanhamento psicossocial individual e coletivo, isto é, passam por atendimentos individuais e encontros grupais de caráter continuado por terem passado ou estarem passando por situações de violência doméstica. As/os profissionais envolvidas/os são das seguintes áreas: psicologia, serviço social e direito. Eventualmente, também convidamos profissionais de outras áreas e outros setores, como enfermagem, educação física, música, teatro, etc. para participarem dos encontros do Grupo.

Nos encontros coletivos, que ocorrem quinzenalmente nas quartas-feiras no período noturno, discutimos temáticas diversas relacionadas ao fenômeno da violência doméstica contra mulheres. Alguns desses temas foram elencados e propostos pelas/os profissionais envolvidas/os, enquanto outros foram sendo sugeridos pelas participantes ao longo do

desenvolvimento do Grupo. Em geral, utilizamos roda de conversa, enquanto técnica mais habitual em nossos encontros, por permitir um diálogo mais próximo e acolhedor. Além das discussões temáticas, aplicamos dinâmicas de grupos, apresentamos materiais áudio visuais e desenvolvemos técnicas de sensibilização.

Elas são inseridas em qualquer momento do ano no acompanhamento, podendo chegar por meio de encaminhamentos da rede de serviços do município, por nossa busca ativa em processos judiciais, por procura espontânea ou até por convite de alguma colega que frequenta o Grupo. O desligamento é avaliado conjuntamente pela própria participante, por mim e pela assistente social, algum tempo após a superação da violência doméstica vivida, ainda que muitas delas optem pela permanência no acompanhamento, em caráter preventivo.

Além deste serviço desenvolvido na Defensoria Pública, a rede de proteção às mulheres que sofrem violência doméstica neste município, isto é, o conjunto de instituições que trabalham diretamente com essa demanda, é integrada também pela Delegacia da Mulher e pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). A Delegacia da Mulher foi recentemente implantada no município e, por isso, ainda está em processo de estruturação, mas já vem realizando um importante trabalho de acolhida das denúncias das mulheres que desejam registrar boletins de ocorrência e solicitar medidas protetivas.

O CREAS tem sido grande parceiro neste trabalho de enfrentamento à violência doméstica contra mulheres. Nesse órgão, uma equipe de referência desenvolve um trabalho de acompanhamento psicossocial, por meio de atendimentos individuais, junto às mulheres e suas famílias, tendo como finalidade romper com as violações de direitos eminentes nos sistemas familiares e fortalecer a função protetiva das famílias (Brasil, 2009). Concomitantemente, as profissionais do referido equipamento costumam convidá-las a participar do Grupo (Re)começar, desenvolvido na Defensoria Pública.

Entendemos que esse espaço grupal se configura, então, como um serviço complementar de apoio, orientação e acompanhamento a elas, com enfoque em práticas coletivas e na direção de uma das prerrogativas fundamentais da Defensoria Pública, que é a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos. Acreditamos que articulações como esta, que visam à formação de redes intersetoriais, tendem a tornar o alcance dos objetivos de seus serviços mais dinâmico e integrado. Há muito ainda a fazer e a construir. Seguimos caminhando (conjuntamente).

5.4. As protagonistas

Todas as mulheres que participam do Grupo (Re)começar foram convidadas a integrar a pesquisa, que resultou nesta dissertação, tendo todas elas aceitado o convite. A participação média de mulheres nesse acompanhamento, desde seu surgimento em 2015 até o presente momento, mantém-se em torno de 15 a 20 mulheres. Em nosso cenário de investigação, 19 delas foram protagonistas.

Sobre elas, a seguir, apresentamos breves históricos de vida, ressaltando principalmente a emergência das expressões de violência doméstica, e apontamentos sobre sua inserção e acompanhamento no Grupo. Todos os nomes são fictícios.

Daiane

Daiane tem 27 anos, é casada, possui um filho e é do lar. Foi inserida no acompanhamento da Defensoria Pública em outubro de 2016, por meio de convite realizado pela assistente social que trabalha comigo, através de busca ativa em processos virtuais. É casada há 6 anos e disse que sofre violência física e psicológica desde o início da relação. Relatou, durante os atendimentos psicológicos, vários episódios distintos de graves espancamentos. Disse que o companheiro usa álcool e outras substâncias psicoativas com muita frequência, o que, segundo ela, deixa-o mais violento. Pontuou ter suportado tudo isso por muito tempo, mesmo sem entender direito o que passava. Discorreu ter compreendido o que vinha passando somente no atual contexto, através do acompanhamento feito pela Defensoria Pública. Atualmente, ele está internado em uma clínica para dependentes químicos. Explicou que o uso das referidas substâncias foi fragilizando-o, sendo que, inclusive, faz uso de cadeira de rodas. Relatou situações de pânico e medo intenso. Na atual conjuntura, está muito angustiada por não saber o que fazer quando ele retornar para casa. Encaminhei-a para o setor jurídico, a pedido dela, para receber orientações quanto a possível separação, porém, até o presente momento, isso não se concretizou. Daiane, além de frequentar o Grupo (Re)começar desenvolvido na Defensoria Pública, também é acompanhada pelo Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).

Alice

Alice tem 44 anos, é divorciada, tem 2 filhos e atua profissionalmente em um cargo vinculado

à gerência de uma grande empresa. Foi inserida no acompanhamento da Defensoria Pública em fevereiro de 2016, por meio de encaminhamento do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Conselho Tutelar. Ela se divorciou faz 3 anos, mas se encontra inserida no acompanhamento por considerar que ainda sofre consequências da violência doméstica vivida. Disse que foi casada por cerca de 15 anos e que, durante todo esse tempo, foi acometida por violência psicológica, visto que ele tentava controlá-la e torná-la totalmente dependente dele. Inclusive, Alice mencionou que isso se dava de forma muito velada, de modo que, por muito tempo, ela não percebeu que se tratava de violência. Após alguns anos, foi notando que abandonou sua carreira, seus sonhos, seus desejos, tudo para agradá-lo, ficando privada dentro de seu lar. Após a separação, destacou ter sofrido recorrentes ameaças. Quando iniciou o acompanhamento chorava incessantemente durante os atendimentos individuais, que solicitava com frequência. Atualmente, demonstra estar bem mais fortalecida, voltou a trabalhar na área de sua formação e também possui um diálogo pacífico com o ex-marido quanto aos filhos. Continua frequentando o Grupo.

Eliana

Eliana tem 36 anos, é casada, tem 2 filhos e está desempregada. Foi inserida no acompanhamento da Defensoria Pública em junho de 2015, por meio de meu convite, a partir de busca ativa em processos virtuais. É casada há 12 anos e relatou que a relação com o marido passou a ser conflitiva após ela descobrir que ele estava traindo-a. Disse que desde então, há 2 anos, ele passou a ficar fora de casa por muito tempo, e que quando chega na residência está geralmente alcoolizado. Nesses momentos, acomete-a com violência física, por meio de chutes e tapas, como também violência psicológica, através de xingamentos, ameaças e desconfianças e, eventualmente, força relações sexuais. Acredita que os filhos sentem de modo negativo os conflitos do casal, que ocorre na presença deles. Em muitas ocasiões, a filha de 13 anos tenta defendê-la, e o pai também a agride verbal e/ou fisicamente. Como Eliana possui alguns problemas físicos de saúde, que a têm impossibilitado de conseguir um trabalho, sente-se dependente financeiramente dele e tem temor de pedir ajuda para seus familiares para romper com a situação. Desenvolveu uma melhora em sua autopercepção, pois antes costumava repetir palavras com conotação negativa, possivelmente proferidas por ele, para se autoidentificar, como: “desocupada”, “zero à esquerda” e “a outra” (*sic*). Atualmente, tem expressado que conseguiu ressignificar o que vive e que, pouco a

pouco, vem construindo estratégias para lidar com a situação, até que um dia consiga sair daquela realidade. Ela ainda frequenta o Grupo.

Eduarda

Eduarda tem 51 anos, trabalha na área de serviços gerais e vive com o filho. Inseriu-se no acompanhamento da Defensoria Pública em julho de 2015, por meio de meu convite, a partir de busca ativa em processos virtuais. Quando iniciou o acompanhamento, estava em um relacionamento conturbado com o marido. O casamento era recente, de cerca de 1 ano, mas devido aos conflitos, ele havia mudado para outra cidade. Até recentemente, foram muitos terminos e retornos. Eduarda sempre demonstrou sentimentos ambivalentes por seu companheiro, descrevendo-o ora como alguém “doente” e “sem saída”, ora como “trabalhador” e “bom marido” (*sic*). As violências pelas quais passava eram morais e psicológicas, já que ele a humilhava e depreciava tanto na presença quanto na ausência de outras pessoas, como também tentava controlar seu modo de se vestir e seus contatos com outros homens. Cheguei a realizar dois atendimentos com ele, na tentativa de orientá-lo quanto à possibilidade de tratamento no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), já que é usuário de álcool, porém sem sucesso. No início de 2017, Eduarda decidiu entrar com o processo de divórcio e vinha verbalizando estar mais segura quanto à decisão pelo rompimento da relação. Relatou que estava num processo de resgate de sua autoestima, e que não mais se via como “puta, vagabunda e biscate” (*sic*), como muitas vezes acabou aceitando que era de tanto ele repetir. Recentemente, recebeu a informação de que ele foi assassinado em um bar. Ela ainda permanece frequentando o Grupo.

Vitória

Vitória tem 26 anos, é casada, tem 3 filhos, e trabalha como assistente de qualidade. Foi inserida no acompanhamento da Defensoria Pública em novembro de 2016, a convite da cunhada Rosa, que também frequenta o Grupo. Ela é amasiada há 9 anos e relatou sofrer violência psicológica de modo recorrente durante todo relacionamento, através de xingamentos, isolamento de familiares e deprecições, bem como mencionou já ter sofrido violência física, em algumas circunstâncias. No início deste ano, vinha verbalizando estar decidida a separar-se, pois seu companheiro é usuário de álcool e outras substâncias psicoativas e ela não observava melhoras ou mudanças. Contudo, até o presente momento,

mantém-se na relação. Relatou, recentemente, estar tomada por raiva, tendo chegado a pegar uma faca para matá-lo. Vitória está frequentando o Grupo.

Renata

Renata tem 34 anos, é casada, tem 3 filhas e trabalha como diarista em casas de família. Inseriu-se no acompanhamento da Defensoria Pública em junho de 2016, após encaminhamento do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Nos primeiros atendimentos e em algumas verbalizações no grupo, relatou apenas os episódios de violência física empreendidos contra ela e a filha de 13 anos. Explicou que tais situações ocorriam após os momentos em que seu marido fazia uso de álcool, ou seja, as agressões se davam, segundo ela, com frequência semanal, no mínimo. Exemplificou situações de violência, em que ocorriam socos, chutes, puxões de cabelo e empurrões. Ao longo do acompanhamento, foi percebendo que também sofria violência psicológica e sexual. Relatou que as expressões de violência acabaram após a prisão dele, que ocorreu no final de 2016. Após seu retorno, reataram e ele passou a fazer acompanhamento no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Atualmente, Renata tem discorrido que a família está bem, que seu marido não mais faz uso de álcool e que apenas ocorre violência psicológica esporadicamente. Frente a isso, sinaliza estar mais forte e orientada e, portanto, consegue se posicionar quando algo desse tipo ocorre. Ela ainda está frequentando o Grupo.

Leila

Leila tem 58 anos, é casada, trabalha como diarista em casas de famílias, possui um filho dependente químico que tem 40 anos e que é o autor das violências que viveu e vive. Foi inserida no acompanhamento da Defensoria Pública em junho de 2016, por meio de convite da assistente social dessa instituição, através de busca ativa em processos virtuais. Diferentemente das demais mulheres do grupo, Leila não é acometida por violência doméstica pelo marido, que é o mais comum dentre os casos em geral, sendo que o autor das violências é seu filho. Ela chegou ao acompanhamento afirmando perceber-se como vítima de violência doméstica, porque entende que a violência que ele direciona a ela ocorre não porque ela é sua mãe, mas porque ela é mulher. Salientou que a violência psicológica é diária, visto que sempre que ele faz uso de substâncias psicoativas, ao retornar para casa, profere xingamentos como “sua puta, sua biscate, fica dando por aí, enquanto meu pai tá em casa” (*sic*). Relatou

que, ainda que se marido se posicione, sempre voltam a ocorrer verbalizações como essa. Além da violência psicológica, quando está sob efeito intenso das drogas, seu filho quebra móveis e objetos e tenta agredi-la, ocorrendo, portanto, violência patrimonial e física também. Ressaltou que a família já tentou inúmeras possibilidades de inseri-lo em tratamento, mas ele não adere, ou inicia e abandona em seguida. Leila permanece frequentando o Grupo.

Rosana

Rosana tem 32 anos, é casada, trabalho como cabeleireira e tem 1 filho. Foi inserida no acompanhamento da Defensoria Pública em junho de 2015, por meio de meu convite, a partir de busca ativa em processos virtuais. Nos atendimentos psicológicos iniciais, Rosana chorava com frequência, pouco conseguia verbalizar. Queria separar-se do marido, mas relatava não ter forças, pois tinha deixado de ser quem era. Disse que ao longo dos 6 primeiros anos de união, seu marido e ela se davam bem, mas nos últimos anos, ele passou a fazer uso de álcool frequentemente. Começou a chegar em casa mais tarde e tornou-se mais agressivo. Sendo assim, era acometida por violência física e psicológica constantemente. Relatou, nesses primeiros atendimentos, que não sabia mais quem era ela, que não se importava com o que vestia e como estavam seu rosto e seus cabelos. Expressava também que sentia muita raiva do marido e que não via mais nenhuma saída. Passou a frequentar as reuniões do Grupo, mas recorrentemente pedia atendimentos psicológicos individuais, nos quais relatava cansaço. Ela falava de um cansaço físico e psicológico, um esgotamento. No entanto, por outro lado, desejava tentar reconstruir sua relação com o marido. Frente a isso, convidei-os para atendimentos conjuntos. Realizamos três encontros, em que foram trabalhadas algumas questões sobre a violência doméstica e sobre o relacionamento conjugal. A partir dos atendimentos, seu marido também aceitou o encaminhamento ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). Atualmente, não mais faz uso de álcool, já recebeu alta psicológica e psiquiátrica. Rosana tem relatado, no atual contexto, que o casal está bem e que não mais ocorre violência doméstica. Ela não quis sair do Grupo. Agora, vem sempre muito bem vestida e maquiada nas reuniões, emagreceu 19 kg neste último ano e diz, com frequência, às outras mulheres que renasceu e conseguiu se reencontrar. Recentemente, contou-nos que estava grávida, mas, meses depois, perdeu o bebê.

Elaine

Elaine tem 62 anos, é aposentada, e vive com 2 de seus 8 filhos. Iniciou o acompanhamento na Defensoria Pública em março de 2017, por meio de convite de sua amiga Rose, que também começou a frequentar o Grupo neste ano. Foi casada por 30 anos, estando separada há cerca de 10 anos. Salientou que ela e os filhos sofriam muita violência por parte do seu ex-marido. Falou que, naquela época, ela achava que era normal, pois viu a mãe passar por tudo aquilo com o pai, então acreditava que todas as violências que vivia faziam parte da dinâmica do casamento. Disse que agressões físicas e xingamentos direcionados a ela e os filhos eram constantes. Vivia submissa a ele e só podia tomar decisões se ele permitisse. Relatou que após a separação, que ocorreu por meio do apoio dos filhos, passou a se sentir livre, trazendo algumas exemplificações quanto ao seu modo de falar, comer, visitar as pessoas, aspectos esses que eram controlados pelo ex-companheiro quando estavam juntos. Trouxe que os sentimentos de tristeza e medo quanto ao que viveu ainda ressoam e, por isso, gostaria de participar do acompanhamento. Sendo assim, frequenta o Grupo.

Rose

Rose tem 51 anos, não exerce atividade laboral, devido a problemas de saúde e, por isso, recebe auxílio doença, e mora sozinha. É acompanhada pela Defensoria Pública desde março de 2017. Chegou ao acompanhamento por indicação da Delegacia da Mulher. Foi casada durante 6 anos, tendo se separado recentemente, antes de iniciar o acompanhamento. Relatou que o marido sempre foi alcoolista e a acometia frequentemente com violência doméstica. Disse que, como a separação ainda é muito recente, sente o tempo todo que ele vai voltar, surpreendê-la e enforcá-la. Tem repetido, com constância, o sentimento de medo que sente por ele. Destacou que tem bastante receio de abraçar as pessoas, pois tem a impressão de que será enforcada. Em relação às violências vividas, percebi, a partir de seus relatos, que sofria: violência física, como empurrões, puxões de cabelo e tentativas de enforcamento; violência psicológica, por meio de privação de contato com familiares e amigos, proibição do exercício de sua profissão de cozinheira e xingamentos; e violência patrimonial, já que ele quebrava alguns de seus bens e vendia móveis da casa sem seu consentimento. Atualmente, faz tratamento psiquiátrico. Frequentou o Grupo por apenas 2 meses, período em que ocorreram os encontros do grupo focal desta pesquisa. Justificou a interrupção em face de sentimento de pânico durante as reuniões do Grupo, por receio de ele invadir o espaço e surpreendê-la.

Marina

Marina tem 39 anos, trabalha como costureira, reside sozinha, e não possui filhos. É acompanhada pela Defensoria Pública desde fevereiro de 2017. Procurou o acompanhamento por indicação de Rosana, sua amiga, que está inserida no serviço. Estava casada há 5 anos, tendo decidido se separar, assim que iniciou o acompanhamento. Chegou ao acompanhamento relatando estados intensos de tristeza, impotência, desamparo e certeza quanto à necessidade de romper com a relação conjugal, pois não conseguia mais reconhecer a si mesma. Encaminhei-a ao setor jurídico, tendo recebido orientação jurídica, como também a encaminhei à Delegacia da Mulher. Quanto à violência doméstica vivida, relatou expressões de violência psicológica, principalmente xingamentos e humilhações constantes; violência patrimonial, pois quando estava alcoolizado, seu ex-companheiro quebrava objetos da casa; e violência física, como chutes e empurrões. Explicou que tais violências se tornaram mais frequentes nos últimos anos, o que coaduna com o aumento do uso do álcool e saídas frequentes de casa para jogos e encontros com a amante por parte de seu ex-marido. Atualmente, vive sozinha e o processo de divórcio está em andamento. Permanece inserida no Grupo.

Cleide

Cleide tem 48 anos, é casada, tem dois filhos, e trabalha como diarista em casas de famílias. Foi encaminhada pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) ao acompanhamento da Defensoria Pública em fevereiro de 2017. Quando iniciou, já estava também em processo psicoterapêutico com psicóloga de uma Unidade Básica de Saúde há mais de um ano. Notei que essa rede de apoio já a trouxe para nosso acompanhamento de um modo distinto do habitual, visto que ela já reconhecia as violências vividas e demonstrou estar em processo de superação frente ao vivido. Por outro lado, verbalizou que desejava participar do acompanhamento da Defensoria Pública, pois já nas primeiras reuniões que participou se sentiu importante, valorizada e acolhida. Conforme seus relatos, durante os 25 anos de casamento sempre foi acometida por violência doméstica. Nos primeiros anos, ocorria apenas violência verbal, xingamentos e humilhações, as quais se davam principalmente nos momentos em que o marido estava alcoolizado. Tempos depois, passaram a ocorrer algumas expressões de violência física e intensas ameaças. Foi quando registrou boletim de ocorrência e ele acabou sendo preso. Após sua saída, ponderou que só o recebeu novamente porque ele

adoeceu muito, inclusive tornou-se cadeirante. Porém, ressaltou que, desde então, há cerca de 2 anos, não mais têm relações sexuais. Voltou a estudar e disse que sente como se tivesse “tomado as rédeas da própria vida” (*sic*). Verbalizou que se percebe como uma cuidadora dele e não mais esposa. Disse que, às vezes, ele ainda tenta acometê-la com violência psicológica, mas ela tem se posicionado e as tentativas cessam rapidamente. Permaneceu inserida no Grupo durante 6 meses, tendo interrompido recentemente sua participação em virtude de aprovação em um curso técnico que ocorre no período noturno, inviabilizando sua frequência nos encontros grupais.

Rosa

Rosa tem 36 anos, é amasiada, possui 2 filhos e é bordadeira. Veio para o acompanhamento da Defensoria Pública em agosto de 2016, através de convite de uma amiga, que não mais frequenta o serviço. Relatou que é amasiada há 16 anos e que a relação começou a ser permeada por violência doméstica nos últimos anos. Não consegue identificar o motivo desta mudança, mas discorreu que ele passou a agredi-la com palavras, humilhá-la na frente dos filhos, ignorar seus desejos, e não contribuir financeiramente com as despesas do lar. Frente a tudo isso, segundo seus relatos, sente-se abandonada, sozinha, perdida. Em face dessas expressões de violência psicológica que sofre, relatou que passou a isolar-se, reduzindo os contatos com familiares, inclusive com os próprios filhos. Nos primeiros atendimentos, chegou a verbalizar que não acreditava que o acompanhamento pudesse ajudá-la, pois estava “no fundo do poço” (*sic*) e sabia que não tinha mais como mudar a situação que vivenciava. Pouco a pouco, fomos construindo algumas saídas possíveis, por meio de sua acolhida, escuta e orientação. Rosa pouco fala nas reuniões, inclusive no 1º Encontro do Grupo Focal não conseguiu se expressar, mas depois veio me pedir desculpa e solicitou atendimento individual, no qual acabou participando da pesquisa. Procurou-me recentemente, de novo, justificando sua ausência no 2º Encontro do Grupo Focal, e relatou melhora na relação conjugal, ressaltando que tem tentado estar mais aberta para o diálogo com o esposo. Sorriu algumas vezes, distintamente do que ocorre com frequência. Permanece inserida no Grupo.

Marli

Marli tem 47 anos, é casada e faz artesanatos para vender. Sofreu violência doméstica por parte dos pais na infância e relata ter sido moradora de rua após os 12 anos, por motivo de

abandono. Teve relacionamentos conjugais anteriores ao atual, nos quais também sofria violência doméstica e os companheiros sempre eram usuários de substâncias psicoativas. Chegou ao acompanhamento da Defensoria Pública em junho de 2015, por meio de meu convite, a partir de busca ativa em processos virtuais. Quando iniciou, só identificava a violência física como expressão da violência que vinha sofrendo pelos companheiros que teve. Seu atual marido, com o qual está há 5 anos, também usuário de álcool, acometia-a com violência física, psicológica e sexual. No final de 2015, ele compareceu com ela em um atendimento psicológico individual, ressaltando que gostaria de ser orientado sobre tratamento, pois sua esposa disse que se ele não melhorasse, “voltaria para o mundo” (*sic*). Após as orientações e encaminhamento ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), ele esteve em acompanhamento até final de 2016, quando obteve alta. No atual contexto, não mais faz uso de álcool e voltou a trabalhar. Durante o acompanhamento de Marli, ela foi demonstrando melhoras em sua autoestima, as quais podiam e ainda podem ser vistas no modo de se vestir e cuidar dos cabelos e pele, mas também no modo de se perceber. No início era frequente seu depoimento de que não era ninguém, que sua vida sempre foi um fracasso e que continuaria sendo. Pouco a pouco, foi aceitando receber suporte e hoje verbaliza que se descobriu, porque ao longo de toda sua vida este olhar para si não tinha sido possível. Conforme seus relatos, no atual contexto sabe o que é desejar algo, fazer algo pela própria vontade, ser alguém sem achar que precisa de um homem para existir, estando à sombra dele. Marli tem ressaltado que a relação conjugal agora é permeada por cuidado, união e preocupação, não mais por violência. Segundo ela, o marido a incentiva a continuar no Grupo, no qual ela ainda é participante ativa.

Roberta

Roberta tem 43 anos, é casada, possui 2 filhos, e atualmente está recebendo benefício por motivo de depressão grave. Foi inserida no acompanhamento da Defensoria Pública em junho de 2015, porém comparece muito esporadicamente às reuniões do Grupo, sendo mais comum me procurar em atendimentos individuais. Também já é acompanhada pelo Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) há alguns anos. É casada há 16 anos e, de acordo com seus relatos, sempre viveu violência física, psicológica, sexual e patrimonial. Associa as expressões de violência com momentos em que seu marido faz uso de álcool. Disse que ele nunca aderiu a nenhum tipo de tratamento. Relatou que houve mudanças no comportamento do filho

adolescente, que afirma que “aquele homem não é seu pai” (*sic*), pois não é referência para ele e o irmão. Demonstrou ter receio de romper com a relação, pois tem dependência econômica dele e, como não está bem psiquiatricamente, não consegue retornar ao trabalho. Apresentou, em alguns momentos, relatos que denotam tendências suicidas, por meio de verbalizações sobre estados intensos de muita tristeza, vontade de morrer, de não sair da cama, de acabar com tudo isso que já não é mais vida. Além de tudo o que fora ressaltado, ele ainda ameaça matá-la, pois acha que ela tem um amante, já que não mais tem relação sexual com ele. Pouco a pouco, Roberta tem demonstrado alguns movimentos rumo a uma melhora, visto que começou a fazer artesanatos para venda e conseguiu regularizar o benefício que vem recebendo, a partir do encaminhamento da assistente social da Defensoria Pública. Recentemente, relatou que o companheiro saiu de casa e que agora tem sofrido violências psicológicas por parte dos filhos. Ainda se encontra vinculada ao Grupo.

Mônica

Mônica tem 66 anos, encontra-se separada do marido há alguns meses, vive com 1 filha, está desempregada e não recebe aposentadoria. Veio para o acompanhamento da Defensoria Pública em março de 2017, por encaminhamento da Delegacia da Mulher. É casada há 46 anos, sendo que só conseguiu sair de casa para morar com a filha, porque seu filho que residia nos fundos de sua residência faleceu, então ela alegou que não conseguiria mais ficar naquele ambiente. Salientou que já pensou em separar-se de fato do marido, mas não consegue, porque ele não aceita. Apresentou e ainda traz dúvidas se irá voltar para o convívio com ele. Quanto às situações vividas, verbalizou que sofreu muito durante todo esse tempo, resumindo sua vida conjugal como uma “tortura” (*sic*). A partir de seus relatos, percebi que sofria intensas expressões de violência física, principalmente empurrões e tapas, e psicológicas, por meio de depreciações, ameaças e humilhações. Permanece inserida no Grupo.

Elisa

Elisa tem 38 anos, é de origem estrangeira, reside no Brasil há 10 anos, tem 4 filhos, trabalha de modo informal no campo da costura e faxina. Quando chegou ao acompanhamento da Defensoria Pública, em junho de 2015, por encaminhamento do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), ainda estava casada com seu ex-marido. Comparecia às reuniões do Grupo e aos atendimentos psicológicos e sociais com muitas

marcas de espancamento, geralmente com braços e rosto com marcas roxas. Discutimos o caso com instituições da rede de serviços, pois além da violência contra ela e os filhos, também passavam por muitas vulnerabilidades sociais, visto que estavam ainda sem alguns documentos, desempregados, tinham carência de alimentos, etc. Alguns encaminhamentos foram feitos a partir de nossa interlocução com a rede, sendo que, atualmente, estão com todos os documentos em ordem. Elisa recebe, além do benefício proveniente do Programa Bolsa Família, um benefício socioeconômico municipal, e uma de suas filhas, que tem 16 anos, está inserida no Programa Adolescente Aprendiz. Além disso, encaminhei-a para acompanhamento psiquiátrico, pois relatava, com frequência, sentir-se morta, e que iria consumir isto. Ela relatou que, quando viviam em seu país de origem, seu marido não a agredia, mas depois que vieram pra cá, por não conseguirem emprego e passarem por muita dificuldade, “ele perdeu o controle” (*sic*) e passou a agredir a família de modo físico e verbal. De setembro a dezembro de 2015, Elisa não compareceu às reuniões, porém nos procurava em atendimentos individuais, relatando que o marido a proibia de ir aos encontros do Grupo. Em abril de 2016, ele retornou para o país de origem e não mais deu notícias, até o presente momento. Elisa continua frequentando o Grupo e, nos últimos atendimentos, relatou a emergência de violências psicológicas e físicas empreendidas pela filha mais velha contra ela.

Tarcila

Tarcila tem 21 anos, é amasiada, possui 3 filhos e trabalha na área de controle de qualidade. Foi inserida no acompanhamento da Defensoria Pública em abril de 2016, após ter me ouvido em uma palestra sobre violência doméstica contra a mulher. A relação conjugal na qual está inserida, no atual contexto, não é aquela na qual foi acometida por violência doméstica. Conforme seus relatos, viveu até os 15 anos, presenciando o pai agredir a mãe. Saiu de casa, pois, além de ter que assistir tal violência, também era vítima dela em alguns momentos. Naquela circunstância, amasiou-se com o primeiro companheiro e foi viver em outro Estado com ele. Desde o início, expressões de violência doméstica de ordem física, sexual e psicológica passaram a fazer parte de seu cotidiano conjugal, conforme seus relatos. Sinalizou que achava que tinha que passar por aquilo, já que sua mãe também passava. Como não queria voltar para casa e já estava grávida, permaneceu na relação. Cinco anos depois, resolveu sair “fugida” (*sic*) de lá, trazendo consigo seus filhos e, desde então, não teve mais contato com o ex-companheiro. Em suas verbalizações, demonstrou estar em constante

situação de medo de que ele volte e cumpra a ameaça de matá-la. Recentemente, ela obteve informação de que ele foi assassinado por motivo desconhecido. Atualmente, está construindo um novo relacionamento, saiu da situação de desemprego e tem demonstrado estar um pouco mais segura. Permanece frequentando o Grupo.

Carla

Carla tem 29 anos, é casada, possui 2 filhas e trabalha na área de serviços gerais em um mercado. Ela se inseriu no acompanhamento da Defensoria Pública no dia em que estava ocorrendo o 2º Encontro do Grupo Focal desta pesquisa, ou seja, em meados de abril de 2017. Foi encaminhada pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), onde ela também passou a receber acompanhamento concomitantemente. É casada há 10 anos e, segundo ela, já tiveram 6 términos e retornos, devido às situações de forte violência física que sofre. Nesses episódios, sempre que é intensamente agredida fisicamente, volta para casa de seus pais. Depois de um tempo, ele faz promessas e acabam reatando, conforme seus relatos. Disse que nem sabia o que era violência psicológica, tendo a compreendido na primeira reunião do grupo em que esteve presente. Ponderou que essa violência é “natural” (*sic*), ocorre sempre. Já a física se dá geralmente quando ele está alcoolizado. Permaneceu inserida no Grupo por 5 meses, tendo interrompido sua frequência em virtude de ter conseguido emprego, o qual desenvolve em período vespertino e noturno, inviabilizando sua manutenção no acompanhamento grupal.

PARTE III. CONSTRUINDO NOVOS SENTIDOS

Trata-se de liberar a vida lá onde ela é prisioneira.

Deleuze e Guattari

CAPÍTULO 6. IMPACTOS AFETIVOS DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHERES

Neste capítulo, apresentaremos como núcleo central das discussões e reflexões os impactos afetivos da violência doméstica contra as mulheres, a partir de, basicamente, três eixos de análise que integraram elementos emergentes da pesquisa de campo: como elas se sentem, qual lugar acreditam ocupar nos relacionamentos permeados por violência, e por quais motivos acham que a violência doméstica contra mulheres acontece.

Como nossa finalidade não é a mera descrição – pela pesquisadora – do fenômeno estudado, tais impactos serão analisados a partir das narrativas das mulheres. Para tanto, os citados eixos se (re)configuram e passam a ser nominados de: a) como nos sentimos, b) o (não) lugar que ocupamos, e c) por que ainda sofremos violência(s).

Considerando que, conforme Heller (1993), os afetos estão incluídos em nossas ações, em nossos pensamentos, em nossas expressões mais diversas, não se colocando como mero acompanhamento de nosso falar, agir ou pensar, nosso propósito de compreender os impactos afetivos do fenômeno da violência doméstica, necessariamente, agregou as implicações afetivo-cognitivo-comportamentais.

6.1. Como nos sentimos

Conforme discutimos no Capítulo 1, há, segundo Heller (1993), uma diversidade praticamente infinita de afetos que podem ser sentidos. Todavia, não há como conhecermos todos os afetos, sejam aqueles sentidos por nós mesmas/os ou pelas outras pessoas. Alguns deles ficam guardados, outros são expressos. Contudo, nem sobre estes que emergem, podemos conjecturar que comunicam plenamente o que é sentido por cada ser humano. Apesar de todas essas particularidades, visamos, aqui, nos aproximar destes sentimentos de mulheres em situação de violência doméstica, a partir de suas próprias narrativas.

Analisando as expressões das mulheres, durante o desenvolvimento dos encontros do grupo focal, percebemos a emergência de alguns sentimentos específicos, que evidenciam que, de fato, os afetos são processos relacionais (Heller, 1993; Tomanik, 2015). Elas narraram, de modo expressivo, que se sentem amedrontadas e envergonhadas em suas

relações atravessadas por violências.

Segundo Heller (1993), a expressão do medo é algo que caracteriza, em geral, os seres humanos. Os estímulos que o fazem incidir possuem fundamentos em aspectos das vivências pessoais e sociais. Quanto à vergonha, explica que é um afeto que emerge quando sentimos que nos afastamos de normas sociais. Por isso, o denomina como “(...) o afeto social por excelência (...)” (p. 105)³⁷. Diante desses fundamentos, buscamos analisar as especificidades do medo e da vergonha sentidos pelas protagonistas da pesquisa.

Vivenciamos, ao mesmo tempo, conforme a autora, vários afetos, alguns ocupam papel central, mas aqueles que estão no fundo também exercem sua função sobre nós. Podemos inferir, então, que as participantes trouxeram os sentimentos de medo e vergonha enquanto afetos centrais para expressarem seu sentir quanto à violência doméstica vivida, o que não significa que elas não vivenciem outros afetos nestas dinâmicas relacionais.

A seguir, apresentamos algumas narrativas que explicitam a vergonha. Em alguns casos, esse sentimento aparece como aspecto que define toda a situação de violência doméstica vivida, em outros, como elemento que passou a gerar constrangimento perante outras pessoas, como familiares e amigos.

“(...) a gente chegou num ponto de não se entender, de haver agressões, é uma questão de viver realmente a vergonha (...)” (Eliana).

“E, assim, eu também comecei... ah, fiquei com vergonha de toda essa situação que eu tava passando (...)” (Renata).

“(...) quando ele tava junto, eu só escutava nome feio, passava vergonha, desgosto, maltrato (...)” (Elaine).

“Então já gerou vergonha, porque a família já não aceitava, até que chegou uma situação que não deu mais” (Renata).

De modo também expressivo, as participantes explicitaram recorrentemente o medo.

³⁷ “(...) el afecto social por excelencia (...)”.

Em algumas circunstâncias, como elemento atravessador das próprias vivências de violência, em outras situações, para falar de uma espécie de temor quanto à presença (imaginária) dos autores da violência.

*“(...) eu tinha medo, medo porque ele me ameaçava de morte também (...)”
(Eduarda).*

*“(...) eu ainda tô tentando me resgatar, tenho medo, choro de medo, sempre acho que ele vai chegar onde tô e vai me esganar, me enforçar. Tenho muito medo ainda (...)”
(Rose).*

Vergonha e medo também foram trazidos como afetos associados. Heller (1993) já havia nos alertado que os sentimentos se integram continuamente e que nunca experienciamos afetos de maneira isolada. Inclusive, nestes inter cruzamentos de sentimentos nas situações de violência doméstica, uma das mulheres verbalizou, além do medo e da vergonha, o sentimento de culpa.

“A gente fica com medo, tudo, a gente sente vergonha (...)” (Vitória).

“(...) aqui a gente consegue perceber que a minha vergonha, é a vergonha da outra ali, o medo, o jeito que me via...” (Eliana).

“Sentia culpa, medo e até vergonha do que os outros pensavam” (Cleide).

Por meio da pesquisa documental, analisando as transcrições de atendimentos com as mulheres participantes da pesquisa, encontrei outras narrativas em que elas expressam, de modo direto ou indireto, sentirem-se culpadas pelas violências vividas. Tais expressões foram trazidas, em todos os casos em que aparece, nos primeiros meses do acompanhamento, o que denota que pouco a pouco a culpabilização da mulher pela situação vivida foi sendo desconstruída. A seguir apresento algumas destas transcrições.

“Marli retornou de modo espontâneo para o segundo atendimento. (...) Relatou que as

várias relações conjugais que viveu acabaram porque ela não era boa o suficiente. Disse que era isso que sempre ouvia, quando seus companheiros chegavam bêbedos e a violentavam. Por isso, destacou se sentir muito culpada por tudo sempre ter dado errado em suas relações”.

“Carla compareceu ao atendimento inicial. (...) Ao falar da história do casal, relatou que sempre acredita que a situação vai melhorar e acaba voltando com o marido. Disse que se tivesse coragem de acabar com isso definitivamente, nunca mais sofreria violência, mas acaba voltando, porque ‘os homens são assim’ (sic) e talvez não encontre ninguém melhor”.

A culpa apareceu como aspecto já internalizado pelas mulheres, o que contribui para que elas se percebessem como culpadas, impotentes. Fica claro que os fundamentos que compõem o sentimento de culpa, na verdade, são provenientes das ideias machistas, reiteradamente apresentadas pelos seus companheiros na dinâmica relacional e reforçadas pela sociedade, de modo geral. Devido à fragilidade delas, em face de todo o contexto violento, acabam incorporando este sentimento de que, de fato, são culpadas pelas situações vividas. Esse modo de o sentimento de culpa se inscrever demonstra as sutilezas da violência, já descritas no Capítulo 2, quando Odalia (2012) nos adverte que tal fenômeno não se manifesta de forma clara em todas as suas expressões, podendo emergir de modo sutil ou de maneira tão bem esboçada que, muitas vezes, passa por circunstâncias naturais da vida.

Notamos, ainda, que o sentimento de medo emergiu em seus relatos não apenas para retratar suas vivências, mas também como fator auxiliar da perpetuação das violências vividas. Elas trouxeram, expressivamente, o sentir medo (e, em alguns casos, também a vergonha) como elemento que contribui para a manutenção da violência, ao se colocar como fator que dificulta ou impossibilita o rompimento com a situação vivida, ou ainda como entrave no processo de busca de apoio comunitário e/ou profissional.

“(...) a primeira vez que a Aline ligou pra mim, eu fiquei com muita dificuldade pra vim, porque ela ligou fui ainda umas três vezes, pra daí acho que na quarta que eu vim, porque eu senti medo, senti vergonha (...). E o medo? E eu lembrava que ele falava que se eu fizesse isso, ele ia atingir a coisa mais importante, meu filho, minha

mãe, meu pai, meus irmão. Aí começo a bate aquele medo. (...) eu falei pro meu pai: pai, chega! Dai ele perguntou: fia cê tem certeza, porque faz tempo que a gente te fala isso e você falava que tinha medo, isso aquilo” (Daiane).

“(...) pra vir nesse grupo foi muito difícil. Eu tinha vergonha e tinha medo também. Tinha medo, tipo assim, de ele descobrir. Nossa, ele ia ficar muito bravo comigo, sabe?” (Rosa).

“(...) ainda bem que eu vim pra cá. Mas pra vim a gente vem com um medo (...)” (Rosana).

“Assim é... recebendo as orientações aqui, eu vejo agora que é diferente do que eu imaginava, aquele medo que eu sentia de tomar uma decisão pela minha vida, as ameaças que eu sofria” (Marina).

Já havíamos sinalizado nas discussões teóricas que, segundo Almeida (1997), é muito comum que o medo que as mulheres em situação de violência doméstica sentem diminua a possibilidade de distanciarem-se daquelas circunstâncias que o produzem, dificultando uma percepção mais crítica por parte delas acerca desse contexto. Por outro lado, em muitos casos, é justamente este sentimento de medo que as impulsiona na busca de apoio e de superação das situações de violência vividas. Apesar de as protagonistas da pesquisa não terem trazido, nos encontros do grupo focal, o medo como elemento motivador para o rompimento com a situação de violência, analisando transcrições dos atendimentos em seus prontuários, a partir de pesquisa documental, pude identificar algumas dessas expressões. Cito, a seguir, algumas delas.

“Em atendimento, Tarcila destacou que sentia muito medo de ele cumprir a promessa de matá-la. As situações de violências chegaram a um ponto tão extremo que, cinco anos depois, resolveu sair “fugida” (sic) de lá, trazendo consigo seus filhos e, desde então, não teve mais contato com o ex-companheiro”.

“Rose disse que o medo era tanto que teve que pedir ajuda para os familiares. Não

queria se expor, mas achava que se não o fizesse, morreria”.

Em relação aos afetos e às representações que as participantes externaram quanto aos autores da violência doméstica, uma parte significativa delas apresentou sentimentos ambivalentes ou pouco claros; outras trouxeram apenas adjetivos para representá-los, sem mencionar o que sentem por eles; e uma participante concebeu seu ex-companheiro como uma ameaça ainda presente.

Os sentimentos ambivalentes e/ou confusos quanto ao companheiro ou ex-companheiro possivelmente estão relacionados às próprias vivências ambivalentes e pouco estáveis, características das situações de violência doméstica. Conforme Morgado (2011), nestas relações, não ocorrem expressões violentas o tempo todo e nem sempre elas figuram em primeiro plano, pelo contrário, são alternadas com momentos de reconciliação.

“E ele era bonzinho assim, a única qualidade que ele tem é trabalhador, mas alcoólatra infelizmente. Ele acordava cedo, tava desempregado, tomava café e já ia pro bar, né. Quando voltava, já voltava bêbado e já me xingava de tudo quanto é nome né, então... é... biscate, vagabunda, prostituta. (...) Então foi difícil pra mim, porque eu gostava muito dele. Até eu trouxe ele aqui na Defensoria, a convite da Aline, que se dispôs a conversar com ele, orientar e encaminhar pro CAPS caso ele quisesse, mas na hora H, ele falou que não” (Euarda).

“Eu casei com uma pessoa que parecia ser um anjo na minha vida, mas depois de casado começou a mostrar o que ele não mostrava antes. Começou a beber e me maltratar” (Renata).

“O que eu vejo hoje na pessoa com quem eu vivo, eu não consigo falar, porque mesmo estando ali, vivendo na mesma casa, eu não consigo olhar pra cara dele (...) então, assim, eu não sei qual o sentimento que eu tenho por ele, mas eu acho que o tempo vai dizer, hoje eu não consigo” (Eliana).

“Então hoje, com relação a ele, eu vejo que eu sou outra pessoa, que eu consigo sim viver sem ele, na época eu achava que não. Confesso que ainda amo, mas não é mais

aquele amor que eu sentia antes. Hoje eu sinto ele assim... como uma pessoa assim... estranha pra mim, sabe? Eu já aprendi a conviver sem ele” (Eduarda).

Algumas mulheres representaram os autores da violência doméstica através de adjetivos. Podemos inferir que ao circunscrevê-los a algum aspecto socialmente tido como negativo, sentem-se isentas de terem que falar de seus sentimentos quanto a eles.

“Ele era alcoólatra e usuário de drogas. (...) Meu pai me ajudou e nós internamos ele (...)” (Daiane).

“Sofri 10 anos com meu filho drogado violento dentro de casa (...)” (Leila).

“(...) o que foi agravando é que ele bebia, mas cada vez foi se agravando, ele ficou doente, ficou cadeirante, daí passou a achar que ele tinha direito de tudo e eu de nada (...)” (Cleide).

“Ele se redimiou no sentido de baixar a bola mesmo, porque não adianta dar uma de bonzão, chegar com a força porque as coisas não são assim, tem que entender mesmo que a mulher tem que ser respeitada, e existe lei pra isso” (Alice).

Para Rosa (e para muitas mulheres que viveram e vivem situações de violência doméstica), o autor da violência passou a existir em seu cotidiano, mesmo que por meio de uma presença imaginária, enquanto ameaça constante.

“(...) sempre acho que ele vai chegar onde tô e vai me esganar, me enforcar. (...) Meu ex-companheiro era alcoólatra, bêbado, quebrou toda minha casa (...)” (Rose).

Notamos, de maneira recorrente, nas representações das mulheres quanto aos autores da violência doméstica, o alcoolismo como aspecto que compõe sua caracterização. Em suas falas, elas trazem esse elemento, em geral, como causa ou pré-requisito para a violência acontecer. Segundo Vieira et al. (2014), o uso e abuso de álcool e a violência são, recorrentemente, abordados e explicados por meio de uma relação de causa-efeito. No

entanto, o álcool pode agir, na verdade, como “(...) um fator que potencializa ou vulnerabiliza as mulheres ao contexto violento” (p. 370), na medida em que se coloca como um fator desinibidor do comportamento.

A partir da integração dos dados obtidos no grupo focal com aqueles provenientes da pesquisa documental, percebi que a maioria das mulheres (14 das 19 participantes deste processo de investigação) trouxe, em suas narrativas, o fato de os autores das violências serem usuários de álcool. Algumas teorias psicológicas discutem esses padrões familiares disfuncionais que são buscados, ainda que inconscientemente, e revividos por algumas mulheres, através da repetição. O estudo de Lima e Werlang (2011) traz algumas evidências nessa direção. Todavia, a maioria das protagonistas de nossa pesquisa ressaltou não ter sofrido ou presenciado violência doméstica na infância, bem como não ter tido pai alcoolista. Isso nos indica que, ainda que essas experiências – se vividas ao longo da infância e adolescência – possam criar marcas significativas que poderão afetar as relações futuras, isto nem sempre se coloca como regra, já que há muitos outros atravessamentos que figuram nas situações de violência doméstica contra mulheres.

De outro modo, Tarcila, Renata, Elaine e Marli contaram que presenciaram e vivenciaram na infância situações de violência doméstica, nas quais o pai era o autor. Os genitores dessas mulheres também foram por elas caracterizados como alcoolistas. Esse fator, presente em suas vidas pregressas, contribuiu para que elas vivenciassem, em suas relações amorosas, as expressões de violência doméstica como aspectos habituais da dinâmica relacional, já que, de modo mais expressivo que as demais, externaram que compreendiam que se a mãe sofrera tais violências, elas também tinham que suportá-las. Todas elas mencionaram que, apesar de terem se surpreendido posteriormente, buscaram estabelecer relacionamentos amorosos com pessoas diferentes de suas respectivas figuras paternas, ainda que saibamos que há conteúdos inconscientes atravessadores, sobre os quais não temos a pretensão de nos aprofundar aqui. Os registros documentais em que constam os relatos de atendimentos evidenciaram que, ainda no período de namoro, os referidos companheiros já faziam uso de álcool, nesse momento de maneira moderada, e apresentavam comportamentos que sinalizavam sentimentos de posse e/ou ciúme excessivo, conforme as mulheres. As sutilezas da violência já estavam se estabelecendo de modo naturalizado nestes relacionamentos. A seguir, podemos evidenciar esses elementos na fala de Renata, durante um encontro do grupo focal.

“Essa violência, eu convivi com isso desde muito criança, no casamento da minha mãe e meu pai, né? Todos os dias, via essa violência, meu pai com a minha mãe, e cresci vendo isso, minha mãe aguentou meu pai até o final da vida dele, ele morreu muito cedo, com 42 anos, já por causa da bebida né. E eu não queria isso pra minha vida, tinha medo até de casar por causa disso, eu falei assim: ‘quando eu casar, vou casar com uma pessoa que me trata bem’, e não tive essa sorte. Eu casei com uma pessoa que parecia ser um anjo na minha vida, mas depois de casado começou a mostrar o que ele não mostrava antes. Começou a beber e me maltratar. Eu fui convivendo com isso. E achando que eu tinha que aguentar aquilo até o final ou da minha vida ou da vida dele, porque minha mãe aguentou né” (Renata).

Algumas mulheres narraram sua preocupação com os efeitos da violência doméstica também em seus filhos e suas filhas. Já havíamos destacado que, conforme Morgado (2011) e Fiorelli e Magini (2015), os impactos da violência doméstica contra as mulheres, ao gerar efeitos em toda a dinâmica familiar, também incidem nas/nos filhas/os.

Há casos em que os padrões de comportamentos violentos na dinâmica familiar tomam proporções tão amplas que a violência doméstica é direcionada não apenas para a mulher, mas também para as/os filhas/os. Em outras situações, ainda que não sejam ou não tenham sido alvos diretos das expressões da violência, o fato de presenciarem tais situações, por si só, gera efeitos em sua subjetividade. Percebemos essas duas possibilidades nos relatos abaixo.

“(...) a minha vida era uma tristeza, era só chorar. E sofria eu e meus filhos juntos” (Elaine).

“(...) meu filho teve problemas de trauma por causa de todo o escândalo que ele viu dentro de casa, meu filho teve pânico, meu filho desenvolveu é... ele tá com quadro de psicose, e agora graças a Deus ele melhorou bastante, foi encaminhado pelo CAPS, todos os órgão Conselho Tutelar, CREAS, cuidando dos meus filhos, sendo que eu venho de uma família estruturada, de equilíbrio. Então, assim, isso pode acontecer com qualquer mulher sabe, com qualquer família...” (Alice).

“Mas foi chegando um limite que não dava mais, porque a agressão começou a não

ser mais só comigo, mas também com as minhas filhas, com as filhas dele. Então já gerou vergonha, porque a família já não aceitava, até que chegou uma situação que não deu mais. Daí veio o Conselho Tutelar, é... né a gente foi auxiliado e tudo, teve até a agressão mais forte com a minha filha adolescente, então daí eu tive que tomar uma posição. Não foi fácil. Foi onde eu denunciei ele, ele foi preso (...)” (Renata).

Para finalizar esta seção, apresento algumas especificidades dos impactos afetivos vividos por uma das participantes, Leila. Assim como as demais, sofre violência doméstica por questões ligadas ao seu gênero. Entretanto, sua situação admite algumas especificidades em face de o autor das violências ser seu filho.

“A Leila já é mais... já é diferente de todas, né? Porque o meu já é com o filho né. Sofri 10 anos com meu filho drogado violento dentro de casa, e minha filha também. Sofrimento extremo assim, briga, noite sem dormir, quebrava minhas coisas, quebrava minha casa inteira. Olha que eu sofri, sofri coisa que eu não consigo nem falar [choro]. Aí eu não sei se é melhor a minha filha ter morrido ou... viva. Que tá com 10 anos que ela faleceu através da droga, acabou levando a morte. Fiquei com meu filho usando droga e com violência em casa. Eu saía pra trabalhar e chegava em casa e só ouvia: ‘sua prostituta, sua biscate, você tava biscateando’. Ele até arrumava nome de amante pra mim. Meu marido falava pra ele ‘vou te arrebentar’, e virava aquele vucovuco dentro de casa. Aí eu tinha medo de ir na delegacia, porque vai preso, é filho, e na gente dói” (Leila).

Nesse trecho proferido em um dos encontros do grupo focal e em outras transcrições de suas falas em atendimentos, analisadas através da pesquisa documental, ficou evidente que Leila sofre expressões de violência física, psicológica e moral, justamente por ser mulher. Além do mais, devido ao uso de substâncias psicoativas pelo filho e a outros aspectos inerentes àquela dinâmica familiar, notamos também que, em alguns momentos, essas expressões da violência acabam atravessando as nuances da violência doméstica contra as mulheres e passam a afetar outros membros da família, como seu pai e outras pessoas que compõem aquele sistema familiar. A violência patrimonial quase que cotidiana empreendida por ele é um desses indicativos.

Ainda que a violência vivida por Leila tenha a marca do gênero, o modo como ela se coloca no enfrentamento das violências que sofre se inscreve com algumas particularidades. Ela não visa o rompimento da relação. É mãe, então, social e historicamente carrega essa responsabilidade já agregada à sua existência como mulher. Esse fator pode contribuir, inclusive, para que sinta culpa por toda a situação vivida. O sentimento de culpa também aparece em outros casos de mulheres que sofrem ou sofreram violência pelo companheiro ou ex-companheiro, como já discutimos anteriormente. Todavia, aqui, admite contornos específicos, pois envolve toda uma história, toda uma construção pessoal de seu filho, na qual ela foi participante central – como figura materna – e, portanto, se coloca como responsável por quaisquer intercorrências.

“Eu criei eles na igreja, o que eu fiz pra ir pra esse caminho sabe, eu me sentia culpada, porque ele tava agressivo daquele jeito. Eu ainda me sinto culpada, eu acho” (Leila).

Neste quadro complexo, seu desejo é de que a violência cesse, mas ainda encontra dificuldades em se posicionar, em denunciar, em buscar apoio. Em um trecho de relato de atendimento, obtido através da pesquisa documental, notamos as singularidades do caso de Leila.

“A assistida relatou que teve que chamar a polícia, pois ele já estava destruindo seu lar, seu relacionamento e sua saúde. Disse que ficava dividida: por ser mãe, queria o bem do filho, desejava que ele melhorasse; mas como mulher, como alvo das humilhações, ameaças e agressões dele, não tolerava mais nem existir nesse mundo”.

Por tudo isso, nossa atuação com ela tem admitido certas especificidades, passando muito mais por um trabalho de fortalecimento pessoal e reconstrução do vínculo do que pelo rompimento dele.

6.2. O (não) lugar que ocupamos

No percurso deste processo de investigação, visando compreender os impactos

afetivos da violência doméstica contra mulheres, ao exercitar uma escuta atenta e cuidadosa junto às protagonistas da pesquisa, notei que além de falarem de seus sentimentos quanto às situações vividas e quanto aos autores da violência, narraram também como se sentem em relação a si mesmas. Para isso, invariavelmente, os conteúdos de suas falas foram demarcando um espaço muito específico de existência, ou melhor: um (não) lugar que sentem ocupar.

Este lugar não legítimo de existência, que se apresentou de modo sistemático nos relatos das mulheres participantes da pesquisa, descrito e vivido por elas, vai desde um *locus* de enclausuramento, solidão, isolamento e escravidão até um lugar de despersonalização e morte de si.

Partindo dos pressupostos teóricos já discutidos no Capítulo 4, e tendo em vista que nos relacionamentos permeados por violência doméstica têm-se uma relação hierarquicamente desigual, marcada e formada não apenas por diferenças sexuais materiais, como se costuma afirmar, mas também e principalmente por práticas discursivas que constroem corpos a partir de determinadas finalidades, podemos presumir que as práticas discursivas, os saberes e os poderes que atravessam tais relações tornam ou tentam tornar estas mulheres corpos abjetos (Butler, 2000).

Num lugar vivido como sombrio, as participantes do processo de investigação narram os sentimentos acerca de si mesmas nas experiências de violência doméstica. Enclausuradas, confinadas, aprisionadas: é assim que algumas das mulheres relataram se sentir ou já terem se sentido. O uso de medicações psiquiátricas, o isolamento social e familiar, a dificuldade de buscar apoio para romper com as situações violentas vividas, e a própria naturalização da violência são alguns dos fatores que atravessam esse modo de se sentirem, os quais podemos perceber nos trechos a seguir.

“(...) tanto que agora eu to numa depressão, tomando um monte de remédio, que não tá me ajudando, a psicóloga minha lá já me abandonou, me encaminhou pro CAPS que eu ainda não fui, porque? Agora eu to vivendo meio escondida, eu comecei a me trancar dentro de casa, ainda sinto vergonha. Ai a mãe começou a vir, tirar eu de dentro de casa, e esses remédios não me ajudaram, só trancada, só trancada”
(Daiane).

“Eu não sei dizer ainda como eu me sinto, eu me sinto ainda presa, porque eu ainda

vivo recebendo ofensas, sou maltratada e é isso, eu acho que a gente tem que fazer uma escolha, e eu ainda não consegui” (Vitória).

“Eu já vinha há tempo passando por uma situação complicada, estava sofrendo muito, estava presa, não conseguia tomar uma decisão” (Marina).

“Às vezes eu achava assim que eu era uma coitadinha, que eu não ia sair nunca daquilo, que eu ia ter que conviver com aquilo para o resto da minha vida. Minha mãe esperou, minha mãe aguentou, só que minha mãe não aguentou, hoje ela vive debaixo de remédio, senão ela não dorme. E eu já tava começando a ficar assim, vivendo em remédio, e sabendo agora que tem outra solução pra isso” (Renata).

À sombra, algumas mulheres enfatizaram, em algumas circunstâncias, sentirem-se como escravas, seja por terem que fazer tudo o que os companheiros consideram o correto, seja pela imobilidade causada pelas reiteradas experiências de humilhação vividas.

“(…) passou a achar que ele tinha direito de tudo e eu de nada, que eu tinha que ser escrava dele, mesmo ele tendo me feito muito mal antes” (Cleide).

“Eu vivia uma fase de escrava, humilhação, e aquilo ali ia passando, ia passando, ia passando e eu nunca ia deixar, por nada” (Daiane).

Neste lugar de impotência, algumas mulheres expressaram o sentimento de solidão, enquanto maneira possível de existir e de sentir em relacionamentos marcados pela violência. O estar só relatado por elas remete, em alguns casos, ao abandono e ao desprezo vivenciado no relacionamento conjugal, como pode ser notado nos dois primeiros trechos que se seguem. Em outras situações, diz respeito à solidão decorrente do isolamento de familiares e amigos, conforme podemos perceber nas demais falas.

“O que eu esperava dele como esposo não me supriu. E eu comecei a me ver desesperada, porque eu me vi ali sozinha e abandonada” (Alice).

“Muitas vezes muito em baixo, se sentindo inferior, desprezada, sozinha (...)” (Eliana).

“(...) antes eu não podia sorrir, não podia ir na casa de um vizinho, ter amiga, a minha vida era uma tristeza, era só chorar” (Elaine).

“(...) eu evitava de ir ver minha mãe ali do lado de casa, para não vê minha mãe chorando, porque ela via tudo que tava acontecendo. E por mais que eu vivia escondida, ela via tudo” (Daiane).

“(...) mas sempre era desse jeito, eu não podia conversar com ninguém, ninguém podia ir na minha casa, queria que eu proibisse meus filhos de ter amigos, que frequentasse minha casa, porque ele não aceitava que eu conversasse com ninguém, porque todo homem que frequentava minha casa era meu amante né” (Eduarda).

As tentativas de colocarem-nas à sombra são nítidas. Algumas delas, de fato, narraram que vivem ou viveram neste lugar ilegítimo. Para efetivar essa estratégia, o ataque à autoestima das mulheres se coloca como elemento poderoso. Morgado (2011) já nos alertara para o fato de que a autoestima destas mulheres é um dos elementos de sua existência mais afetados de modo destrutivo nestas situações.

A seguir, nas falas das protagonistas da pesquisa, podemos perceber discursos e atos dos autores da violência doméstica que as inferiorizavam e as despessoalizavam, a ponto de não mais reconhecerem a si próprias como detentoras de desejos, de sonhos, de potencial, de vida.

“(...) eu já me senti muito triste, muito derrotada, muito acabada, passava tristeza, desgosto... muito na minha vida. (...) eu achava que não ia conseguir tudo que eu fiz sozinha, porque ele jogava na minha cara que eu não era muié pra... que se ele me largasse eu ia passar fome” (Elaine).

“(...) eu cheguei aqui muito mal, triste, magoada, ofendida, cheguei com... todos os tipos de adjetivos ruins no mundo eu tinha” (Rosana).

“(...) me xingava de tudo quanto é nome né, então... é... biscate, vagabunda, prostituta. (...) Eu me sentia um lixo na época (...)” (Eduarda).

“Eu saia pra trabalhar e chegava em casa e só ouvia: ‘sua prostituta, sua biscate, você tava biscateando’. Ele até arrumava nome de amante pra mim. (...) mas o sofrimento foi tanto, foi tanto, que eu já queria abandonar minha casa, meu marido, porque a gente não conseguia dominar mais, a gente não sabe mais quem é a gente” (Leila).

Uma delas falou, inclusive, de um sentimento de inferioridade próximo à morte. Descreveu suas vivências como algo muito além de uma frustração num relacionamento amoroso. Claramente, narrou o (não) lugar de existência permitido a ela.

“Pra mim não foi uma derrota, foi um sentimento assim como se tirassem de mim o direito de viver (...) (Alice).

As estratégias que afetam negativamente a autoestima destas mulheres passam a fazer parte da dinâmica relacional de tal modo que, pouco a pouco, seus efeitos são sentidos como parte daquelas vivências, como algo natural, dada a sutileza das expressões da violência. Apesar disso, as mulheres nos revelaram que um movimento de reflexão e de resgate de si é possível, ainda que em meio a um contexto sombrio.

“(...) eu já tive certas situações assim que devagarzinho você acha que não tá te atingindo, que é normal, mas quando você chega numa certa altura, você vê assim que você foi presa, você foi privada de muita coisa da sua vida, dos teus sonhos, daquilo que você queria pra você, pra tua família, mas não conseguiu. Eu tinha que abrir mão da minha vida, da minha liberdade, daquilo que eu pensava né, que eu queria. Ele era em primeiro lugar, a gente só vai em segundo, em último. Você vai ficando sempre em último lugar” (Cleide).

“(...) ele sempre tacou na minha cara que tudo ele fazia, que eu não tinha capacidade

de ter minha vida própria (...). Eu tive que sair desse casamento pra resgatar a Alice que eu... que tava assim totalmente a milhares de distância de mim, ela ficou longe... ela desapareceu. E eu tive que resgatar essa Alice” (Alice).

“Quanto a mim mesma, tenho a sensação de ter sido sempre em função dele, agora eu preciso de ajuda aqui pra me resgatar” (Eliana).

As discussões trazidas nesta seção nos remetem a considerar as inúmeras possibilidades de existência, que vão desde a configuração de um sujeito subjugado até um sujeito potente.

Tomanik (2009) destaca que, ao discutirmos e refletirmos acerca da constituição do sujeito humano, deparamo-nos com múltiplas possibilidades de compreensão e interpretação de seu conceito. No nosso dia a dia, utilizamos o termo sujeito para indicar, basicamente, duas noções contraditórias. O autor explica que “(...) a palavra ‘sujeito’ pode ser usada tanto para indicar alguém que está submetido a um poder externo quanto o oposto, alguém capaz de agir de forma independente” (p. 35). Além dessas formas cotidianas de conceituação, também há aquela empregada pelo menos em parte da esfera acadêmica, que compreende que “(...) como parte de um processo de produção de conhecimentos, sujeito é o oposto de objeto. O sujeito é aquele que observa e que pensa; o objeto é aquilo sobre o qual o sujeito elabora seu pensamento” (p. 35). Nessa concepção, percebemos um sujeito racional e ativo, semelhante à noção daquele sujeito independente mencionada acima.

Mello Neto (2009) pontua que tanto na definição proposta pelo dicionário quanto pelo vocabulário filosófico encontramos as duas faces do sujeito. Ele propõe que estes dois sentidos distintos de sujeito, ou seja, aquele submisso, passivo e dependente por um lado, e o outro ativo, autônomo e potente por outro possam ser analisados de forma articulada, pelo fato de essas duas expressões comporem cada um de nós.

O sujeito sujeitado o é pela cultura, pela linguagem, pelas relações de produção, pelo sintoma, pela sexualidade e por tudo que lhe atribui predicados por meio de outra fonte que não é o si mesmo. Desse modo, isso que sujeita também aliena, isto é, produz o efeito pelo qual o sujeito não se reconhece na sua própria sujeição. O sujeito agente, por sua vez, busca atribuir-se a si mesmo qualidades, pretende criar-se a si

próprio, mesmo que para isso introjete e transforme o que vem do outro (Mello Neto, 2009, p. 250).

No Capítulo 7, partiremos para as análises dos movimentos empreendidos pelas protagonistas do processo de investigação, mulheres que guardam marcas das violências vividas, mas que também nos revelam que podem existir como sujeitos agentes, potentes e capazes de construir percursos da sombra aos espaços de vida.

6.3. Por que ainda sofremos violência(s)

A partir das discussões feitas no Capítulo 3, pudemos perceber que a organização social sofreu transformações, gerando efeitos e também sendo afetada pelas relações entre as pessoas, as quais também foram adquirindo novas configurações em meio a essas mudanças nos contextos histórico-sociais. As subjetividades dos sujeitos moderno e pós-moderno, assim como seus processos afetivos ganham características distintas. A ciência, do mesmo modo, também foi admitindo novas nuances e formas particulares de estudar os fenômenos sobre os quais se debruça.

Apesar das mudanças, das reconfigurações, da emergência de outras possibilidades, nossa história continua marcada pela perpetuação das desigualdades de gênero entre homens e mulheres. Hoje, tal como em nossa história pregressa, mas com contornos próprios do atual contexto, muitas mulheres ainda estão inseridas (e enclausuradas) em dinâmicas relacionais, nas quais são tratadas de maneira objetificada. A construção social dos gêneros ainda é marcada por relações de poder historicamente descompensadas. Os discursos (midiáticos, institucionais, religiosos, etc.) fazem um investimento significativo e (re)criam, cotidianamente, possibilidades de existir masculinas e femininas atravessadas por significativas diferenças, carregadas por desequilíbrios de poder. A nossa construção como sujeitos vai se dando num processo mútuo de afetar-se e gerar efeitos em nosso contexto. Assim, nós, de um modo geral, reproduzimos e vivenciamos esses modos de pensar, existir, sentir e agir generificados, demarcados. Isso tudo vai provocando efeitos na maneira como percebemos nós mesmas/os e as outras pessoas, como também como nos relacionamos com elas e conosco mesmas/os.

Num contexto como este, abre-se espaço para que a violência doméstica continue acontecendo, ainda que tenha havido importantes transformações nos espaços sociais e na legislação no que tange à equidade de gênero, tal como discutimos no Capítulo 2.

Em um dos encontros do grupo focal, por meio de uma atividade gráfica desenvolvida junto às protagonistas da pesquisa, elas escreveram e depois socializaram com as demais por quais motivos consideram que a violência doméstica contra as mulheres ainda acontece. As motivações mais frequentemente atribuídas a esse fenômeno pelas participantes foram o machismo, o egoísmo e o uso de álcool e outras drogas por parte dos homens. Uma delas assinalou o machismo como um fator social, não restrito aos homens.

“Bebidas e drogas, muito egoísmo” (Vitória).

“Machismo, drogas” (Leila).

“A violência acontece porque eles bebem e também porque são machistas” (Marli).

“1. O lugar do homem ainda é machista. 2. Alguns por alcoolismo” (Roberta).

“Homem machista, egoísta” (Elisa).

“Porque a sociedade ainda é muito machista (...)” (Tarcila).

“Na maioria das vezes a violência doméstica acontece porque o parceiro é alcoólatra ou usuário de drogas, (...) ou talvez por conta do homem ser machista e querer que a esposa ou companheira seja dependente dele em todos os sentidos, como financeiramente, às vezes por causa dos filhos, etc.” (Eduarda).

“Porque o homem é machista, acha que deve castigar a mulher quando ela se nega a aceitar sua forma de pensar ou não fazer o que ele diz pra fazer, devolve a ela com desrespeito, desonra e violência” (Alice).

As manifestações das mulheres revelam alguns aspectos de suas dinâmicas relacionais.

O machismo aparece, na concepção delas, como o fator que mais contribui para a violência doméstica acontecer. Nos trechos apresentados, notamos que o machismo vem seguido do egoísmo ou de outras explicações que denotam que elas percebem os autores das violências como controladores, centralizadores. Além do mais, tendo em vista as suas narrativas, trazidas na seção anterior deste capítulo, que revelam vidas subjugadas, aprisionadas e submetidas ao domínio dos homens nos relacionamentos estabelecidos, podemos conceber que é a partir destas experiências que elas trazem esse elemento como o mais emergente para explicar a ocorrência das violências vividas por mulheres. Podemos inferir, ainda, que o uso específico e reiterado do termo “machismo”, pode ter sofrido influências de ideias disseminadas pelo senso comum e pela própria mídia, que, costumeiramente, definem as desigualdades dos gêneros histórica e socialmente construídas por meio desta terminologia.

O segundo fator expressivamente trazido pelas participantes foi o uso de álcool e/ou outras drogas pelos autores da violência doméstica. Como já discutimos na seção inicial deste capítulo, o uso de álcool por eles se apresentou como um fator bastante presente nos casos da maioria das participantes do nosso processo de investigação. Ainda que não seja fator causal, dado o fato que a violência é multifatorial, o uso de álcool se inscreve como um atravessador destas relações, que contribui para as expressões da violência emergirem.

Duas mulheres citaram, ainda, o ciúme e a desconfiança por parte dos homens como elemento incitador da violência doméstica contra mulheres.

“(...) 3. Tem homem que é safado e mulherengo e acha que a mulher faz o mesmo que ele” (Roberta).

“(...) mas existem outros fatores como: o ciúme em excesso, a desconfiança (...)” (Eduarda).

Esses aspectos, comumente, fazem parte dos arranjos relacionais em que ocorre violência doméstica. Por meio da pesquisa documental, pude notar que os relatos de atendimentos e dos encontros do Grupo (Re)começar trazem inúmeras transcrições de verbalizações das mulheres acerca do ciúme e do controle excessivos por parte dos companheiros, sem motivações reais, segundo elas. Inclusive, recorrentemente, mencionam esse fator como elemento propulsor de discussões, que acabaram em expressões de violências

físicas e/ou psicológicas contra elas.

Algumas participantes do processo de investigação acreditam que a violência doméstica contra as mulheres acontece por fatores relacionados a elas próprias. Uma delas apontou o medo das mulheres de fazer a denúncia. Conforme discutimos na primeira seção deste capítulo, o medo das consequências decorrentes de fazer a denúncia, isto é, de que as ameaças sejam cumpridas pelos autores da violência, ainda se coloca como fator que auxilia no processo de perpetuação das violências vividas.

“(...) e porque muitas mulheres tem medo de denunciar” (Tarcila).

Por fim, outras duas participantes trouxeram elementos também inerentes às mulheres para expressar suas opiniões quanto aos motivos pelos quais a violência doméstica contra mulheres acontece. Todavia, distintamente da protagonista anterior, os conteúdos apresentados por estas denotam uma concepção que ainda se volta à culpabilização das mulheres. Mônica e Carla haviam acabado de se inserir no acompanhamento da Defensoria Pública e, anteriormente, não tinham passado por quaisquer outras formas de atendimento quanto à violência vivida. Assim, é provável que, em face de terem tido poucas orientações e por ainda não terem conseguido romper com a violência doméstica vivenciada, estivessem compreendendo (e vivenciando) o fenômeno de modo naturalizado.

“Porque a gente sente vergonha. Porque se sente medo. Vergonha dos filhos, de ir atrás de ajuda e dar conflito na família” (Mônica).

“Por falta de amor conosco mesmo, se nos déssemos valor isso não aconteceria” (Carla).

Notamos que esses dois trechos guardam semelhanças com algumas narrativas retratadas na segunda seção deste capítulo, nas quais as mulheres falaram de experiências pregressas em que se sentiram impotentes e inferiorizadas nas circunstâncias de violência doméstica vividas.

Os conteúdos apresentados, até então, revelam as opiniões das protagonistas do processo de investigação sobre possíveis motivos que ainda contribuem para a incidência da

violência doméstica contra mulheres. Apresentaremos, por fim, alguns trechos de suas falas, durante o primeiro encontro do grupo focal, nos quais podemos perceber mais alguns dos fatores que dificultaram o rompimento com as situações relacionais violentas, ainda que as mulheres não façam tal relação.

Um destes fatores se refere ao já mencionado medo das ameaças serem cumpridas. Protelar a busca de apoio e/ou a efetivação de uma denúncia ainda acontece, costumeiramente, em face do medo sentido pelas mulheres diante de possíveis reações dos autores das violências.

“(...) minha mãe, meu pai falava: ‘Daiane coloca esse home pra fora de casa’. (...) As vizinha vinha: ‘bota esse home pra fora, bota esse home pra fora’. E o medo? E eu lembrava que ele falava que se eu fizesse isso ele ia atingir a coisa mais importante, meu filho, minha mãe, meu pai, meus irmão. Aí começo a bate aquele medo” (Daiane).

Em conformidade, dados estatísticos (DataSenado, 2009) e pesquisas científicas (Souza & Da Ros, 2006; Oliveira & Paes, 2014) apontam o medo sentido pelas mulheres como o principal fator ou um dentre os principais fatores que dificultam ou impossibilitam o rompimento com a violência doméstica contra mulheres.

Outro componente, trazido nas narrativas de algumas mulheres, que se inscreve como fator que pode gerar barreiras no rompimento com a dinâmica familiar violenta, ainda que elas próprias não realizaram tal relação, foi a dificuldade de romper com certos preceitos religiosos de família, enquanto sistema indestrutível.

“(...) é uma questão de viver realmente a vergonha, porque ninguém casou pra ter um casamento desfeito, pra viver uma desordem, porque a vida da gente vira literalmente uma bagunça” (Eliana).

“(...) eu sou de uma família muito religiosa, eu sou evangélica, casei na igreja, realmente eu cumpria todas as leis de Deus, foi muito difícil porque muitas pessoas ficaram contra mim, meu pai ficou contra mim, é... eu fiquei sozinha” (Alice).

Notamos, ainda, a emergência de conflitos de ordem geracional nas falas de algumas participantes. Esse aspecto pode contribuir para a naturalização e a manutenção das situações de violência doméstica contra mulheres.

“Essa violência, eu convivi com isso desde muito criança, no casamento da minha mãe e meu pai, né? Todos os dias, via essa violência, meu pai com a minha mãe, e cresci vendo isso, minha mãe aguentou meu pai até o final da vida dele, ele morreu muito cedo, com 42 anos, já por causa da bebida né. E eu não queria isso pra minha vida, tinha medo até de casar por causa disso, eu falei assim: ‘quando eu casar, vou casar com uma pessoa que me trata bem’, e não tive essa sorte. Eu casei com uma pessoa que parecia ser um anjo na minha vida, mas depois de casado começou a mostrar o que ele não mostrava antes. Começou a beber e me maltratar. Eu fui convivendo com isso. E achando que eu tinha que aguentar aquilo até o final ou da minha vida ou da vida dele, porque minha mãe aguentou né” (Renata).

Outros fatores que vão além da relação conjugal, como, por exemplo, uma doença ou debilidade física do companheiro somada à pressão familiar, também podem incidir como aspectos que mantêm as mulheres em relacionamentos violentos.

“(…) o que foi agravando é que ele bebia, mas cada vez foi se agravando, ele ficou doente, ficou cadeirante, daí passou a achar que ele tinha direito de tudo e eu de nada, que eu tinha que ser escrava dele, mesmo ele tendo me feito muito mal antes. Ele precisa de mim até hoje, mas sempre assim: ‘eu não preciso de você, se quiser ir embora vai, eu não preciso de vocês’. Aí né, bebendo cada vez mais em cima de uma cadeira de roda, precisando de eu dar banho, fralda, passar sonda, tudo nele... e ele começou com a agressão cada vez mais com palavras e atitudes, ameaças né. E a família dele sempre apoiando ele, tipo assim é... ‘agora que ele tá doente, você não quer mais cuidar dele?’. Mas a questão não era não fazer algo por ele, mas deixar de fazer por mim” (Cleide).

Diversos aspectos podem favorecer a manutenção das situações de violência doméstica contra mulheres. Múltiplos fatores podem dificultar ou até mesmo impedir o

rompimento com relações violentas. Todos esses elementos se inscrevem em um contexto atravessado por aspectos pessoais, relacionais, sociais, culturais, econômicos e/ou históricos, que devem ser considerados e analisados de modo articulado, inclusive para vislumbrarmos saídas possíveis.

As discussões apresentadas no Capítulo 3 nos indicaram que transformações substanciais ocorreram na dinâmica social, na configuração familiar e relacional, e nas construções subjetivas e identitárias. A constituição do sujeito humano, o modo como ele se relaciona com seus pares, suas expressões afetivas vão sendo permanentemente construídas e redimensionadas de maneira articulada com as mudanças de seu contexto.

Ao longo desta seção, apresentamos diversos elementos trazidos pelas mulheres em situação de violência doméstica como possíveis motivos que contribuem com a perpetuação das dinâmicas relacionais violentas. Acreditamos que tais aspectos podem admitir nuances específicas no atual contexto.

O machismo e o egoísmo, expressivamente sinalizados pelas mulheres, no atual momento histórico, podem estar relacionados com a construção de sujeitos voltados a si mesmos e a satisfação de seus próprios desejos, pouco ou nada sensíveis ao sofrimento do/a outro/a, e guiados pela percepção de que as mulheres são objetos a serem controlados e violados. Tanto Mancebo (2002) quanto Silva e Carvalho (2014) já haviam sinalizado que, neste contexto, as pessoas passam a se relacionar e a interpretar sua realidade a partir de uma perspectiva mercantilista. Isso implica que, para se sustentarem, as relações estabelecem-se marcadas por desigualdades e descartabilidade, como meio de satisfação pessoal.

O uso do álcool pelos companheiros, trazido por elas como mais um fator que pode contribuir para a manutenção destas relações violentas, na contemporaneidade, pode se configurar como um meio de afirmar a liberdade individual do sujeito pós-moderno, ou ainda como um modo de silenciar seus corpos, seus afetos, como tantas outras drogas disponíveis em nossa sociedade para esse fim, já apontadas por Rolnik (1997).

A dificuldade de romper com certos preceitos religiosos inerentes ao âmbito familiar e a emergência de conflitos de ordem geracional – ambos comprometidos com uma compreensão de família como sistema indestrutível –, guardam especificidades do amor romântico, ainda presente nos relacionamentos, no atual momento histórico. Vieira e Stengel (2012) explicaram que apesar da predominância do amor líquido, devido ao intenso ensejo

feito pela sociedade de consumo, o ideal romântico ainda se faz também presente, mesmo que com uma nova roupagem.

As mulheres também indicaram a dificuldade de buscarem apoio especializado e/ou de realizarem a denúncia quanto às violências vividas como mais um elemento que colabora com a sua permanência em relações domésticas violentas. Ao falarem da dificuldade de acionar essa rede de apoio, elas demonstram que, ainda que protelem essa busca em face de uma série de fatores que se inter cruzam, em geral, reconhecem a existência desses recursos. Estas instituições (e a própria legislação que as fundamentam), também são aspectos inerentes à sociedade atual, tanto aquelas que acolhem as denúncias e movimentam processos judiciais em prol dos direitos das mulheres, como as que têm emergido com a finalidade de ofertar espaços de acolhimento e orientação a elas.

Os reflexos do momento histórico atual fazem-se, portanto, presentes tanto na configuração da perpetuação da violência doméstica contra mulheres, quanto na construção de alternativas e instrumentos que visam sua superação.

No capítulo seguinte, vamos além: buscaremos refletir acerca das possibilidades de criar rachaduras nestes padrões relacionais ainda marcados pela violência, abrindo espaços para a construção (conjunta) de novos sentidos.

CAPÍTULO 7. TRANSFORM(AÇÕES) POSSÍVEIS: AS VIDAS DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA IMPORTAM

Inseridas em matrizes relacionais em que sentem que sua existência não é permitida enquanto sujeitos potentes, as mulheres em situação de violência doméstica, protagonistas de nossa pesquisa, deram voz, durante o processo de investigação, às vivências, às esperanças, aos sentimentos que estavam acorrentados, enclausurados, silenciados.

Frente a isso, o título deste capítulo, ao afirmar que as vidas de mulheres em situação de violência doméstica importam, visou problematizar o lugar sombrio, que nas vivências de violência doméstica elas sentem ocupar, e, em contraponto, refletir sobre a criação de espaços relacionais passíveis de existência. As reflexões acerca destas transformações possíveis tiveram como fundamento as discussões trazidas por Butler, ao cunhar a noção de corpos abjetos, “(...) aquelas vidas, não (...) entendidas como vidas” (Prins & Meijer, 2002, p. 162). A partir desses pressupostos, corpos considerados como não importantes, nesta dissertação, serão (re)desenhados enquanto existências que importam.

Para tanto, neste capítulo, apresentaremos como núcleo central das discussões e reflexões os efeitos produzidos nos afetos das protagonistas do nosso processo de investigação, bem como na maneira como elas percebem os/as outros/as, suas vivências e si mesmas, a partir de sua inserção em um grupo de orientação, apoio e acompanhamento a mulheres em situação de violência doméstica, o Grupo (Re)começar. Delineamos, basicamente, quatro eixos de análise que integraram elementos emergentes da pesquisa de campo. No primeiro, propomo-nos a refletir sobre os efeitos do referido trabalho grupal no caminho percorrido por elas do *locus* de isolamento a um espaço de pertencimento; no segundo, apresentamos algumas construções de novos sentidos; no terceiro, lançamos o olhar às possibilidades de ser mulher para além das marcas das violências; e, no quarto, contemplamos a construção de algumas estratégias coletivas de apoio mútuo e de fortalecimento pessoal.

Como pesquisadora e profissional, atuando junto às mulheres em situação de violência doméstica, tenho percebido que estes processos não se segmentam, estão o tempo todo em permanente intercruzamento. A intervenção não se restringe ao âmbito profissional e a investigação não se localiza apenas no campo da pesquisa, são processos mútuos, intercambiantes. Do lugar que ocupo, procuro, de modo permanente, estar atenta às interações

entre as pessoas e à produção de novos sentidos criados nestas interações dialógicas. Neste movimentar-se, busco, como parte do processo relacional, localizar-me no território das relações de forma próxima e convidativa às mulheres. A Responsabilidade Relacional (RR) que, conforme Camargo-Borges (2014), é tanto um conceito como uma ferramenta do movimento construcionista social, pode ser acionada para pensarmos esta implicação com o campo de atuação e de pesquisa.

Como conceito, foca-se nos processos interativos humanos como produtores e legitimadores das construções de sentido e moralidade, gerando ações no mundo (MACNAMEE; GERGEN, 1999). (...) Enquanto ferramenta interventiva, a RR reflete sobre as atividades e intervenções profissionais como um imbricado processo de construção coletiva e, desta forma, convida os participantes a ativamente se tornarem protagonistas desta construção (Camargo-Borges, 2014, p. 350).

Nessa perspectiva, conforme a autora, os relacionamentos são percebidos “(...) como tendo potência transformadora (...)” (Camargo-Borges, 2014, p. 350). É a partir desse entendimento que buscamos, nas seções deste capítulo, apresentar as narrativas das protagonistas do processo de investigação acerca da construção coletiva de novos sentidos. Para tanto, entendemos que “(...) numa postura dialógica, sentidos são coconstruídos” (Spink & Spink, 2014, p. 143).

7.1. Do isolamento ao pertencimento

Nesta seção, trataremos dos movimentos empreendidos pelas mulheres protagonistas da pesquisa, em que revelam o percurso de um lugar sombrio para um espaço em que sua existência é permitida, acolhida, valorizada. Nas experiências grupais, “o que antes era uma experiência individual de dor e humilhação passa, no compartilhamento social, a ser um exemplo de resistência (...)” (Pedrosa & Brigagão, 2014, p. 223).

A escuta das demais, as identificações ali produzidas, as ressonâncias desenvolvidas mobilizam as participantes a buscarem formas de reagir, de resistir, de existir. Tais estratégias são, ao mesmo tempo, individuais e coletivas e também geram efeitos de transformação individual e de potência coletiva.

Na emergência do Grupo (Re)começar, há quase 3 anos, seu propósito inicial era a construção de um espaço coletivo de orientação e fortalecimento destas mulheres. Pouco a pouco, ele foi se configurando também como um espaço coletivo de referência para elas.

Nos relatos seguintes, obtidos a partir dos encontros do grupo focal, notamos a percepção de algumas mulheres acerca do Grupo como um instrumento de orientação e de consequente fortalecimento pessoal e enfrentamento das situações vividas permeadas por violências.

“Eu aprendi aqui nesse grupo como agir diante da violência doméstica né, eu aprendi mais coisas sobre a Lei Maria da Penha que eu não conhecia ainda, e me ajudou muito, porque eu aprendi a me defender dele, eu tinha medo, medo porque ele me ameaçava de morte também, e hoje não, eu não tenho mais aquele medo, sabe? Eu recebi aqui muitas orientações, então pra mim foi ótimo e tá sendo muito ótimo até agora” (Eduarda).

“(...) eu ainda não posso dizer que estou bem porque a minha situação ainda não se resolveu, eu não sei o que vai ser. Mas foi através daqui que eu tive informações e orientações e também força e coragem com o auxílio da equipe e... a Rosana que me indicou esse grupo. Aqui eu tive coragem do tomar um primeiro passo, me posicionar, eu não sei ainda o que vai ser, não me separei, não me divorciei, mas me afastei dele, porque eu acho que um afastamento era necessário né, porque eu precisava disso” (Marina).

Para além de sua função de orientação, nas narrativas apresentadas abaixo, notamos que algumas mulheres sinalizaram as ressonâncias construídas no âmbito grupal, o que permite que o Grupo vá se configurando também como espaço de pertencimento. Inclusive, uma delas sinalizou os laços de amizade construídos a partir dos encontros do Grupo.

“Ouvindo as experiências, o sofrimento de cada uma, a vitória de cada uma, eu consegui passar a sair de casa e olha, eu penso: ‘eu tô indo pro meu grupo, lá eu vou ter força’. (...) aqui a gente consegue perceber que a minha vergonha, é a vergonha

da outra ali, o medo, o jeito que me via... e que juntas a gente percebe que não é uma questão de culpa nossa (...)” (Eliana).

“(...) cada uma aqui tem uma história, algumas coisas parecidas e outras diferentes, mas não deixa de ser um sofrimento, algo que nos marca, e há um tempo aí pra ser superado essas feridas. Mas, assim, tá cicatrizando devagarzinho” (Renata).

“As amizades que a gente faz... teve momento que chorei, tem os momentos de dar risada. Assim... o grupo pra mim é muito importante” (Eliana).

As interações, as trocas afetivas, a escuta atenta das demais, a narrativa dos modos possíveis de sofrer e de também enfrentar as experiências violentas vividas, as identificações com o sofrimento e/ou com a luta das outras, e a sensibilização frente à dor das demais reverberam no campo coletivo, geram impactos.

Na relação de reciprocidade que vai consolidando os grupos, acontece um fenômeno denominado de “ressonância”, este indica a troca de sentimentos entre as pessoas, o compartilhar emoções comuns. Isto acontece quando a fala de um rebate nos outros e os demais vão interagindo a partir daquele significado exposto por alguém (Fernandes, 2002, p. 46).

Esses efeitos contribuem significativamente para que novas possibilidades de existir, de relacionar-se, de perceber-se, sejam criadas. Constrói-se assim, coletivamente, um espaço físico e subjetivo de existência legítima. Acreditamos que “em grupo, problematizar e traduzir os dilemas vivenciados pelas mulheres em uma sociedade desigual possibilita compartilhar e desconstruir as múltiplas dimensões que as relações de gênero assumem no cotidiano” (Pedrosa & Brigagão, 2014, p. 228).

Alice, uma das protagonistas do processo de investigação, fez uma ponderação que nos instiga a refletir sobre a importância de espaços coletivos como este, que se delineia como *lócus* de exercício de escuta, de expressão, de aprendizado e não de dependência. Em última instância, Alice problematizou o lugar de vítima passiva tão expressivamente atribuído a elas e afirmou-se enquanto sujeito potente, que precisa de apoio e orientação para construir saídas

possíveis frente à violência vivida.

“(...) eu preciso muito estar aqui tá, não porque eu quero ficar dependente aqui, não! Porque eu vou me desenvolver aqui, eu vou falar, eu vou ouvir, eu vou receber orientações, e isso não tem preço. Então eu abraço isso, eu agradeço muito a coordenação aqui da Defensoria, esse grupo e... nossa, todas as mulheres que estão aqui devem aproveitar o máximo, absorver tudo isso aqui” (Alice).

A partir do pertencimento ao Grupo – e de todas as vivências, trocas e orientações ali permitidas –, algumas protagonistas da pesquisa narraram o desenvolvimento da autonomia, da tomada de decisões de modo mais seguro a partir do suporte recebido.

“Então o que o grupo fez comigo? (...) eu estava chocada, em estado de choque, tomando medicação pra depressão (...). Então hoje que eu vejo que é... foi muito bom porque eu sempre admirei trabalhos assim com grupos. Como aqui a gente é acompanhada pela Defensoria Pública, pra mim é maravilhoso (...) aquela Alice que ele achava que eu era, agora eu tô conseguindo assim... caminhar com meus próprios passos, está sendo uma experiência maravilhosa e eu quero continuar assim e permanecendo assim, vindo aqui no grupo e recebendo esse apoio” (Alice).

“Era muito difícil sabe, mas desde que passei a vir no grupo, esse trabalho me auxilia muito a ter minhas decisões, estou mais firme no que eu quero buscar, não consegui alcançar ainda tudo que eu quero, mas em relação ao que eu vivo hoje, eu já consigo determinar: olha... o que eu faço, eu não preciso ter medo de fazer, ele tem já consciência do mal que me fez, do mal que fez aos meus filhos (...)” (Eliana).

É nesse transcorrer que o Grupo foi se inscrevendo como espaço potente, capaz de produzir transformações pessoais e coletivas, em que as próprias mulheres se colocaram como protagonistas, a partir do apoio recebido.

Nas falas abaixo, notamos mudanças significativas na maneira de se perceberem, de agirem, de pensarem, de sentirem. Essas transformações sinalizam um movimento de saída da condição de naturalização das violências pelas quais foram acometidas, bem como permitem

que elas deem novos sentidos às experiências vividas e consigam, então, vislumbrar a si próprias de modos diferentes nas relações, na vida.

“Eu peguei o ônibus da escola e vim. Ai gostei, comecei a viver assim, sabe, a pensar o quê que eu passo em casa (...) depois que eu comecei a vim aqui, eu passei a não ligar mais tanto, como se eu tivesse mais forte (...). Eu passei a ter mais coragem quando eu comecei a vir aqui. (...) Esse grupo me ajudou a ter coragem, atitude pra pensar em mim, ignorar o que ele falava, (...) parei de ser mais besta. E antes também eu saía assim de casa, via que as pessoas lá fora tavam tirando onda da minha cara, percebendo isso, mas sabe, parecia que não era nada, ficava lá que nem uma paiaça, e aqui eu aprendi como que eu posso. Aqui, nesse ponto, eu aprendi muito” (Daiane).

“(...) veio o grupo, veio o convite da Aline, foi onde a minha força veio. (...) porque eu sei agora do meu valor, mas por muito tempo teve pessoas que colocou isso em nós pra baixo e às vezes a gente só enxerga isso depois de ter sofrido muito. Então, assim, o grupo foi muito bom pra mim, eu tô conseguindo me levantar e hoje eu tô bem, eu não estou ótima, eu tô de pé, eu tô bem” (Eliana).

“(...) depois que me ligaram para participar dessa reunião, eu sou mais eu, ninguém mais me chama de biscate, agora eu sei o que eu tava passando e não entendia, ninguém me chama de prostituta, eu não tenho amante e se eu tiver também é problema meu” (Leila).

A percepção, por cada uma delas, de que não são as únicas que passam por um conjunto de circunstâncias permite que se sintam parte de um todo. A solidão, o enclausuramento, a morte de si descritos por elas nas narrativas apresentadas no capítulo anterior são agora compartilhadas, acolhidas, (re)significadas conjuntamente. A sombra não é mais o único espaço de existência permitido.

“É isso, eu sinto um peso ainda, mas participando do grupo eu já me sinto mais fortalecida, eu vejo que não é só eu que passo por essa situação, então eu me sinto melhor por participar do grupo. Estou aprendendo ainda” (Vitória).

“(...) a gente vê que aqui o espaço é pra nós, aqui a gente tem apoio (...). Quando a gente recebe o convite pra vir a primeira vez dá medo, porque eu imaginava encontrar aqui... vai tá eu e mais uma no máximo! Quando eu cheguei aqui em 2015 e vi tanta gente passando pelo mesmo que eu né, a gente se sente acolhida, porque tem mais pessoas, e tem pessoas como a Aline que se importa com isso né” (Rosana).

“Daí quando eu comecei vir, percebi que não era só eu que passava por isso, que me sentia assim, tem umas que até passam coisa pior que a gente né. (...) Sabe, eu notei que você sozinha, naquela situação, fechada, você não consegue pensar direito, sabe? Quando eu cheguei aqui, eu lembro que eu achava que não ia conseguir, porque não via caminhos, tudo tava escuro. Eu achava assim, se eu morresse pra mim tava ótimo, mas daí eu pensava nos meus filhos também né. Acho que é isso. Eu tô bem” (Rosa).

Até mesmo as mulheres inseridas recentemente no acompanhamento, conseguiram sinalizar algumas percepções sobre os efeitos do Grupo, como também expectativas acerca dos caminhos a serem percorridos. Serem acolhidas e terem conhecimento de que existe um espaço de apoio destinado a elas já se inscrevem como elementos importantes para iniciarem um movimento de fortalecimento pessoal e de construção de alternativas frente à violência doméstica experienciada.

“(...) eu estou me sentindo melhor, mas tá meio confuso, não sei direito o que eu estou sentindo, mas acho que tô melhor, porque me vejo mais forte, pra de repente ter é... assim... discernimento pra uma decisão melhor. Até o psicológico pra trabalhar, eu tava muito ansiosa, não tava conseguindo me alimentar, dormir direito, e assim é... recebendo as orientações aqui eu vejo agora que é diferente do que eu imaginava, aquele medo que eu sentia de tomar uma decisão pela minha vida, as ameaças que eu sofria. Então, assim, eu vi que a gente tem proteção, eu estou me sentido protegida. E assim... é... eu tô com forças pra continuar. E foi muito bom quando a Aline me acolheu e explicou tudo sobre o grupo, me ofereceu encaminhamento pra falar com o pessoal do direito ou a assistente social, se eu precisasse. (...). Então eu tô me sentido apoiada aqui pelo grupo, pela Defensoria, e quero continuar participando...” (Marina).

“Aqui eu sinto paz. A primeira vez que eu tive reunião com ela [olha para mim], eu tive paz, me senti abraçada. Hoje eu posso dizer que eu posso sorrir, não posso ainda falar que eu sou feliz, porque eu ainda não sou, não adianta mentir, mas eu sei que eu vou conseguir voltar quem eu era antes. E sei que vou ter o apoio de vocês.” (Rose).

“Pretendo continuar nesse grupo, que tenho certeza que vai me ajudar mais ainda a aprender a lidar com a situação, porque eu não sei até quando vai essa situação. Então, eu espero encontrar em vocês apoio e eu poder ajudar também as outras pessoas que também convivem com esse mesmo problema que eu” (Cleide).

Algumas participantes, além de salientarem a relevância do acompanhamento ofertado pelo Grupo no processo de (re)significação pessoal e de pertencimento a um espaço coletivo, explicitaram também uma outra particularidade deste apoio especializado. Falaram de uma receptividade diferenciada, de uma verdadeira escuta. Compararam, inclusive, com outros/as profissionais que já buscaram, sinalizando que não se sentiram acolhidas como são ali. Uma delas mencionou, ainda, não ter encontrado apoio junto a pessoas mais próximas, ao afirmar que nem na própria família houve alguém que se importasse com seu sofrimento.

“(...) comecei a me valorizar mais, que eu não precisava daquilo. Aqui eu fui auxiliada nesse grupo, passei a frequentar. A Aline foi um anjo na minha vida, porque teve umas 2, 3 vezes que eu vim aqui assim muito desesperada, dentro de mim tava um desespero grande, quando eu saí daqui, eu saí leve, sem culpa, nossa... muito pra frente, com esperança. Eu falei assim nossa, eu cheguei tão desesperada, e hoje me vejo tão diferente, tão leve. Eu já tinha passado por outras psicólogas e não deu certo, não me fez bem né, não sei se não bateu. Foi uma benção na minha vida, porque ela acolhe a gente, olha pro nosso sofrimento de uma forma diferente, sempre tenta nos ajudar a olhar para o que nós somos, que não é só violência. Sei lá, a gente se sente diferente. Esse grupo foi uma benção na minha vida, aqui eu aprendi que a gente tem um valor, e esse valor a gente que tem que nos dar, a gente que tem que se valorizar, e quando a gente começa a se valorizar, aqueles que estão ao redor de nós vai nos valorizar. (...). Mas foi bom, teve que acontecer tudo isso para mudança acontecer

também e esse grupo fez muito bem na minha vida. Fez uma diferença grande na minha vida (...)” (Renata).

“(...) a gente se sente acolhida, porque tem mais pessoas, e tem pessoas como a Aline que se importa com isso né. Porque dentro da família, você não encontra na família alguém que se importe assim, nem pagando psicólogo eu encontrei alguém que se importasse comigo, eu já gastei horrores e nunca tive um atendimento como eu tive aqui. Aqui eu foi ouvida de verdade. Então, assim, eu tenho um antes e um depois. Hoje eu sou outra pessoa, em todos os sentidos, em todos os aspectos da minha vida. (...) eu tô muito feliz por estar aqui, por ser parte desse grupo, não pretendo sair, nem que alguém me mandar embora, eu não vou! E... é só [risos]” (Rosana).

De fato, “(...) nós, facilitadoras, temos um papel fundamental de acolher, apoiar e pensar, com as mulheres, outras relações de gênero possíveis” (Pedrosa & Brigagão, 2014, p. 228). Esse processo de estar-com-elas, de colocar-se de modo acolhedor e cuidadoso, de abrir espaço para uma escuta atenta e sensível diz muito de um posicionamento profissional ético, cuidadoso e implicado com a vida das pessoas.

Nas narrativas apresentadas abaixo, notamos que, a partir de seu pertencimento a um espaço de vida potente, as mulheres em situação de violência doméstica se sentem mais fortalecidas para construir novos projetos vida.

“Eu tô me soltando, me matriculei, tô estudando ali no CEEBEJA, pra terminar meus estudos, pra mim mais na frente conseguir fazer um concurso, alguma coisa, sei lá, né? Erguer a cabeça e ir, porque eu completei 27 anos em janeiro, não vou ficar assim jogada” (Daiane).

“Minha vida está passando por etapas, estou reconstruindo a minha vida, eu preciso muito estar aqui tá (...)” (Alice).

A partir das narrativas trazidas, esta seção visou apresentar os sentidos que as mulheres atribuem a este Grupo, ao qual elas sentem pertencer. Enquanto parte de um coletivo, elas vislumbram, agora, outras possibilidades de existência, para além do lugar

sombrio que lhes era permitido. Em suas manifestações, notamos aspectos que indicam um processo de movimento para além das bordas de um lugar de enclausuramento. Todavia, isso não significa que sua inserção e participação no Grupo represente uma cisão com suas vivências anteriores ou atuais, marcadas por violência doméstica. Inclusive, nas falas apresentadas durante esta seção, pudemos notar que muitas delas trouxeram as experiências do Grupo como imprescindíveis para o processo de fortalecimento pessoal, através das orientações recebidas e do apoio mútuo construído, mas ainda salientaram que não conseguiram romper com as relações atravessadas pela violência doméstica. Notamos, portanto, que, em muitos casos, elas ainda vivem naquele (não) lugar ou mesmo, após um período de melhora em suas relações, voltam a viver neste lugar de sombra, embora já consigam reconhecer também outras possibilidades de existência, em que sua potência é valorizada e acolhida.

7.2. Alguns novos sentidos

A partir das informações e orientações recebidas, das trocas interpessoais e da construção do pertencimento grupal possibilitadas por sua participação no Grupo (Re)começar, as protagonistas da pesquisa trouxeram elementos que revelam a construção de novos sentidos sobre as situações de violência doméstica vividas, o papel da Defensoria Pública e as suas relações e a maneira como se colocam nelas.

A respeito das expressões de violência doméstica vividas, as mulheres verbalizaram que a compreensão do que é o fenômeno, de quais as suas formas de manifestações, dos aportes da legislação sobre o tema foi fator importante para elas (re)significarem o que vinham passando. É a partir deste processo de (re)significar o vivido que se torna possível iniciar um movimento de resistência, de enfretamento.

“Quando eu cheguei nesse grupo de violência doméstica, eu nem sabia o que era isso, e era o que eu mais tava passando dentro de casa. Tudo, tudo que eu passava era uma violência e eu não sabia” (Daiane).

“Eu aprendi aqui nesse grupo como agir diante da violência doméstica né, eu aprendi mais coisas sobre a Lei Maria da Penha que eu não conhecia ainda, e me ajudou

muito, porque eu aprendi a me defender dele, eu tinha medo, medo porque ele me ameaçava de morte também, e hoje não, eu não tenho mais aquele medo, sabe?” (Eduarda).

Inclusive, nesse percurso de criação de novos sentidos acerca de suas vivências, as mulheres passaram a perceber que a violência não se manifesta apenas enquanto violência física, tal como, comumente, diversos discursos que atravessam o fenômeno da violência doméstica afirmam. Por meio da pesquisa documental, pude notar, nos relatos de atendimentos individuais realizados com estas mulheres, que as mais diversas manifestações da violência doméstica se inscrevem naquelas dinâmicas relacionais por elas narradas. Relataram exemplos diversos não só de violência física, mas também sexual, patrimonial, moral e, expressivamente, psicológica. Em face das sutilezas e da invisibilidade dessa última, na maioria dos casos, inicialmente as mulheres não a reconhece como forma de violência. A partir das orientações e do acompanhamento, elas vão significando de modo diferente estas vivências e compreendendo os efeitos gerados por elas.

A seguir, percebemos em algumas falas das mulheres, durante um dos encontros do grupo focal, a compreensão destes outros modos de a violência doméstica emergir, para além da violência física.

“(...) não é só uma violência física, é gesto, é atitudes” (Vitória).

“A violência doméstica que eu vivi foi algo que eu acredito que era uma violência moral (...)” (Alice).

“(...) violência moral e psicológica eu sofria com ele (...)” (Eduarda).

“É... eu tava sofrendo violências tanto psicológica como moral, eu tava mal” (Marina).

Algumas protagonistas do processo de investigação também sinalizaram a construção de novos sentidos sobre o papel da Justiça, mais especificamente acerca da Defensoria Pública. Há uma concepção geral, que circula socialmente, de que os órgãos que compõem o

Sistema de Justiça possuem um viés punitivo. Evidenciamos, nas narrativas assinaladas a seguir, representações de algumas participantes que fazem alusão a isso. Notamos, também, a (re)construção de sentidos sobre este órgão, a partir da participação delas no Grupo (Re)começar, que ocorre na Defensoria Pública.

“(...) eu achei que aqui ia ser um negócio que ia me dá bronca, ia fazê isso, ia fazê aquilo, ia acabar prendendo o agressor, e esse agressor ia acabar fazendo as coisas que ele me falava que ia fazer comigo se eu tirasse ele de casa ou denunciasse ele (...)” (Daiane).

“(...) pra vim a gente vem com um medo, a gente vem pensando que vai chegar aqui e só falta levar tiro né. Gente, dá medo de vim a primeira vez, mas quando a gente vem, quebra aquela coisa da Justiça, a gente vê que aqui o espaço é pra nós, aqui a gente tem apoio” (Rosana).

Essas representações acerca da Justiça, caracterizada pelo viés da punição, não são infundadas. De fato, ainda hoje, podemos assistir os órgãos que compõe o Sistema de Justiça se constituírem e funcionarem pautados em diretrizes que reconhecem a punição como estratégia central para lidar com as infrações das leis socialmente estabelecidas. Com nuances um tanto quanto distintas, a Defensoria Pública emerge, como salientamos no Capítulo 5, ao falar do cenário da pesquisa, como possivelmente a única instituição ou uma das poucas dentro do Sistema de Justiça que possui o potencial de ir além de uma atuação que vise à judicialização dos conflitos, ao se colocar como ator social importante em ações extrajudiciais que buscam a promoção dos direitos humanos.

Ainda que, por meio da Defensoria Pública, as pessoas possam ter acesso à defesa jurídica em processos judiciais quando isso se faz necessário, esta instituição não preconiza a judicialização unilateral das relações. Além do mais, na atuação específica com estas mulheres em situação de violência doméstica, ainda que nos coloquemos como representantes da Justiça e, por conseguinte, boa parte das informações que ali circulam traga uma perspectiva de defesa de seus direitos, acreditamos que a proposta e as ações do Grupo demonstram ir além de uma perspectiva de ação unilateral e/ou adversarial ainda tão presentes no Sistema de Justiça.

Os sentidos atribuídos pelas participantes à Defensoria Pública, de fato, podem e devem ser (re)construídos. Entretanto, não devem ser estendidos a outros componentes do Sistema de Justiça, para que não se tornem ilusórios. Além disso, essa possibilidade de (re)criar formas de perceber tal órgão não anula o fato de que, por vezes, elas sintam necessidade de uma justiça punitiva, como notamos na fala de uma das participantes:

“(...) agora eu sei como me proteger, tem quem me defende. (...) daí eu falei ‘pera lá, vou na delegacia de novo’” (Leila).

As mulheres narraram, ainda, algumas (re)significações acerca de suas próprias relações afetivas, a partir dos efeitos possibilitados pelas experiências no Grupo. Ao falarem das transformações nos relacionamentos, direta ou indiretamente também fizeram menção às mudanças empreendidas no próprio modo de se colocaram nesse âmbito relacional. “Assim, no contexto dos grupos, ao problematizarmos noções que muitas vezes são tidas como naturais e inquestionáveis, algumas transformações vão ocorrendo e ampliam-se as possibilidades de as mulheres assumirem novas posições no cotidiano” (Pedrosa & Brigagão, 2014, p. 229).

Algumas delas falaram de transformações relacionais possíveis, mesmo ainda inseridas em contextos permeados por violência doméstica. Nestes casos, as mudanças se delineiam como forma de posicionamento, de resistência, enquanto estratégias de sobrevivência e enfrentamento frente às situações violentas experienciadas.

“E aqui eu aprendi que... deu vergonha de, mas eu aprendi a como lidar em casa com ele. Aprender ter um pouco mais de atitude, não abaixar a cabeça muito como eu ficava, não fazê todas as vontades que queria e as minhas nunca ia saindo, e eu ficava assim, vivendo aquela vida” (Daiane).

“Eu falei pra ele desse jeito, agora eu sei como me proteger, tem quem me defende. Ele deu uma pausa. Hoje ele ainda bebe, mas ele fica na dele. Ele sabe que eu venho aqui. Um dia ele começou a xingar minha neta que eu crio, chamar ela de biscatinha, daí eu falei ‘pera lá, vou na delegacia de novo’, e agora ele sabe que eu não vou aceitar mais isso” (Leila).

“Acabei tendo que voltar pra casa de novo. Só que daí as rédeas são outras. Deixei bem claro pra ele que não ia mais aceitar as agressões dele, os xingamentos dele, e se ele quisesse beber, que bebesse, mas que ficasse no canto dele, minha vida quem ia cuidar sou eu. E assim tá minha vida, tô muito bem” (Cleide).

Outras mulheres trouxeram relatos de experiências que sinalizam que a violência doméstica pode estar em processo de superação. Elas indicaram que tais mudanças contaram com o apoio imprescindível do Grupo (e/ou de outros acompanhamentos especializados, conforme assinalou uma delas). Suas narrativas explicitaram um processo de (re)construção dos vínculos e a emergências de trocas afetivas antes não experienciadas.

“Eu não conseguia me posicionar antigamente. Ele falava, fazia as coisas do jeito dele, e eu só fica chorando, esperando. O jeito que ele fazia as coisas, eu deixava. Mas daí quando eu comecei a vir aqui e no CAPS também, que me ajudou bastante, vi que meus problemas de depressão não são de hoje, tem uma história, mas piorou com os conflitos do meu casamento. Mas daí eu comecei vir, me posicionar mais também, tipo assim... eu não deixo ele gritar comigo não, eu já respondo que ele não precisa falar alto pra eu entender. Antes eu só chorava. Sabe que as coisas melhoraram entre nós? Agora ele me respeita. Nisso tudo, ele acha que eu mudei bastante, fala que eu tô diferente, e daí ele acabou mudando comigo. A gente mudando, o outro muda também, entendeu? Porque às vezes a gente deixa o outro tomar conta da gente, da nossa vida, das nossas decisões, tomar conta de tudo” (Rosa).

“(...) aqui eu aprendi que a gente tem um valor, e esse valor a gente que tem que nos dar, a gente que tem que se valorizar, e quando a gente começa a se valorizar, aqueles que estão ao redor de nós vai nos valorizar. (...). Antes, assim, eu não ouvia palavras de amor, hoje eu já ouço, eu não era cuidada. Ele não me tratava assim: liga várias vezes no dia, pergunta como eu estou, o que está acontecendo, se está tudo bem né. Eu vejo que agora não só eu me valorizo, mas ele também começou a me valorizar. Coisas que antes não fazia. Quando a gente passa a se dar o valor, não abaixar a cabeça, ele passa a valorizar a gente” (Renata).

Evidentemente, o rompimento da relação com o parceiro, em situações marcadas pela violência doméstica não é a única saída possível no processo de superação deste tipo de violência, haja vista que as relações interpessoais têm possibilidade de ser (re)configuradas. Rosa e Renata trouxeram indicativos desta alternativa de (re)construção dos vínculos, antes marcados por violência doméstica. Todavia, há de se alertar que, ainda que elas tenham narrado vivências sinalizadoras de um movimento de melhora, temos sempre que estar atentas/os ao fato de que, conforme Morgado (2011), as expressões de violência doméstica não ocorrem o tempo todo e nem sempre figuram em primeiro plano, pelo contrário, podem ser alternadas com momentos de reconciliação.

Além dos novos sentidos construídos sobre a maneira de compreenderem a violência doméstica, de representarem a Defensoria Pública como parte do Sistema de Justiça, e de conceberem os próprios relacionamentos afetivos, as protagonistas de nosso processo de investigação também expuseram novos sentidos concernentes à sua própria existência, enquanto seres humanos potenciais. Falaremos deles, na sequência.

7.3. Ser mulher para além das marcas da(s) violência(s)

No capítulo 6, pudemos conhecer mulheres em situação de violência doméstica amedrontadas, envergonhadas, solitárias, enclausuradas. É assim que elas revelaram se sentir, por um certo tempo, imersas em relações que coíbem as potências que têm. O redimensionamento destas formas de existência, que as inscrevem de maneira estanque como vítimas, permite-nos considerar que essas mulheres, para além das fragilidades, vulnerabilidades e/ou sofrimentos decorrentes da violência doméstica ou intensificados por ela, inscrevem-se também como potência, como capacidade de agência e de resistência. São seres complexos e multifacetados – identitária e afetivamente – e, portanto, podem construir outras possibilidades de existir.

Nesta seção, na mesma direção das anteriores deste Capítulo 7, vamos apreciar a produção de novos sentidos (co)construídos pelas protagonistas da pesquisa, mas aqui, especialmente, acerca delas mesmas, a partir das experiências construídas no Grupo (Re)começar.

Muitas delas trouxeram elementos acerca das (re)configurações nos modos de conceberem sua própria identidade. Para tanto, falaram da (re)construção do quem sou eu, agora como um eu autônomo, confiante, forte, motivado, potente.

“Esse grupo me ajudou a ter coragem, atitude pra pensar em mim, ignorar o que ele falava, (...) parei de ser mais besta. E antes também eu saía assim de casa, via que as pessoas lá fora tavam tirando onda da minha cara, percebendo isso, mas sabe, parecia que não era nada, ficava lá que nem uma paiaça, e aqui eu aprendi como que eu posso. Aqui, nesse ponto, eu aprendi muito” (Daiane).

“E hoje eu sou uma pessoa assim que tô com minha autoestima bem elevada, eu não... eu não preciso mais dele pra viver, pra ficar do meu lado. (...). Eu me sentia um lixo na época, agora não, eu acho que pra mim o lixo é ele. Eu sou outra pessoa, não preciso mais dele” (Eduarda).

“Agora eu me sinto mais forte, entendeu? Eu sou mais eu, ninguém vem tirar uma casquinha” (Leila).

“Hoje eu mando na minha vida, mando nas minhas decisões” (Cleide).

“(...) posso me olhar no espelho e começar a me ver (...)” (Rose).

“E eu quero continuar indo pra frente, porque nós somos mais que vencedoras”. (Renata).

“Então, assim, eu tenho um antes e um depois. Hoje eu sou outra pessoa, em todos os sentidos, em todos os aspectos da minha vida. Não só ele, agora ninguém tira com a minha cara, porque se abrir a boca pra me agredir, eu já me posiciono... ou falo ‘vou ligar na Defensoria, tenho discagem rápida!’ [risos]” (Rosana).

Esses relatos das mulheres anunciam representações de si que indicam o resgate e/ou a construção de formas de se perceber de modo potente, não mais enclausuradas, amedrontadas

e envergonhadas, como se sentiam quando acometidas por violência doméstica. Ainda que tragam essa contraposição e localizem a inserção e as experiências vivenciadas no Grupo como fatores importantes para este processo de mudança, acreditamos que o movimento de fortalecimento individual e coletivo destas mulheres não se dá de modo linear e dicotomizado. Os momentos de fortalecimento podem se inter cruzar com situações de novas vivências de tristeza, impotência, medo, vergonha, mesmo após sua inserção no Grupo, em face de novas vivências de violência ou reedição de sentimentos acerca do que fora vivido. Em um trecho de relato de atendimento posterior aos encontros do grupo focal, obtido através da pesquisa documental, podemos perceber este aspecto:

“Em atendimento, Cleide relatou que voltou a sofrer violência psicológica. (...). Disse que por mais que se sinta fortalecida, teve a impressão de que retornou ao ‘fundo do poço’ (sic) e desejou abandonar tudo. Falou de um misto de revolta, vergonha e impotência que parece ter reacendido”.

Frente a esta ênfase dada ao papel do Grupo nas transformações das percepções de si e nos modos de se relacionar, em alguns momentos, suas narrativas indicaram segurança de que existe um sistema de proteção que as defende.

“(...) ‘vou ligar na Defensoria, tenho discagem rápida!’ [risos]” (Rosana).

“Eu falei pra ele desse jeito, agora eu sei como me proteger, tem quem me defende” (Leila).

Ao verbalizarem que se sentem protegidas por esta instituição, revelam, ao mesmo tempo, a importância de terem um espaço de referência, de resgate saudável de suas existências como sujeitos, como também podem estar indicando um risco de desenvolvimento de uma dependência pela instituição, pelo Grupo ou pelas/os profissionais, dependência essa, em outro contexto, vivenciada em relação ao companheiro. Por isso, as intervenções junto a elas devem ensejar seu protagonismo, para que não se sintam passivas e dependentes frente ao serviço ofertado.

Algumas mulheres, ao falarem deste processo de fortalecimento pessoal e de

(re)construção de sentidos sobre quem são elas, também trouxeram mais algumas especificidades.

Alice, ao falar de seu processo de mudanças, indicou também o resgate de si mesma e de seus planos pregressos que estavam adormecidos, esquecidos, perdidos em um lugar sombrio em que ela não se reconhecia mais.

“Tenho muito coisa pra eu almejar, alcançar. Então assim, ele não me acrescentou em nada. Eu tive que sair desse casamento pra resgatar a Alice que eu... que tava assim totalmente a milhares de distância de mim, ela ficou longe... ela desapareceu. E eu tive que resgatar essa Alice. (...). Então, é... eu hoje tô muito bem, eu sinto assim que hoje eu consegui o trabalho que tanto almejei pra mim durante 20 anos, eu consegui fazer com que minha vida se desenvolvesse na minha cidade, porque muitas mulheres nessa situação se mudam de cidade pra ficar longe desse esposo” (Alice).

Eliana, ao mencionar este processo de autovalorização, narrou também, em nome das mulheres participantes do Grupo, aspectos que revelam a desconstrução da culpabilização das mulheres pelas situações de violência doméstica experienciadas e da própria naturalização deste fenômeno.

“(...) juntas a gente percebe que não é uma questão de culpa nossa, porque eu sei agora do meu valor, mas por muito tempo teve pessoas que colocou isso em nós pra baixo e às vezes a gente só enxerga isso depois de ter sofrido muito” (Eliana).

Assim, em espaços relacionais diversos daqueles marcados pela violência, ao serem acolhidas, ouvidas, valorizadas, passam a ter a possibilidade de (re)(des)construir sua existência como pessoas, como sujeitos, como mulheres, como protagonistas de suas próprias vidas. A subjetividade, a identidade, as relações, os afetos, as representações destas mulheres vão sofrendo transformações significativas e potencializando outras formas de existir no mundo, nas relações.

Silva e Carvalho (2014), ao falarem da construção de novas possibilidades de existência, mencionam que “isso é o que chamamos de dimensão estética da experiência, ou

seja, aquela que permite ao vivente ultrapassar as condições atuais concretas e vislumbrar rumos diferentes tanto para si quanto para os outros a sua volta” (p. 254).

7.4. Construindo estratégias: narrativas em ação

Neste tópico, apresentamos a transcrição e algumas análises referentes à técnica de simulação, que foi desenvolvida junto às protagonistas da pesquisa no segundo encontro do grupo focal. Nesta atividade, elas foram convidadas a dividirem-se em grupos, a fim de que planejassem a cena que seria narrada por duas delas: uma representando uma mulher necessitando de apoio e orientação quanto às violências vividas, e outra mulher que daria este suporte. Assim, o primeiro papel foi construído pelas integrantes mais novatas do Grupo (Re)começar, e o segundo, por aquelas que já estavam há mais tempo no acompanhamento. Vitória e Alice foram eleitas porta-vozes dos dois pequenos grupos.

Vitória: “Olá, você saberia me dizer o que fazer quando ocorre uma agressão física, verbal, ou até uma desconfiança que a gente se sente ofendida?”

Alice: “Oi, você está passando por isso? Há quanto tempo vem passando por isso?”.

Vitória: “Sim. Já tem bastante tempo”.

Alice: “Como que você se sente?”.

Vitória: “Eu me sinto sem saída...”.

Alice: “Você já procurou saber um pouco mais sobre isso? Porque assim o que eu conheço, o que eu sei sobre isso, do que eu já vivi, eu posso te ajudar. Você não precisa passar por isso, existem ajudas para mulheres que sofrem esse tipo de situação. Você gostaria de... de estar se libertando, procurando uma ajuda?”.

Vitória: “Sim”.

Alice: “Olha eu conheço e participo de um grupo da Defensoria que é um espaço muito bom, que as mulheres que participam do grupo podem convidar outras mulheres que passam por situação como a que você está passando”.

Vitória: “Você me indicaria?”.

Alice: “Sim, eu te indicaria, acho que vai ser muito bom pra você, porque lá além das informações que a gente recebe também temos suporte, lá somos vistas de uma forma diferente. Lá tem assistente social, tem psicóloga...”.

Vitória: “Entendi. E o que você acha que devo fazer em relação aos meus filhos? Você acha que tem algo pra evitar eles presenciarem aquelas situações?”.

Alice: “Olha, você tem que tentar proteger seus filhos, proteger seu filho de qualquer ambiente de discussão, de agressão. Acho que você tem que procurar o CREAS. Esse órgão vai dar uma assistência para seus filhos e até pra você. Lá você precisa chegar, conversar, explicar a situação que você está passando, que eles irão atender você e seus filhos, até o seu companheiro se for preciso, entende? É um trabalho conjunto. Eles vão fazer um trabalho familiar”.

Vitória: “Entendi. Já me aliviou bastante essas informações. Te agradeço muito!”

Alice: “Ah... e uma coisa importante que eu queira te falar, que aprendi lá no Grupo da Defensoria, é que existem vários tipos de violência e que por muitas vezes a mulher não tem forças pra lidar com aquilo, acaba ocorrendo vários tipos de violência. Existe a violência física que é quando a mulher é agredida, o parceiro acaba às vezes levando ela a morte. Tem a violência psicológica que faz com que ela se sinta desprezada, desvalorizada, né... inferiorizada. A violência patrimonial, onde ele tenta tirar as coisas dela né, roupas, bens, fazendo ela se sentir acuada. Violência moral, que seria alguma exposição ao público, uma humilhação que ele faz ela passar na frente dos outros. E a violência... é... [olhou para o grupo]”.

Eduarda: “Sexual né, quando a mulher tem que fazer algo que ela não quer com o marido e é forçada a fazer, mesmo sem sua vontade”.

Alice: “Então, se você quer dar um basta nessa situação, ter uma vida melhor, você deve estar procurando essas informações e essa ajuda pra você, porque você não sabe o dia de amanhã. Ah outra coisa, existe também a Delegacia da Mulher. Quando acontece uma coisa muito séria, um fato que você não tem mais o que fazer, você deve ir até lá denunciar, pedir uma medida protetiva”.

Vitória: “Mas isso só acontece se eu sofrer agressão física?”.

Alice: “É, algo grave, assim... uma briga, uma discussão, uma ameaça, você deve estar ligando ou indo lá e pedindo esse atendimento”.

Vitória: “E se ele estiver me ameaçando, dizer que se eu voltar pra casa vai acontecer algo comigo?”.

Alice: “A Delegacia vai agir, por isso é importante a medida protetiva, porque ele vai ser afastado 500 metros de você, ele que vai ter que sair de casa”.

Eduarda: “Então, você pode estar denunciando não só por uma agressão física, pode ser moral, psicológica também, pode processá-lo caso ele atinja sua imagem perante a sociedade, te xingue e fique falando palavrão, isso é difamação, calúnia, né?”.

Vitória: “Entendi, obrigada!”.

Os conteúdos que emergiram da técnica de simulação nos revelam que as mulheres que estão há mais tempo no Grupo reconhecem e compreendem a tipificação da violência doméstica contra as mulheres, ressaltam a importância da denúncia e das medidas protetivas como fatores auxiliares no rompimento com as situações de violência doméstica vividas, e apresentam a preocupação em saber como as demais se sentem diante das situações vivenciadas.

Os elementos obtidos também indicam que as participantes mais novatas ainda carecem de informações acerca das redes de apoio disponíveis e também demonstram preocupação em como lidar com os efeitos da violência doméstica nos/as filhos/as.

Além disso, de modo geral, a cena protagonizada reafirmou o Grupo (Re)começar enquanto um espaço não só de orientação, mas também de pertencimento.

Um aspecto a ser problematizado se refere ao enfoque, quase que exclusivo, dado por elas ao apoio institucional no processo de superação das violências vividas ou até mesmo no acolhimento dos possíveis efeitos que incidem nos/as filhos/as. Elas pouco trazem as redes de apoio informais ou outras estratégias individuais e/ou coletivas.

Roberta, no grupo de preparo da encenação, mencionou que considerava que seria importante falar do apoio da religião e da família. Em outro momento do grupo focal, Cleide fez menção a esses elementos, ressaltando sua importância para o processo de superação da violência que vivia.

“Podíamos falar também do apoio da família e religião, que é importante para algumas mulheres” (Roberta).

“Encontrei forças na minha família, em muito amigos e em Deus” (Cleide).

De fato, essas redes de apoio se explicitam como instrumentos importantes, que podem ofertar suporte no processo de superação da violência doméstica vivida. Contudo, sempre devem ser analisadas à luz das particularidades da vida de cada mulher.

Em um relato de Rosana, por exemplo, apresentado na seção inicial deste capítulo, ela discorreu sobre a dificuldade de encontrar suporte e acolhida na própria família, o que revela: que estas redes de apoio nem sempre existem; ou, então, que estão enfraquecidas; ou, ainda, que não alcançam as sutilezas das expressões da violência doméstica, que ficam encobertas num lugar sombrio da vida privada, pouco acessível às outras pessoas.

Temos também elementos que indicam que a religião e a família nem sempre se inscreverem como fatores de apoio, podendo, de modo diverso, contribuir com a manutenção das situações de violência doméstica contra mulheres. No capítulo 6, na seção em que tratamos dos possíveis motivos que contribuem para que as mulheres continuem sofrendo violências, apresentamos elementos de suas narrativas que indicam os preceitos religiosos de família enquanto sistema indestrutível e os conflitos familiares de ordem geracional como alguns dos elementos que têm contribuído para a manutenção daquelas relações de agressões. Quanto a isso, não podemos descartar a possibilidade de que o próprio Sistema de Justiça também possa colaborar para a existência e/ou a manutenção destas condições de desigualdade, principalmente por, majoritariamente, dar um enfoque adversarial a estas relações de gênero hierquicamente desiguais, que abrem espaços para que relações violentas continuem acontecendo.

O destaque dado por elas ao Grupo (Re)começar – não apenas nesta técnica de simulação, mas também nas demais narrativa já apresentadas ao longo deste capítulo –, pode demonstrar que, na verdade, a forma como percebem-no vai além do apoio institucional, pois elas próprias evidenciaram que este coletivo construiu-se como um espaço concretizado por e para elas. De maneira simultânea, ele apresenta-se, então, como um *locus* institucional, que presta um serviço especializado dentro de um órgão oficial, e também como um espaço sem tantas formalidades, em que há abertura para a construção de amizades, para a expressão de individualidades e para a criação de estratégias de resistência e enfrentamento.

Todo este panorama nos faz refletir sobre a relevância de criarmos e/ou ampliarmos a abrangência de grupos reflexivos como este, seja em espaços institucionais ou em espaços informais, bem como de criarmos e/ou potencializarmos outras redes de apoio, que possam se

esboçar em territórios vivenciais, próximos e convidativos a estas mulheres em situação de violência doméstica.

REFLEXÕES FINAIS: PARA NÃO CONCLUIR

Todas as explicações são local, histórica e culturalmente específicas. A pergunta mais importante dentre todos os mundos de pesquisa é: de que maneiras esta investigação é útil? Ela gera novas formas de entendimento e, portanto, novas formas de “caminharmos juntos”? (McNamee, 2014, pp. 130-131).

Ao longo da dissertação pudemos, juntas/os, (re)dimensionar os vários estilhaços decorrentes das situações de violência doméstica contra mulheres. Criando outras composições possíveis para compreender o fenômeno, por meio de um olhar diverso do habitual sobre ele, os fragmentos foram, pouco a pouco, (re)configurando-se como um mosaico. Nesta permanente (re)(des)construção atravessada por afetos, várias mãos movimentaram os estilhaços, várias vozes puderam ser ouvidas, e várias vidas puderam ser narradas e (re)significadas.

Tomanik (2004) nos alertara que se aceitarmos que o mundo está em permanente processo de mudança, teremos que admitir uma maneira de fazer ciência dinâmica, que seja capaz de transformar-se. Essa postura, conforme o autor, estrutura-se na contramão de um modo de ciência que visa a verdade, enquanto conhecimento inquestionável. Foi nessa direção que visamos problematizar, redimensionar, reorganizar, desconstruir e reconstruir os vários elementos que compõe o fenômeno aqui discutido.

Para efetivar este empreendimento, a perspectiva política, de engajamento social foi fundamental. Assumir um posicionamento de não neutralidade possibilitou que eu me colocasse ali no território das relações de modo próximo e sensível às vidas de mulheres em situação de violência doméstica, e elas assumissem um lugar potencial, de protagonismo não apenas do processo de investigação, mas também de sua própria vida. Souza (2014, p. 55) sinaliza que “para avaliar o mundo, não é possível pisar fora de todas as tradições das quais participamos. As nossas descrições são produto de nossa imersão nos relacionamentos”.

Como pesquisadora não visei grandes descobertas e nem a busca por verdades. Minha implicação com a produção de conhecimento científico foi no sentido de estar-com-elas num processo intercambiante de construção de sentidos, de criação de novas realidades. Não há uma maneira mais correta ou verdadeira de lançar um olhar para os fenômenos estudados, segundo o construcionismo social. Corradi-Webster (2014, p. 77) explica que “(...) as

pesquisas orientadas pelo discurso construcionista buscam diferentes formas de descrever os fenômenos, visando ampliar as reflexões sobre eles e as possibilidades de ação”. Assumir esta postura me auxiliou a buscar um envolvimento autêntico com o campo social da pesquisa, na qual o fundamento central foi, permanentemente, a dimensão ética do estar com as/os outras/os. Além disso, permitiu tornar o fazer ciência uma possibilidade discursiva, como maneira de narrar que gera efeitos em nossos modos de viver, sentir, existir.

Este modo de inserção no campo de investigação sofreu influências de minha prática profissional com as mulheres em situação de violência doméstica, que já vinha sendo construída há um tempo. Refletir sobre os fenômenos com os quais lidamos em nosso cotidiano de trabalho, construir novos sentidos sobre eles, conjuntamente com as pessoas atendidas, é, ao mesmo tempo, um processo de produção de conhecimento que irá contribuir com a ciência, e uma possibilidade de (re)criar, permanentemente, novas possibilidades de compreender e intervir junto aos fenômenos sociais. Segundo Fávaro, Melão e Jorge (2015, p. 37), “(...) produzir conhecimentos sobre a realidade de trabalho é um caminho, ou o principal caminho, para fazer dos espaços de intervenção efetivos espaços de luta, de garantia e ampliação de direitos”.

A partir deste trilhar conjunto, que resultou nesta dissertação, esperamos ter conseguido apresentar e articular fundamentos teóricos diversos que permitam a reflexão acerca dos afetos de mulheres em situação de violência doméstica, como também possibilitar a compreensão sobre os impactos afetivos da violência doméstica contra as mulheres e sobre alguns dos efeitos produzidos em sua existência, a partir de sua participação em um grupo de orientação, apoio e acompanhamento.

Ao longo da Parte III, em que apresentamos os elementos emergentes da pesquisa de campo, fica evidente que não visei falar sobre as mulheres em situação de violência doméstica enquanto objetos de estudo do processo de investigação. Meu objetivo foi o de criar um espaço genuíno, em que elas próprias pudessem falar de seus afetos, de suas relações, de suas vidas. Com isso, acolhemos e demos espaço a sujeitos multifacetados, que têm marcas de sofrimentos, mas também têm componentes potenciais. O posicionamento de olhar para elas e estar com elas considerando toda sua complexidade visou também, em última instância, problematizar as descrições estanques de vítimas ainda tão perpetuadas acerca delas.

Pudemos (juntas) fazer ascender outras possibilidades discursivas e de existência sobre ser mulher para além das marcas das violências. A ideia foi a de trazer à luz existências que

ficam à margem, à sombra para construirmos compreensões diversas das hegemônicas, colocando em discurso outra forma de olhar para as vidas destes sujeitos.

Se entendermos que a maneira como nos posicionamos em uma prática ou investigação influencia diretamente na realidade que construímos com as pessoas, (...) explorar ativamente as narrativas de recursos, potencialidades e sucesso de indivíduos, grupos e comunidades é um posicionamento ético e político, que ilumina aspectos frequentemente pouco explorados em nossa sociedade e permite flexibilizar as metanarrativas, desnaturalizando-as (Guanaes-Lorenzi, 2014, p. 103).

Assim, neste processo, pudemos dar evidência ao potencial dos trabalhos em grupos, seja como instrumento de políticas públicas em ambientes institucionais, seja em territórios informais. No exemplo de intervenção com grupo trazido por nós, a partir da pesquisa de campo, deparamo-nos como um coletivo que se inscreveu não apenas como espaço de orientação grupal, mas também, e principalmente, como *locus* de pertença, em que as narrativas das protagonistas circulavam e criavam novos sentidos. Nesse âmbito, pudemos assistir um movimento da mudez à polifonia, e perceber a potência da articulação e da afetação mútua, do criar, estranhar e experimentar novas formas de existir num mundo ainda atravessado por desigualdades de gênero e pela violência doméstica contra as mulheres. Nós, enquanto profissionais e pesquisadoras/es, inseridas/os nestas dinâmicas relacionais, temos a possibilidade de auxiliá-las a criarem e/ou a potencializarem formas de convivências dialógicas, de cuidado.

Esta vertente dialógica – que poderíamos chamar de ética da intersubjetividade – é uma ação política. Requer retomar a noção de *cuidado*, para que possamos fortalecer aquilo que, para nós, em psicologia social, é fundamental; não mais unidirecional no sentido de ‘cuidar do outro’, mas como espaços de reflexão que propiciem o fortalecimento das habilidades de cuidarmos de nós mesmos (coletivos) em termos de uma política de existência (Spink & Spink, 2014, p. 143)

Esse caminhar-com-elas nos revelou que o fenômeno da violência doméstica contra mulheres não se trata especificamente de um fenômeno da sociedade atual, haja vista que faz

parte da história das relações humanas. Todavia, neste contexto, desenha-se nas dinâmicas relacionais com alguns contornos próprios da pós-modernidade. Suas raízes históricas ainda o sustentam, criam e recriam e, do mesmo modo, a construção social dos gêneros de modo desigual se (re)produz cotidianamente com marcas contemporâneas.

A partir disso e de modo articulado, novas expressões subjetivas também vão sendo produzidas ao longo da história (Mancebo, 2002). A construção dos sujeitos sofre efeitos e, de modo relacionado, o envolvimento que eles passam a estabelecer com as outras pessoas e com o mundo, que é o próprio sentir, conforme Heller (1993), de uma forma geral, também vai se desenvolver de modo comprometido com os ditames e dimensões do atual momento histórico.

Se esta sociedade fomenta um modo de relacionar-se volátil, efêmero e descartável (Silva e Carvalho, 2014), podemos conceber que isso influenciará o modo como as pessoas são percebidas e tratadas nos relacionamentos. De fato, a submissão, a objetificação, a desvalorização das mulheres são componentes históricos, sociais, culturais que vêm se performando, inclusive, mesmo antes da modernidade. Atualmente, ainda que tenha havido avanços na esfera legal e transformações na sociedade, na família e nas relações, é evidente que a violência doméstica contra elas ainda é um fenômeno recorrente e encontra subsídios sociais, religiosos, familiares, midiáticos e relacionais para se sustentar. Neste contexto, um conjunto de instrumentos, discursos, saberes e poderes ainda (re)cria possibilidades de existir masculinas e femininas atravessadas por significativas diferenças, carregadas por desequilíbrios de poder.

Os referenciais teóricos trazidos no Capítulo 3, indicaram-nos que estamos vivendo em um contexto social caracterizado pelo consumo, em que as relações que estabelecemos com os/as outros/as são frágeis, voláteis. Os efeitos disso se inscrevem nas subjetividades, nas trocas afetivas, nas representações que criamos sobre os/as outros/as e nas relações que estabelecemos com eles/as. O fomento à descartabilidade de objetos e de pessoas e a propagação de ideias que incitam o retorno ao si mesmo/a, permitem que os sujeitos, de um modo geral, envolvam-se com as/os outras/os enquanto objetos disponíveis a eles.

As narrativas das mulheres protagonistas do processo de investigação, que resultou nesta dissertação, revelaram, além de elementos específicos das relações permeadas por violência doméstica, também, de modo articulado, conteúdos relacionais inerentes à própria sociedade pós-moderna, que se caracteriza pelas “(...) relações humanas essencialmente utilitaristas nas quais o outro é colocado no lugar de instrumento ou meio de acesso à

autossatisfação” (Chaves, 2010, p. 31). Podemos notar isso nas suas verbalizações sobre o ciúme excessivo dos companheiros, que fundamenta e se intercrusa com a expressão de comportamentos violentos; as manifestações violentas desses homens frente às circunstâncias em que sentem que estão perdendo o controle da relação, naquelas situações em que elas demonstraram movimentos de resistência e/ou superação; e a construção de estratégias para minar o desenvolvimento de seus projetos de vida para que eles continuassem sendo os provedores e detentores do poder familiar, mantendo, assim, as desigualdades relacionais necessárias para que as expressões de violência se sustentem.

Por outro lado, estas novas formas de relacionamento também possibilitam que relações antes tidas como indissolúveis, como o casamento, possam ser rompidas, quando se tornam espaços de aprisionamento, submissão e sofrimento.

A configuração do atual momento histórico e o modo como a nossa sociedade se organiza afetam, pois, a conformação da problemática da violência doméstica contra as mulheres. Do mesmo modo, é nesta sociedade que tivemos possibilidades que criar recursos alternativos para o enfrentamento do referido fenômeno. O desenvolvimento de aportes legais e a emergência de instituições que prestam serviços direcionados à defesa dos direitos das mulheres e à criação de espaços de escuta e orientação direcionados a elas – como é o caso do Grupo (Re)começar, trazido aqui como *lócus* do processo de investigação –, ou até mesmo aqueles voltados aos autores da violência doméstica são recursos importantes deste contexto histórico-social.

Em decorrência de meu envolvimento com as mulheres em situação de violência doméstica, em face da prática profissional e em virtude do processo de investigação do mestrado, passei a me inquietar e a me provocar a também trazer para as reflexões, análises e discussões os autores das violências, haja vista que olhar para o fenômeno, a partir de uma perspectiva relacional, pode nos trazer elementos importantes para compor a criação de estratégias de enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres. Assim, desde 2016, tenho integrado uma comissão, composta por diversos atores da rede intersetorial de Cianorte, por meio da qual, em 2017, implantamos um trabalho de natureza coletiva com estes sujeitos. A dinâmica de atuação com eles ganha alguns contornos específicos. Do mesmo modo, os desafios que se inscrevem para a efetivação desse trabalho admitem nuances muito particulares. É o início, estamos (co)construindo, estamos em percurso. A partir dessas experiências iniciais, tenho notado que abrir espaços para que eles também narrem suas

histórias e (re)construam sentidos é um componente importante para a compreensão e enfrentamento do fenômeno – o que ainda temos muito a nos debruçar.

Ao longo da dissertação, pudemos discutir que no processo de construção social dos gêneros, há uma exigência direcionada aos meninos, jovens e homens para que contenham a expressão de seus sentimentos, como se as vivências de emoções fossem uma característica associada à fragilidade e circunscrita ao modo de ser feminino (Louro, 2000). As inúmeras possibilidades de sentir, que incluem os sentimentos de dor e sofrimento, já assinaladas por Heller (1993), vão se delineando de modo limitado no processo de construção dessas masculinidades. Concebemos que se estes sujeitos são privados de reconhecer e vivenciar tais sentimentos, possivelmente não serão receptivos aos sofrimentos dos/as demais e, assim, não se verão compelidos a evitar a produção de sofrimentos nos/as outros/as. Essa dimensão ética da existência do sofrimento é mais um motivo para que ensejemos a criação de espaços de escuta, acolhida, orientação e sensibilização aos homens, especialmente àqueles que são autores de violência doméstica.

Faço menção à relevância de práticas e de espaços direcionados a autores de violência doméstica, já no final da dissertação, para evidenciar que não objetivamos concluir esta discussão sobre o fenômeno da violência doméstica contra as mulheres. Há muito a fazer, há muito a construir, há muito a (re)significar. Outras vozes precisam ser ouvidas, outros ângulos de análise precisam ser buscados, outros caminhos precisam ser percorridos.

Seguimos (juntas/os)!

REFERÊNCIAS

- Abric, J. C. (2000). A abordagem estrutural das representações sociais. In A. S. P. Moreira & D. C. Oliveira (Orgs.). *Estudos interdisciplinares de representação social*. Goiânia: A. B. Editoras.
- Aguiar, K. F. & Rocha, M. L. (2007). Micropolítica e o Exercício da Pesquisa-intervenção: Referenciais e Dispositivos em Análise. *Psicologia Ciência e Profissão*, 27(4), 648-663.
- Almeida, M. M. (2015). Costuras Interdisciplinares no Descontínuo das Exclusões: Assistência Jurídica Integral na Defensoria Pública do Estado de São Paulo. In L. A. Barros (et al.) (Orgs.). *Interdisciplinaridade na Defensoria Pública: Contribuições da Psicologia e do Serviço Social*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
- Almeida, S. S. (1997). Violência de gênero: impasses e perspectivas metodológicas. *Serviço Social no Feminino* (Lisboa, CPIHTS), 1-18.
- Bandeira, M. M. B. (2016). Violência e direitos humanos. In E. P. Brandão (Org.). *Atualidades em Psicologia Jurídica*. Rio de Janeiro: Nau Editora.
- Barros, M. E. B. & Lucero, N. A. (2005). A pesquisa em psicologia: construindo outros planos de análise. *Psicologia e Sociedade*, 17(2), 7-13.
- Berger, P. L. & Luckmann, T. (2007). *A construção social da realidade – Tratado de sociologia do conhecimento* (27a ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Recuperado em 16 setembro, 2017, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- Brasil (2009). *Tipificação dos Serviços Socioassistenciais*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Secretaria Nacional de Assistência Social.
- Brasil. (2012). *Lei Maria da Penha: Lei N.º 11.340, de 7 de Agosto de 2006*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres/Presidência da República.
- Butler, J. (2000). Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In G. L. Louro (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (2a ed.). Belo Horizonte: Autêntica.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Camargo-Borges, C. (2014). Em busca de uma formação integral e ampliada: construindo práticas colaborativas para o cuidado em saúde. In C. Guanaes-Lorenzi, M. S. Moscheta, C. M. Corradi-Webster & L. V. Souza (Orgs.). *Construcionismo Social: discurso, prática e produção do conhecimento*. Rio de Janeiro: Instituto Noos.

Casique, L. C. & Furegato, A. R. F. (2006). Violência contra mulheres: reflexões teóricas. *Revista Latino-Americana Enfermagem*, 14(6), 1-8.

Cavalcante, P. R. (2016). *Contribuições da psicologia no acesso à justiça: (des)construções no campo sociojurídico, desafios e possibilidades de atuação na Defensoria Pública*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

Ciampa, A. C. (1987). *A estória do Severino e a história da Severina: um ensaio de psicologia social*. São Paulo: Editora Brasiliense.

Ciampa, A. C. (1989). Identidade. In S. T. M. Lane & W. Codo (Orgs.) *Psicologia Social: o homem em movimento* (8a ed.). São Paulo: Editora Brasiliense.

Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Rio de Janeiro & Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação. (2000). *Violência contra a mulher: um guia de defesa, orientação e apoio* (3a ed. atualizada e ampliada). Rio de Janeiro: CEPIA/CEDIM.

Cerruti, M. Q & Rosa, M. D. (2008). Em busca de novas abordagens para a violência de gênero: a desconstrução da vítima. *Revista Mal-Estar e Subjetividade*, 8(4), 1047-1076.

Chauí, M. (1998). Ética y violencia. *Teoría y Debate*, (99), 31-43.

Chauí, M. (1999). *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática.

Chaves, J. C. (2010). As percepções de jovens sobre os relacionamentos amorosos na atualidade. *Psicologia em Revista*, 16(1), 28-46.

Corradi-Webster, C. M. (2014). Ferramentas teórico-conceituais do discurso construcionista. In C. Guanaes-Lorenzi, M. S. Moscheta, C. M. Corradi-Webster & L. V. Souza (Orgs.). *Construcionismo Social: discurso, prática e produção do conhecimento*. Rio de Janeiro: Instituto Noos.

DataSenado. (2009). *Pesquisa de Opinião Pública Nacional – Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher*. Brasília: DataSenado / Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública do Senado Federal.

Eagleton, T. (1998). *As ilusões do pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Fávero, E. (2015). Prefácio II. In L. A. Barros (et al.) (Orgs.). *Interdisciplinaridade na Defensoria Pública: Contribuições da Psicologia e do Serviço Social*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

Fávoro, E. T., Melão, M. J. R. & Jorge, M. R. T. (Orgs.). (2015). *Serviço Social e Psicologia no Judiciário – construindo saberes, conquistando direitos* (5a ed.). São Paulo: Cortez.

Fernandes, I. (2002). A dialética dos grupos e das relações cotidianas. In G. T. D. Guimarães (Org.). *Aspectos da teoria do cotidiano: Agnes Heller em perspectiva*. Porto Alegre: EDIPUCRS.

- Fiorelli, J. O. & Mangini, R. C. R. (2015). *Psicologia Jurídica* (6a ed.). São Paulo: Atlas.
- Fonseca, P. M. & Lucas, T. N. S. (2006). *Violência doméstica contra a mulher e as suas consequências psicológicas*. Trabalho de Conclusão de Curso, Fundação Baiana para o Desenvolvimento das Ciências Salvador, BA, Brasil.
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Friedman, S. (1995). Uma aproximação metodológica aos estudos das emoções. In S. T. M. Lane & B. B. Sawaia. *Novas Veredas da Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense.
- Gaskell, G. (2002). Entrevistas individuais e grupais. In M. W. Bauer & G. Gaskell. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (2a ed.). Rio de Janeiro: Vozes.
- Gergen, K. J. (1985). The social constructionist movement in modern psychology. *American Psychologist*, 40(3), 266-275.
- Giddens, A. (1991). *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP.
- Giddens, A. (2002). *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (6a ed.). São Paulo: Editora Atlas.
- Gonçalves, M. G. M. (2007). A Psicologia como ciência do sujeito e da subjetividade: o debate pós-moderno. In A. M. Bock, M. G. M. Gonçalves & O. Furtado. *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia* (3a ed.). São Paulo: Cortez.
- González Rey, F. (1999). La afectividad desde una perspectiva de la subjetividad. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 15(2), 127-134.
- González Rey, F. (2000a). El lugar de las emociones em la constitución social de lo psíquico: El aporte de Vigotski. *Educación & Sociedade* (ano 11), (70), 132-148.
- González Rey, F. (2000b). Lo cualitativo y lo cuantitativo en la investigación de la psicología social. *Revista Cubana de Psicología*, 17(1), 61-71.
- González Rey, F. (2005a). *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: os processos de construção da informação*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- González Rey, F. (2005b). *Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- González Rey, F. (2007). As categorias de sentido, sentido pessoal e sentido subjetivo: sua evolução e diferenciação na teoria histórico-cultural. *Psicologia da Educação*, (24), 155-179.
- González Rey, F. (2008). Subjetividad social, sujeto y representaciones sociales. *Revista Diversitas: Perspectivas en Psicología*, 4(2), 225-243.

Guanaes-Lorenzi, C. (2006). *A construção da mudança em terapia de grupo: um enfoque construcionista social*. São Paulo: Vetor.

Guanaes-Lorenzi, C. (2014). Construcionismo social: tensões e possibilidades de um movimento em permanente construção. In C. Guanaes-Lorenzi, M. S. Moscheta, C. M. Corradi-Webster & L. V. Souza (Orgs.). *Construcionismo Social: discurso, prática e produção do conhecimento*. Rio de Janeiro: Instituto Noos.

Guaraldo, O. (2007). Pensadoras de peso: o pensamento de Judith Butler e Adriana Cavarero. *Estudos Feministas*, 15(3), 663-677.

Guareschi, P. A. (2000). Representações Sociais: avanços teóricos e epistemológicos. *Temas em Psicologia da SBP*, 8(3), 249-256.

Hall, S. (2006). *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade* (11a ed.). Rio de Janeiro: DP&A Editora.

Harvey, D. (2009). *Condição pós moderna*. São Paulo: Loyola.

Heller, A. (1993). *Teoria de los Sentimientos* (3a ed.). México: Editorial Fontamara S. A.

Heller, A. (2002). *Sociología de la vida cotidiana*. Barcelona: Ediciones Península.

Ibáñez, T. (2001). *Municiones para disidentes: Realidade-Verdade-Política*. Barcelona: Editorial Gedisa.

Japur, M. & Rasera, E. F. (2005). Os sentidos da construção social: o convite construcionista para a psicologia. *Paidéia*, 15(30), 21-29.

Jesus, D. (2015). *Violência contra a mulher – Aspectos criminais da Lei n. 11.340/2006*. (2a ed.). São Paulo: Saraiva.

Jodelet, D. (Org.). (2001). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ.

Lane, S. T. M. (1984). A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In S. T. M. Lane & W. Codo (Orgs.). *Psicologia Social: o homem em movimento* (8a ed.). São Paulo: Editora Brasiliense.

Lane, S. T. M. (1995). A mediação emocional na constituição do psiquismo humano. In S. T. M. Lane & B. B. Sawaia. *Novas Veredas da Psicologia Social*. São Paulo: Brasiliense.

Lane, S. T. M. (2006). *O que é psicologia social* (6a reimpressão da 22a ed.). São Paulo: Brasiliense.

Lasch, C. A. (1983). *Cultura do narcisismo: a vida americana numa era de esperanças em declínio*. Rio de Janeiro: Imago.

Levisky, D. L. (2010). Prefácio. In M. G. B. Almeida (Org.). *A violência na sociedade*

contemporânea. Porto Alegre: EDIPUCRS.

Lima, A. F., Ciampa, A. C. & Almeida, J. A. M. (2009). Psicologia Social como Psicologia Política? A proposta de Psicologia Social Crítica de Sílvia Lane. *Psicologia Política*, 9(18), 223-236.

Lima, G. Q. & Werlang, B. S. G. (2011). Mulheres que sofrem violência doméstica: contribuições da psicanálise. *Psicologia em Estudo*, Maringá, 16(4), 511-520.

Louro, G. L. (Org.). (2000). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (2a ed.). Belo Horizonte: Autêntica.

Louro, G. L. (2001). Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação. *Estudos Feministas* (ano 9), (2), 541-553.

Mancebo, D. (2002). Modernidade e produção de subjetividades: breve percurso histórico. *Revista Psicologia Ciência e Profissão*, 22(1), 100-111.

Marchi-Costa, M. I., Diflora, M. C., Marchi-Souza, M., Redondo, R. C., Negrão, D. P. & Soubhie, D. C. L. (2013). Relação de gênero e violência conjugal para além do instituído: O construcionismo social como uma possibilidade integradora. *Mimesis*, 34(1), 91-114.

Matta, R. (1982). As raízes da violência no Brasil: reflexões de um antropólogo social. In M. C. Paoli, M. V. Benevides, P. S. Pinheiro & R. Matta. *A violência brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense S. A.

Mattos, V. (2011). Violência. In A. B. Rosário, F. K. Neto & J. O. Moreira (Orgs.). *Faces da violência na contemporaneidade: sociedade e clínica*. Barbacena, MG: EdUEMG.

McNamee, S. (2014). Construindo conhecimento / construindo investigação: coordenando mundos de pesquisa. In C. Guanaes-Lorenzi, M. S. Moscheta, C. M. Corradi-Webster & L. V. Souza (Orgs.). *Construcionismo Social: discurso, prática e produção do conhecimento*. Rio de Janeiro: Instituto Noos.

Mello Neto, G. A. R. (2009). Duas Faces do Sujeito. In E. A. Tomanik, A. M. P. Caniato, M. G. D. Facci (Orgs.). *A constituição do sujeito e a historicidade*. Campinas-SP: Editora Alínea, 2009.

Mesquita, R. & Duarte, F. *Dicionário de Psicologia*. Portugal: Plátano Editora, 1996.

Minayo, M. C. S. (1994). A Violência Social sob a Perspectiva da Saúde Pública. *Caderno Saúde Pública* (suplemento 1), 10, 7-18.

Minayo, M. C. S. (Org.). (2007). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (26a ed.). Petrópolis: Vozes.

Monteiro, S. R. R. P. (2011). O marco conceitual da vulnerabilidade social. *Sociedade em Debate*, 17(2), 29-40.

Morgado, R. (2004, setembro). Família(s): permanências e mudanças – Os lugares sociais de mulheres e homens. *Anais do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais – A questão social no novo milênio*, Coimbra, Portugal.

Morgado, R. (2011). Mulheres em situação de violência doméstica: limites e possibilidades de enfrentamento. In H. S. Gonçalves & E. P. Brandão. *Psicologia Jurídica no Brasil* (3a ed.). Rio de Janeiro: Editora Nau.

Morgado, R. (2012a). *Mulheres/mães e o abuso sexual incestuoso*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

Morgado, R. (2012b). Violência doméstica: sinônimo de mulheres/mães culpadas? *O Social em Questão* (ano 15), (28), 221-232.

Moscheta, M. S. (2011). *Responsividade como recurso relacional para a qualificação da assistência à saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais*. Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/USP, Ribeirão Preto, SP, Brasil.

Moscheta, M. S. (2014). A pós-modernidade e o contexto para a emergência do discurso construcionista social. In C. Guanaes-Lorenzi, M. S. Moscheta, C. M. Corradi-Webster & L. V. Souza (Orgs.). *Construcionismo Social: discurso, prática e produção do conhecimento*. Rio de Janeiro: Instituto Noos.

Moscovici, S. (1978). *A representação social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editora.

Moscovici, S. (2007). *Representações sociais: investigações em psicologia social* (5a ed.). Petrópolis, RJ: Vozes.

Narvaz, M. G. & Koller, S. H. (2006). Mulheres vítimas de violência doméstica: Compreendendo Subjetividades assujeitadas. *Revista Psico*, 37(1), 7-13.

Nicolaci-Da-Costa, A. M. (2004). A passagem interna da Modernidade para a Pós-modernidade. *Psicologia Ciência e Profissão*, 24(1), 82-93.

Odalía, N. (2012). *O que é violência* (6a ed.). São Paulo: Brasiliense.

Oliveira, G. C. C. & Paes, M. S. L. (2014). Violência de gênero contra a mulher: a vivência deste fenômeno. *Revista Enfermagem Integrada*, Ipatinga, 7(1), 1231-1246.

Oliveira, F. O. & Werba G. C. (2005). Representações sociais. In M. G. C. Jacques, M. N. Strey, M. G. Bernardes, P. A. Guareschi, S. A. Carlos & T. M. G. Fonseca (Orgs.). *Psicologia Social Contemporânea: livro-texto* (9a ed.). Petrópolis: Editora Vozes.

Parker, R. (2000). Cultura, economia política e construção social da sexualidade. In G. L. Louro (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (2a ed.). Belo Horizonte: Autêntica.

Pedrosa, C. M. & Brigagão, J. I. M. (2014). Mulheres em movimento: grupos como

dispositivos de ação coletiva. In C. Guanaes-Lorenzi, M. S. Moscheta, C. M. Corradi-Webster & L. V. Souza (Orgs.). *Construcionismo Social: discurso, prática e produção do conhecimento*. Rio de Janeiro: Instituto Noos.

Peres, E. L. (2001). *Concepções e práticas dos conselheiros tutelares acerca da violência doméstica contra crianças e adolescentes: um estudo sobre o caso de Curitiba*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.

Petrini, J. C. (2005). Mudanças sociais e familiares na atualidade: reflexões à luz da história atual e da sociologia. *Memorandum*, 8, 20-37.

Pinafi, T. (2007). Violência contra a mulher: políticas públicas e medidas protetivas na contemporaneidade. *Revista História*, 21, 1-10. Recuperado em 04 janeiro, 2017, de <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao21/materia03/>.

Pithan, F. A. & Timm, M. I. (2007). Características das relações interpessoais na contemporaneidade: um estudo sobre o Orkut. *Verso e Reverso* (ano 21), 3(48), 1-13.

Porto, M. (2006). Violência contra a Mulher e Atendimento Psicológico: o que Pensam os/as Gestores/as Municipais do SUS. *Psicologia Ciência e Profissão*, 26(3), 426-439.

Prins, B. & Meijer, I. C. (2002). Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. *Estudos Feministas*, 10(1), 155-167.

Rapizo, R. & Zuma, C. E. (2014). Transformando práticas educativas, da palmada ao diálogo: relato de uma experiência em duas comunidades no Rio de Janeiro. In C. Guanaes-Lorenzi, M. S. Moscheta, C. M. Corradi-Webster & L. V. Souza (Orgs.). *Construcionismo Social: discurso, prática e produção do conhecimento*. Rio de Janeiro: Instituto Noos.

Rodrigues, A. (1985). Ciência e tecnologia a serviço do homem. *Psicologia Ciência e Profissão*, 5(1), 18-20.

Rodrigues, A., Assmar, E. M. L. & Jablonski, B. (2009). *Psicologia Social* (27a ed. ampliada e revisada). Rio de Janeiro: Vozes.

Rolnik, S. (1997). Toxicômanos de identidade: subjetividade em tempo de globalização. In D. Lins (Org.). *Cultura e subjetividade – Saberes Nômades*. Campinas: Papirus.

Rouanet, S. P. (1987). *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Rouanet, S. P. (1993). *Mal-estar na modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras.

Saffiot, H. I. B. (1994). Violência de gênero no Brasil atual. *Estudos Feministas* (n. especial, ano 2), 443-461.

Saffioti, H. I. B. (1997). Violência doméstica ou a lógica do galinheiro. In M. Kupstas (Org.). *Violência em debate*. São Paulo: Moderna.

- Saffioti, H. I. B. (1999). Já se mete a colher em briga de marido e mulher. *São Paulo em Perspectiva*, 13(4), 82-91.
- Santos, B. S. (1988). Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. *Estudos Avançados*, 2(2), 46-71.
- Santos, J. F. (2004). *O que é pós-moderno?* (22a reimpressão da 1a ed.). São Paulo: Brasiliense.
- Savoia, M. G. (1989). *Psicologia social*. São Paulo: McGraw-Hill.
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, 20(2), 1-35.
- Silva, E. W. (2010). *Sociologia da violência*. Ijuí: Ed. Unijuí.
- Silva, F. R., Castro, M. S, Santana, R. R., Pereira, T. S. & Lima, V. D. (2001). *Iluminismo: A Revolução Intelectual*. Belém: Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará.
- Silva, R. B. & Carvalho, A. B. (2014). Educação, ética e experiência na contemporaneidade. *ECOS*, 4(2), 251-261.
- Soler, D. V. (2008). Uma História Política da Subjetividade em Michel Foucault. *Fractal Revista de Psicologia*, 20(2), 571-582.
- Souza, L. V. (2014). Discurso construcionista social: uma apresentação possível. In C. Guanaes-Lorenzi, M. S. Moscheta, C. M. Corradi-Webster & L. V. Souza (Orgs.). *Construcionismo Social: discurso, prática e produção do conhecimento*. Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Souza, P. A. & Da Ros, M. A. (2006). Os motivos que mantêm as mulheres vítimas de violência no relacionamento violento. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, (40), 509-527.
- Spink, M. J. (2010). *Linguagem e produção de sentidos no cotidiano*. Rio de Janeiro: Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Spink, M. J. & Medrado, B. (2013). Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In M. J. Spink (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas*. (3a ed.). São Paulo: Editora Cortez.
- Spink, M. J. P. & Spink, P. K. (2014). Produzir conhecimento não é um ato banal: um olhar (pós)-construcionista sobre ética na pesquisa. In C. Guanaes-Lorenzi, M. S. Moscheta, C. M. Corradi-Webster & L. V. Souza (Orgs.). *Construcionismo Social: discurso, prática e produção do conhecimento*. Rio de Janeiro: Instituto Noos.
- Tomanik, E. A. (2004). *O olhar no espelho: “conversas” sobre a pesquisa em Ciências*

Sociais (2a ed. revisada). Maringá: Eduem.

Tomanik, E. A. (2009). O Sujeito Humano e o Conhecimento: constituição psicossocial e complexidade. In E. A. Tomanik, A. M. P. Caniato, M. G. D. Facci (Orgs.). *A constituição do sujeito e a historicidade*. Campinas-SP: Editora Alínea.

Tomanik, E. A. (2015, maio). Procurando conhecer e entender emoções. *Anais do VI CIPSI – Congresso Internacional de Psicologia da UEM – Psicologia e Direitos Humanos: Formação, Atuação e Compromisso Social*, Maringá, PR, Brasil.

Velho, G. (1996). Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica. In G. Velho & M. Alvino (Orgs.). *Cidadania e Violência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Editora FGV.

Vieira, E. D. & Stengel, M. (2012). Ambiguidades e fragilidades nas relações amorosas na pós-modernidade. *Revista Itinerarius Reflectionis*, 2(13), 1-19.

Vieira, L. B., Cortes, L. F., Padoin, S. M. M., Souza, I. E. O., Paula, C. C. & Terra, M. G. (2014). Abuso de álcool e drogas e violência contra as mulheres: denúncias de vividos. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 67(3), 366-372.

Vigotski, L. S. (1934/2000). *A construção do Pensamento e da Linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.

Villas Bôas, L. P. S. (2004). Teoria das representações sociais e o conceito de emoção: diálogos possíveis entre Serge Moscovici e Humberto Maturana. *Psicologia da Educação*, São Paulo, (19), 143-166.

Zanella, A. V. & Sais, A. P. (2008). Reflexões sobre o pesquisar em psicologia como processo de criação ético, estético e político. *Análise psicológica*, 26(4), 679-687.

Wagner, W. (2000). Sócio-gênese e características das representações sociais. In A. S. P. Moreira & D. C. Oliveira (Orgs.). *Estudos interdisciplinares de representação social* (2a ed.). São Paulo: AB Editora.

Weeks, J. (2000). O corpo e a sexualidade. In G. L. Louro (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (2a ed.). Belo Horizonte: Autêntica.

APÉNDICE

Apêndice A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, estou sendo convidada a participar do estudo denominado “**Afetos de mulheres em situação de violência doméstica: construindo sentidos**”, cujos objetivos são: conhecer e analisar os afetos vivenciados por mulheres em situação de violência doméstica, como também acompanhar as possíveis transformações produzidas em seus afetos e suas representações sobre si e sobre suas vivências permeadas por violência, a partir de sua participação em um grupo de orientação, apoio e acompanhamento a mulheres em situação de violência doméstica.

Meu envolvimento no referido estudo será no sentido de participar de encontros de grupo focal sobre o tema proposto pela pesquisa. Além disso, a pesquisadora fará análise dos registros dos atendimentos já realizados no serviço de acompanhamento a mulheres em situação de violência doméstica da Defensoria Pública de Cianorte, instituição em que ela atua profissionalmente como psicóloga.

Foi-me informado que a referida pesquisa não oferece riscos e que poderá trazer benefícios, tendo em vista que contribuirá com a produção de novos conhecimentos sobre a temática. Os encontros serão gravados, em áudio, pela pesquisadora.

Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, será mantido em sigilo. Apenas os resultados adquiridos no processo de investigação serão apresentados na dissertação resultante da pesquisa.

Também foi-me informado que posso me recusar a participar do estudo ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e não sofrerei qualquer prejuízo por desejar ou sair da pesquisa.

É assegurada a mim assistência durante toda pesquisa, bem como me é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas conseqüências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Estou ciente que a pesquisadora envolvida com o referido projeto é a psicóloga da Defensoria Pública do Estado do Paraná – Cianorte, Aline Daniele Hoepers, que pode ser localizada no endereço e telefone da referida instituição: Avenida Maranhão, nº 255, Centro, Cianorte-PR; Telefone: (44) 3637-2469.

Enfim, tendo sido orientada quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Cianorte, ____ de _____ de 2017.

Nome da participante da pesquisa: _____

Assinatura da participante da pesquisa: _____

Aline Daniele Hoepers
Responsável pela pesquisa